

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	16
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	22
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	23
4.7 - Outras contingências relevantes	24
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	25

## 5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	26
--	----

## Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	28
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	29
5.4 - Outras informações relevantes	30
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	31
6.3 - Breve histórico	32
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	33
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	34
6.7 - Outras informações relevantes	35
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	36
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	37
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	38
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	43
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	44
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	48
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	49
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	50
7.9 - Outras informações relevantes	51
<b>8. Grupo econômico</b>	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	53
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	54
8.3 - Operações de reestruturação	55
8.4 - Outras informações relevantes	56
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	58
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	59

## Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	60
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	61
9.2 - Outras informações relevantes	62
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	63
10.2 - Resultado operacional e financeiro	69
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	71
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	73
10.5 - Políticas contábeis críticas	75
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	76
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	77
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	78
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	79
10.10 - Plano de negócios	80
10.11 - Outros fatores com influência relevante	81
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	82
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	83
<b>12. Assembleia e administração</b>	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	84
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	87
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	89
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	90
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	91
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	92
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	99
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	100

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	101
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	102
12.12 - Outras informações relevantes	103

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	104
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	106
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	115
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	116
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	117
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	118
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	119
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	120
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	121
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	122
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	123
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	124
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	125
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	126
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	127
13.16 - Outras informações relevantes	128

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	129
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	130
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	131

## Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	134
<b>15. Controle</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	135
15.3 - Distribuição de capital	143
15.4 - Organograma dos acionistas	144
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	145
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	146
15.7 - Outras informações relevantes	147
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	148
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	149
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	154
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	155
17.2 - Aumentos do capital social	156
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	158
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	159
17.5 - Outras informações relevantes	160
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	161
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	162
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	163
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	164
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	165
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	166

## Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	167
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	168
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	169
18.10 - Outras informações relevantes	170
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	171
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	172
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	173
19.4 - Outras informações relevantes	174
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	175
20.2 - Outras informações relevantes	176
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	177
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	178
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	180
21.4 - Outras informações relevantes	181
<b>22. Negócios extraordinários</b>	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	182
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	183
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	184
22.4 - Outras informações relevantes	185

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Bruno Armbrust**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Jorge Henrique da Silva Baeta**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

### **Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0001-20
<b>Período de prestação de serviço</b>	20/04/2007 a 23/03/2012
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviços de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 334.641,00 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais)
<b>Justificativa da substituição</b>	Não houve substituição do auditor independente em 2011 e nos três exercícios anteriores, além do rodízio mandatório. Em 23/03/2012, em razão do rodízio mandatório, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve substituição do auditor independente além do rodízio mandatório, assim, não houve razão apresentada pelo auditor independente, não havendo discordância quanto à substituição ocorrida em 2007 face à necessidade decorrente do rodízio.

<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Período de prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Cláudia Eliza Medeiros de Miranda	20/04/2007 a 31/12/2010	998.676.997-34	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326116, Fax (021) 32326112, e-mail: claudia.eliza@br.pwc.com
Maria Salete Garcia Pinheiro	01/01/2011 a 23/03/2012	299.484.367-68	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326083, Fax (021) 32326591, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com



<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	567-3
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Performance Auditoria e Consultoria S/S
<b>CPF/CNPJ</b>	41.968.512/0001-23
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/04/2012
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviço de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 334.641,00 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais)
<b>Justificativa da substituição</b>	Rodizio legal mandatário
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve discordância do auditor, por se tratar do rodízio legal mandatário

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Renato Andrade Mendonça	01/04/2012	083.901.935-15	Av. Tancredo Neves nº 1632, Torre Sul CJ 1301, Caminho das árvores, Salvador, BA, Brasil, CEP 41820-020, Telefone (71) 31134530, Fax (71) 311345000, e-mail: renato.medonca@performanceonline.com.br

## 2.3 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 2. Auditores Independentes

#### 2.3. Outras informações relevantes.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não houve substituição do auditor independente em 2011 ou nos três exercícios anteriores, sendo o auditor independente a PricewaterhouseCoopers, pelo período de 2007 a 2011.

Em 23/03/2012, em razão do rodízio legal mandatário, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.

Em 09/04/2012, em cumprimento ao disposto no artigo 28 da Instrução Normativa N° 308/99 da CVM, a Companhia comunicou o mercado a respeito da substituição, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião realizada em 23/03/2012.

A informação também foi prestada ao Conselho Fiscal da Companhia, que, em reunião realizada no dia 10/05/2012 verificou o correto cumprimento pelos administradores, da obrigação de informar a CVM sobre a troca dos auditores independentes e de sua regularidade perante o órgão, em cumprimento ao disposto no artigo 29 da Instrução Normativa N° 308/99 da CVM.

O novo auditor externo, PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S é inscrito no CNPJ sob o nº 41.968.512/0001.23, possui endereço à Av. Tancredo Neves n°s 1632, 1301 a 1303, Caminho das árvores, Salvador – BA, CEP 41.820-020, Código CVM 5673, e o responsável técnico é o Sr. José Renato Andrade Mendonça, inscrito no CPF sob o nº 083.901.935-15, e no CRC/BA sob o nº 9749.

**3.1 - Informações Financeiras - Individual**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2011)</b>	<b>Exercício social (31/12/2010)</b>	<b>Exercício social (31/12/2009)</b>
Patrimônio Líquido	867.917.469,68	750.563.368,75	618.331.975,40
Ativo Total	1.928.015.551,58	2.012.553.426,58	1.866.255.645,53
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.304.052.600,51	2.263.645.867,91	1.737.885.425,91
Resultado Bruto	361.638.280,39	318.392.511,16	221.613.813,66
Resultado Líquido	251.666.879,10	230.043.535,61	155.322.503,15
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	16,714000	14,454100	11,907600
Resultado Líquido por Ação	4,846500	4,430100	2,991100

**3.2 - Medições não contábeis**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**3. Informações financeiras selecionadas**

**3.2** Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: a. informar o valor das medições não contábeis; b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Outras informações contábeis selecionadas pelo emissor (R\$ mil)	2011	2010	2009
Lajida	539.469	508.160	506.782
Lucro antes do resultado financeiro	429.225	400.652	401.530
Depreciação e amortização	98.556	100.422	97.562
Perdas e Recuperação de Créditos	11.688	7.086	7.689

A Companhia entende que, por eliminar os efeitos dos financiamentos e das decisões contábeis, a utilização do LAJIDA (EBITDA) como medição não contábil, oferece ao leitor das demonstrações uma boa fonte de comparação, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **3. Informações financeiras selecionadas**

##### **3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social, que as altere substancialmente.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### 3. Informações financeiras selecionadas

##### 3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais, indicando:

**a. regras sobre retenção de lucros**

Em conformidade com a legislação societária, são constituídas reservas de capita e de lucros. A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembléia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. regras sobre distribuição de dividendos**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

**c. periodicidade das distribuições de dividendos**

Os dividendos são distribuídos anualmente.

**d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

**3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	239.083.535,14	218.541.358,83	215.372.686,24
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	100,000000	63,690000	50,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,310992	0,291170	0,383904
Dividendo distribuído total	239.083.535,14	83.868.507,44	107.686.343,23
Lucro líquido retido	0,00	11.502.176,78	11.335.404,54
Data da aprovação da retenção	27/04/2012	29/04/2011	26/04/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>						
Ordinária	42.565.570,49	31/07/2012	39.007.015,92	30/07/2011	32.529.048,96	30/07/2010
<b>Dividendo Obrigatório</b>						
Ordinária	196.517.964,65	31/07/2012	44.861.491,52	30/07/2011	75.157.294,27	30/07/2010

### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **3. Informações financeiras selecionadas**

##### **3.6 Informar se, nos 03 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores**

Nos últimos 03 exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.



**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Montante total da dívida, de qualquer natureza</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
31/12/2011	0,00	Outros índices	0,57000000	Método utilizado para calcular este índice: Dívida Financeira/(Dívida Financeira + Patrimonio Líquido) = 36%. Motivo da utilização deste índice: Mostra a participação do capital de terceiros no financiamento total (Capital Próprio + Capital Terceiro) da Companhia.

**3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento**

<b>Exercício social (31/12/2011)</b>					
<b>Tipo de dívida</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Três a cinco anos</b>	<b>Superior a cinco anos</b>	<b>Total</b>
<b>Quirografárias</b>	213.868.189,40	214.728.910,71	53.080.272,46	14.377.328,49	496.054.701,06
<b>Total</b>	213.868.189,40	214.728.910,71	53.080.272,46	14.377.328,49	496.054.701,06
<b>Observação</b>					

### **3.9 - Outras informações relevantes**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **3. Informações financeiras selecionadas**

##### **3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as informações financeiras selecionadas.**

Não há outras informações relevantes sobre as informações financeiras selecionadas.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 4. Fatores de risco

##### 4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

###### a. ao emissor

A Companhia é concessionária do serviço público de distribuição de gás canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, possuindo exclusividade para a distribuição do gás natural canalizado na sua área de concessão.

No Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta), foram fixadas obrigações e assumidos determinados compromissos com o poder concedente, que, caso não sejam cumpridos, podem resultar na perda da concessão. A exemplo de causa da perda da concessão citamos o descumprimento da obrigação de expandir o fornecimento aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro e prestar o serviço com defeito de qualidade e/ou segurança.

Determinados serviços são prestados por meio do apoio de empresas terceirizadas, o que pode gerar passivos trabalhistas. Assim, a companhia adota diversas medidas para minimizar eventual risco decorrente de tais relações, que integram a sua Política de Redução de Passivos Trabalhistas, de acordo com a qual:

- (i) mantém um grupo de trabalho interno com as diretorias de Compras, Financeira, Recursos Humanos e Jurídica para análise mensal das altas e baixas de processos e, proposição de ações de melhoria;
- (ii) retenção de cauções contratuais das empresas terceirizadas para deduzir das provisões trabalhistas, liberando somente, com o compromisso de fazer acordos nos processos trabalhistas com seus empregados;
- (iii) realização de acordos nos processos de ex-empregados de empresas terceirizadas, quando a empresa deixa de trabalhar para a CEG e encerra suas atividades;
- (iv) contratação pela área de compras de empresa para auditoria permanente nas empresas terceirizadas, para verificação do cumprimento da legislação fiscal e trabalhista;
- (v) revisão de critérios de avaliação e seleção de empresas terceirizadas, buscando empresas sólidas e que tenham uma amplitude maior de atuação, não prestando serviços exclusivamente para a CEG.

Além do passivo judicial trabalhista, os demais passivos judiciais e administrativos também são acompanhados nos mesmos moldes e com objetivos acima descritos.

A Companhia mantém uma área de gestão fiscal que atua dentro dos limites tributários e visa aprimorar a capacidade de gestão das diferentes unidades de negócios, fornecendo orientação para a correta aplicação da legislação e desenvolvimento de oportunidades.

###### b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O grupo Gas Natural Fenosa adquiriu o controle da Companhia no curso da privatização, assumindo determinados compromissos por meio do Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de gás natural, estando sujeito ao prazo da concessão de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta) e a outras obrigações, que, caso não sejam cumpridas podem resultar na perda da concessão, como por exemplo, a obrigação de expandir o fornecimento de gás canalizado aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Trata-se de um sólido grupo espanhol que atua na área de energia, sendo o maior grupo de atuação no setor de gás natural na América Latina. Em 2009 passou por um processo de fusão com o grupo Union Fenosa, também espanhol, que atua no mercado de energia elétrica. Após a fusão, o grupo está presente em 23 países em todo mundo.

As ações da Gas Natural Fenosa são negociadas no mercado espanhol e formam parte do índice Ibex 35 e em particular do índice Ibex Utilities. Assim, as ações do grupo estão sujeitas às variações do mercado espanhol.

###### c. a seus acionistas

A Companhia teve seu capital aberto, com a obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM no período da privatização, em 1997, em atendimento às regras impostas pelo Edital de Desestatização. Naquela oportunidade, parte das ações foi oferecida ao grupo de controle e parte aos empregados da companhia à época.

Atualmente os principais acionistas são o BNDESPAR, o Fundo de Investimentos em Ações Dinâmica Energia – ambos investidores institucionais – e o grupo controlador Gás Natural Fenosa, responsável pelo funcionamento operacional da companhia, não se

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

verificando a pulverização do controle. A atual participação dos adquirentes das ações da companhia na qualidade de então empregados é parte do *free float* que corresponde a 0,24% do capital social.

Esta estrutura vem sendo mantida há cerca de dez (10) anos. Resultado desta configuração societária é um reduzido volume de negociação das ações da Companhia, se comparado com outras companhias do mesmo setor, cujas ações apresentam maior liquidez.

### **d. a suas controladas e coligadas**

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

### **e. a seus fornecedores**

Em razão da própria natureza do negócio, a Companhia possui como única fornecedora a Petrobrás, estando sujeita às políticas públicas relacionadas à Estatal.

### **f. a seus clientes**

A companhia possui uma carteira diversificada de clientes distribuídos entre os segmentos industrial, comercial, veicular, residencial e geração de energia elétrica (térmico), minimizando assim eventuais riscos relacionados a impactos decorrentes de crises enfrentadas por determinado segmento.

### **g. aos setores da economia nos quais o emissor atue**

Como acima descrito, parte da carteira de clientes é representada pelo segmento industrial, assim, a Companhia está sujeita à eventuais crises enfrentadas pelo setor, como a que ocorreu ao final de 2008 e se estendeu pelo ano de 2009, atingindo a economia mundial, com reflexos no setor produtivo no país.

Além disso, a Companhia está sujeita às políticas públicas relacionadas ao setor de energia. A exemplo podemos citar os leilões de gás realizados pela Petrobras durante o ano de 2009, que resultou na queda da tarifa do gás para os segmentos não térmicos (sobretudo industrial e comercial), bem como, eventuais consequências de determinações do Órgão Nacional do Sistema – ONS, que afetam a necessidade de acionamento das térmicas, resultando num aumento do volume de consumo de gás natural pelo setor.

### **h. à regulação dos setores em que o emissor atue**

A Companhia está sujeita à regulação por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e aos órgãos de fiscalização e regulamentação e à legislação ambientais.

### **i. aos países estrangeiros onde o emissor atue**

A Companhia não atua em países estrangeiros.

## 4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 4. Fatores de risco

##### 4.2 Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Do ponto de vista das relações laborais, a partir de 2007, observou-se um aumento de reclamações trabalhistas propostas por terceiros em face da Companhia após o fim do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural, o que resultou no término de grandes contratos mantidos pela área Comercial e de Conversão com empresas que prestavam serviços exclusivamente para a CEG. Tais empresas encerraram suas atividades, deixando um passivo Trabalhista.

O conjunto de ações com o objetivo de redução do passivo trabalhista que têm sido implementadas pela Companhia desde o segundo semestre de 2008, representou uma redução do passivo trabalhista em 3%, com relação ao ano de 2007. Em 2009 comparado com 2008 houve uma redução na ordem de 8,9%, já em 2010 comparado com 2009 houve um acréscimo de 19%, apesar de serem mantidas as ações já iniciadas em 2008. Com esse acréscimo houve incremento de novas ações para que continuasse a redução planejada. Já no ano de 2011 comparado com 2009 a redução foi na ordem de 9,1%, tendendo em 2012 chegar a uma redução de aproximadamente 3%.

Este resultado se dá devido a implementação das seguintes ações:

- a) Retenção de caução das empresas prestadoras de serviços;
- b) elaboração de acordos na Justiça do Trabalho logo na primeira audiência;
- c) Contratação de empresa para realizar auditoria nas terceirizadas, a fim de verificar o cumprimento da legislação;
- d) Revisão dos critérios de avaliação e seleção de terceiros, buscando empresas maiores e que tenham maior amplitude nos serviços prestados.

Do ponto de vista dos passivos judiciais cíveis, a Companhia mantém Políticas de Redução dos Passivos, inclusive com busca pela realização de acordos, cujo objetivo é a redução do passivo para 12% das previsões de condenação, observando-se a realização de acordos em média em 46% dos casos nos últimos três anos.

Do ponto de vista da regulamentação do setor e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Do ponto de vista dos segmentos de mercados, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações).

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

**4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.**

Fatores de Risco - Ações Trabalhistas de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
Ministério Público do Trabalho / RJ	CEG	58ª VT/RJ	24/05/2007	Suspensão de atividade terceirizada	Suspensão da contratação pela CEG, com empresas especializadas, de todos os serviços que, segundo a inicial, estão ligados a atividade fim da CEG.	Remota	Suspensão de atividade terceirizada	Não há

(1) Possível; provável; remoto

Fatores de Risco - Ações judiciais da Área Fiscal de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG (2)	Fazenda	28ª Vara Federal	08/10/2007	291.726.687,86	Anular débitos	Remota	Pagamento	Não há
Fazenda	CEG (2)	7ª Vara de Execução Fiscal	20/07/2006	49.893.322,09	Execução Fiscal	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/10/2002	17.974,03	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	23/06/2008	1.801.864,54	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.440.925,43	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.443.400,00	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG	INSS	2ª Vara Federal	29/07/2005	11.182.804,78	Anular débitos	Possível	Pagamento	Não há
CEG	Fazenda	7ª Vara Federal	10/09/2001	7.551.333,47	Anular débitos	Possível / Remota	Pagamento	7.551.333,47

(1) Possível; provável; remoto

(2) Em conexão

Fatores de Risco - Ações judiciais Cíveis de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG	AGENERSA	1ª VFP	24/06/2004	s/valor definido (obrigação de fazer)	Compelir a AGENERSA, no prazo de 60 dias, a concluir a apreciação e deliberar acerca das propostas de revisão tarifária quinquenal, bem como para que aquela autarquia se abstenha de atribuir efeito retroativo à sua deliberação sobre a revisão tarifária.	PEDIDO DESISTÊNCIA	Postergar a revisão tarifária, acarretando prejuízos à CEG e CEG RIO.	N/A
CEG	AGENERSA	3ª VFP	24/06/2004	R\$ 10.357.132,00	Anular a deliberação proferida no processo administrativo, de forma a assegurar a manutenção do critério, até então adotado, de	REMOTO	Prevaler a deliberação da AGENERSA que	N/A

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

					repasso do ônus financeiro da CPMF às tarifas de gás praticadas pela CEG.		alterou o critério de repasse da CPMF para as tarifas, trazendo significativos ônus financeiros para a CEG.	
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/07/2004	R\$ 118.617.979,00	Anular as deliberações AGENERSA-RJ 298/2002 e 324/2003, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para que as concessionárias possam: a) repassar para as tarifas a Taxa AGENERSA, os custos da CPF e os custos do aumento da alíquota da COFINS; b) restabelecer a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; c) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalerem as deliberações nº 298/02 e 324/03, o que acarretará graves prejuízos para a CEG.	N/A
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/08/2004	R\$ 6.461.373,00	Anular deliberações da ASEP, para que as Companhias possam: a) repassar para as tarifas os tributos incidentes (Taxa ASEP, CPMF e Cofins), restabelecendo a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; e b) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalerem as deliberações AGENERSA, o que acarretará graves prejuízos para a CEG e CEG RIO.	N/A
CEG	AGENERSA	10ª VFP	26/04/2006	s/valor definido (obrigação de fazer)	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 611 e 555, que dispuseram sobre o reajuste quinquenal das tarifas da CEG e da CEG RIO e a revisão das tarifas das Concessionárias na forma prevista nos seus respectivos Contratos de Concessão.	REMOTO	Prevaler as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
CEG	AGENERSA	8ª VFP	10/07/2006	R\$ 2.366.515,56	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 13/06 e 15/06, que dispuseram sobre o repasse de variações no custo de aquisição do gás natural nos meses de setembro de 2005 e novembro de 2005, assim como determinaram que doravante os repasses somente poderiam ser procedidos após 30 dias contados da publicação de avisos na imprensa.	REMOTO	Prevaler as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
Ministério Público RJ	CEG	8ª VFP	31/08/2005	Este feito se encontra reunido com o descrito na linha acima. A contingência está sendo feita no processo acima.	Ação Civil Pública em que o MP/RJ alega que a Companhia somente poderia praticar tarifas reajustadas 30 dias após a publicação de aviso na imprensa (diferentemente do disposto no Contrato de Concessão).	REMOTO	Suportar os custos financeiros de aquisição do gás, por 30 dias contados da data em que efetuassem a publicação dos reajustes.	N/A
Petrobrás	CEG	13ª VFP	29/07/2009	Não há	Declaração de ilegalidade das Deliberações nº 370 e 371 da AGENERSA, tornando inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	REMOTO	Tornar inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	N/A
AGRAGET – Assoc. Bras. de Geradoras Termelétricas	CEG	14ª VFP	25/05/2009	R\$ 742.513,50	Anular as Deliberações nº 370/2009 e nº 371/2009 da AGENERSA, que homologaram os aumentos das tarifas cobradas pela CEG e pela CEG RIO em 2009	REMOTO	Restituir para as termelétricas os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
CEG	União Federal	28ª Vara Federal RJ	04/10/2007	R\$ 266.871.167,00	COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PIS/CONFINS. Impugnar os efeitos retroativos atribuídos pela Receita Federal à decisão administrativa que declarou “sem efeito” decisão proferida 2 (dois) anos antes, por meio da qual a própria Receita havia deferido pedido de restituição de indébito tributário.	REMOTO	Pagamento do imposto relativo ao tempo em que foi feita a compensação com juros e multa.	N/A
Ministério Público	CEG	29ª Vara Federal	17/12/2008	s/valor definido (obrigação de fazer)	Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da CEG e outros, por	REMOTO	Pagamento das verbas pleiteadas	N/A



**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

Federal		RJ			meio da qual pretende o Autor (i) a decretação liminar da indisponibilidade dos bens pertencentes aos Réus; (ii) a condenação solidária dos Réus ao ressarcimento integral dos supostos danos materiais causados ao patrimônio público, no valor de R\$ 133.144.795,25, correspondente ao valor de compensação que alega ter sido indevidamente deferido pelos Réus em favor da empresa CEG nos autos de processo administrativo em 2003; bem como (ii) a condenação solidária dos Réus aos danos morais causados à coletividade; (iii) a proibição dos Réus de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de dez anos; e (iv) o pagamento de multa civil em valor estabelecido pelo Juízo.			
CEG	Estado do Rio de Janeiro	11ª VFP	27/08/2002	R\$ 1.564.106,00	Anular o ato declaratório da suposta dívida fiscal, cancelando-se, por conseguinte, a exigência fiscal a que se refere o auto de infração, determinando o arquivamento do processo administrativo referente ao auto de infração.	REMOTO	Valor de R\$1.182.167,43 já depositado em juízo e que no caso de improcedência da ação será repassado ao Estado.	N/A
CEG	Light Serviços de Eletricidade S/A	8ª Vara Federal RJ	02/10/2001	R\$ 400.000,00	Declarar a ilegalidade da cobrança de sobretarifa feita pela Light (pelo não cumprimento de metas de consumo impostas durante o período de crise do setor de energia elétrica), bem como suspender a cobrança e condenar à mesma a restituir os valores pagos indevidamente.	FEITO ACORDO	Tornar exigível a cobrança da sobretarifa.	N/A
UFRJ	CEG	6ª Vara Federal RJ	17/11/2000	R\$ 1.606.830,09	Ação ajuizada pela UFRJ, em 2000, pleiteando não ser tributada pelo ICMS incidente em suas faturas de fornecimento de energia elétrica, gás e telefone, por entender gozar de imunidade de impostos (com base no art. 150, VI, "a" da Constituição). A UFRJ pleiteia também a devolução, pelo Estado e pelas concessionárias, do valor pago a maior.	REMOTO	A CEG ser condenada a não cobrar o ICMS, e ainda ressarcir a UFRJ em R\$5.738.678,91.	N/A
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	09/06/2006	R\$ 935.016,99	Processo instaurado pela AGENERSA para verificar a procedência de reclamação de morador em relação a supostas irregularidades referentes às cabines de medidor, que geraram os Termos de Notificação CAENE nº 001/09, 003/09 e 005/09.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	12/11/2004	R\$ 1.459.607,88	Processo instaurado para avaliar reclamação de moradores quanto a supostas inadequações no Conjunto IAPI, na Penha.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A
CEG	CEDAE	8ª VFP	21/10/1999	Não há	Declarar a inexistência de obrigação entre CEG e CEDAE relativa ao pagamento de tarifa de esgoto sanitário e despejo industrial, bem como condenar a CEDAE a restituir os valores pagos indevidamente nos últimos 20 anos. Esta ação foi ajuizada pela CEG contra a CEDAE, em 1999, pois apenas 1/5 da água consumida pela CEG é coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada.	FEITO ACORDO	Pagar a tarifa de esgoto sanitário e despejo industrial	N/A
GALVASUD e CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	CEG RIO	1ª VFP	22/05/2009	R\$ 27.850.000,00	Declarar a nulidade da deliberação nº 370/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG RIO em 11,8% e condenar a CEG RIO a restituir à CSN e GALVASUD aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir para estes clientes os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
GERDAU AÇOS LONGOS	CEG	6ª VFP	30/06/2009	R\$ 4.002.000,00	Declarar a nulidade da deliberação nº 371/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG em 11,32% e condenar a CEG a restituir à GERDAU aquilo que eventualmente tiver sido pago a	REMOTO	Restituir para este cliente os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela	N/A

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

					mais em decorrência da anulação da referida deliberação.		AGENERSA.	
REFINARIA NACIONAL DE SAL	CEG RIO	21ª Vara Cível	30/07/2003	R\$ 1.600.000,00	<p>A RNS ajuizou ação contra a CEG RIO objetivando a sustação e o subsequente cancelamento dos protestos e dos títulos respectivos, alegando que o valor constante das faturas não estaria condizente com as normas legais e contratuais aplicadas. Questiona, assim, o PCS do gás fornecido e faturado, ilegalidade de tarifa de transporte, imprecisão de medições e irretroatividade de aumentos do preço do gás. A refinaria obteve liminar, para pagar apenas 71% do valor da fatura, calculado com base na tarifa praticada na época (menor que a tarifa limite). A CEG RIO recorreu e o Tribunal de Justiça alterou o percentual para 85%. Já houve, em 11/2009 sentença favorável à CEG RIO. Nesta decisão, o juiz acompanhou integralmente o laudo do perito judicial, cujo ponto desfavorável à Companhia refere-se a cobrança da tarifa de transporte praticada a partir de 30/01/2001.</p>	REMOTO	Praticar tarifas menores e ressarcir a diferença cobrada a maior.	N/A

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**4. Fatores de risco**

**4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: a . juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.**

Não há ações fiscais e trabalhistas a serem apontadas em relação aos critérios acima apontados.

Fatores de Risco - Ações judiciais de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
Fernando Cardoso Ferreira	CEG	5ª Vara Empresarial	21/02/2003	R\$ 150.000,00	Obrigar a CEG a recomprar as ações do ex-empregado, adquiridas no processo de privatização.	POSSÍVEL	A CEG estaria obrigada recomprar as ações do ex-empregado, mais indenização por danos morais e materiais.	R\$ 220.000,00

## **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **4. Fatores de risco**

**4.5 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Não há processos sigilosos relevantes em que a companhia seja parte.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas.

#### 4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### 4. Fatores de risco

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando: a. valores envolvidos; b. valor provisionado, se houver; c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:

Fatores de Risco - Ações judiciais, administrativas ou arbitrais, repetitivos ou conexos, baseados em causas semelhantes, que não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes			
Valores envolvidos	Valor provisionado	Causa das ações (prática que causou a contingência)	Trabalhista / Tributário / Cível / PROCON / Outros
R\$ 7.632.982	R\$ 7.632.982	Equiparação salarial, horas extras e adicionais de salários	Trabalhista – processos de ex-empregados da CEG
R\$ 25.788.833	R\$ 25.788.833	Responsabilidade subsidiária	Trabalhista – processos de ex-empregados de empresas Terceirizadas
R\$ 3.544.941,40	Não há, em razão da baixa possibilidade de perda	Cobrança de multas por supostas irregularidades nas obras de manutenção realizadas em vias públicas.	Tributário
R\$50.515.273,87 (Valor da causa)	R\$9.218.240,61	2066 ações de menor complexidade por diversos motivos de natureza consumerista;	Cível

## **4.7 - Outras contingências relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **4. Fatores de risco**

#### **4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores**

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

**4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

**4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:**

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro**
- d. outras questões do interesse dos investidores**

Este item não se aplica à Companhia, que não se trata de emissora de valores estrangeira.

Além disso, vale ressaltar que a Companhia não emite valores mobiliários em outros países, estando sujeita somente à regulamentação posta pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pois suas ações são negociadas no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 5. Riscos de mercado

##### 5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

###### (a) Riscos de mercado:

(i) **Risco cambial.** O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita nas Demonstrações Financeiras da Companhia nas Notas Explicativas denominadas Gestão de Riscos Financeiros e Empréstimos e Financiamentos.

(ii) **Risco com taxa de juros.** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) **Derivativos (Deliberação CVM nº550).** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamento contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de "swap" são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

Swaps - são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Em conformidade com a deliberação CVM nº 550, os derivativos da Companhia podem ser assim demonstrados:

	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Valores a receber		Valores a pagar		Ganhos (perdas) realizados	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>Contratos de "swaps" - curto prazo</b>										
<b>Posição ativa</b>										
Moeda estrangeira	5.733	10.895	5.683	10.899						
<b>Posição passiva</b>										
Variação do CDI	5.391	11.429	5.380	11.855	343	2	40	958		(210)
<b>Contratos de swap - longo prazo</b>										
<b>Posição ativa</b>										
Moeda estrangeira		5.268		5.170						
<b>Posição passiva</b>										
Variação do CDI		5.379		4.814		467		149		

#### Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (considerando a manutenção dos mesmos níveis de câmbio e de CDI de 31 de dezembro de 2011), segundo avaliação efetuada pela administração para os próximos três meses, quando deverá ser divulgada as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Os resultados demonstrados simulam efeitos no resultado do exercício para 12 meses.



## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

<u>Risco</u>	<u>Instrumento/operação</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Cambial	Instrumentos financeiros derivativos - "Swap"			
	Despesa financeira	(54)	(68)	(81)
	Receita financeira	(993)	(1.242)	(1.490)
		<u>(1.047)</u>	<u>(1.310)</u>	<u>(1.571)</u>
CDI	Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos			
	Despesa financeira	(66.723)	(83.404)	(100.085)
	Receita financeira	4.020	5.026	6.031
		<u>(62.703)</u>	<u>(78.378)</u>	<u>(94.054)</u>

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

### (b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras denominada Contas a receber de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

### (c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, conforme mencionados na Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras denominada Instrumentos Financeiros – Endividamento Financeiro.

## 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 5. Riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando: a. riscos para os quais se busca proteção; b. estratégia de proteção patrimonial (hedge); c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

#### Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo; risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuem também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. No exercício encerrado, não existiu nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **5. Riscos de mercado**

**5.3** Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

## **5.4 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **5. Riscos de mercado**

##### **5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre riscos de mercado**

Não há outras informações relevantes sobre os riscos de mercado, além daquelas já descritas nos demais itens deste Formulário de Referência.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	02/06/1969
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Constituída sob a forma de empresa pública em 1969, a CEG foi privatizada em 1997, quando o Programa Estadual de Desestatização - PED (Decreto nº 21.985/1996 e Lei Estadual de nº 2.470/1995), adotou a modalidade de abertura de capital para oferta das ações ao novo grupo de controle da Companhia.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	17/11/1977

## 6.3 - Breve histórico

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 6. Histórico do emissor

##### 6.3. Breve Histórico do emissor

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, anteriormente denominada Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro, foi constituída através do decreto-lei nº 29, de 28 de maio de 1969, com a finalidade de operar os serviços de gás canalizado na cidade do Rio de Janeiro. Com a criação, em 1975, do novo estado do Rio de Janeiro, foi editado o decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, que ampliou o seu objeto social e área de distribuição, que passou a ser toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 64, de 21 de setembro de 1990, a CEG passou a atuar na distribuição de gás para os municípios que integram a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A CEG foi incluída no Programa Estadual de Desestatização – PED através do Decreto n.º 21.985, de 16 de janeiro de 1996, por enquadrar-se nos objetivos do PED previstos no artigo 1º da lei estadual de n.º 2.470, de 28 de novembro de 1995.

Em 14 de julho de 1997, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, alienou, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 65,41% do capital social da CEG. Desse total, 56,41% foi oferecido em lote único ao novo Grupo Controlador e 9,0% foi ofertado aos empregados da Companhia.

Em 21 de julho de 1997 foi assinado o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de gás canalizado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG.

Em 17 de novembro de 1997, a companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme processo CVM n.º RJ 97/3178, o registro de Companhia Aberta para negociação de ações em Bolsa.

A razão social da Companhia foi alterada, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29/04/98, passando a se chamar COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG.

Além da ampliação do número de clientes e da expansão das suas redes, outro compromisso assumido no Contrato de Concessão foi o de fazer a conversão do gás manufaturado para gás natural em toda a cidade do Rio de Janeiro, projeto que foi concluído em meados de 2007.

Atualmente a CEG atende, dentro de sua área de concessão, aos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, sendo que o município de Maricá é atendido com GNC – Gás Natural Comprimido.

## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 6. Histórico do emissor

##### 6.5. Principais Eventos Societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: a. evento; b. principais condições do negócio; c. sociedades envolvidas; d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e. quadro societário antes e depois da operação.

Nos últimos três exercícios sociais, não houve nenhuma operação de reestruturação societária na Companhia, que não possui empresas por ela controladas.

Em 16/07/2004 a Companhia divulgou Fato Relevante, no qual informou ao mercado acerca da aquisição, pela Gas Natural Internacional SDG S/A, da integralidade da participação acionária de Enron International Brazil Gas Holding LLC, passando a sua participação acionária a 35,26%. Com a aquisição, o grupo controlador da Companhia, formado pela Gas Natural Internacional SDG S/A e por sua controladora Gas Natural SDG S/A, passou a deter 54,16% da participação acionária. Posição que mantém atualmente.

**6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**6. Histórico do emissor**

**6.6. Informações de pedidos de falência fundados em valor relevante ou e recuperação judicial ou extrajudicial.**

Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não foram feitos pedidos de tais naturezas.



## 6.7 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 6. Histórico do emissor

#### 6.7. Outras informações relevantes.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

#### História da Distribuição de Gás no Rio de Janeiro

A história do gás canalizado no Rio de Janeiro teve início em 1851, quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, assinou um contrato para iluminação a gás no Rio de Janeiro. O contrato determinava a construção de uma fábrica de gás no centro da cidade e a instalação de canalizações em perímetros determinados, o que mudou radicalmente os hábitos e costumes da população carioca.

Assim surgiu, em 1854, a Companhia de Iluminação a Gás. Três anos mais tarde, a Companhia já iluminava a cidade através de 3.027 lâmpadas públicas, 3.200 residências e três teatros. Em 1865, a Companhia de Iluminação a Gás foi vendida para uma empresa inglesa que assumiu os serviços de gás através da Rio de Janeiro Gas Company Limited.

A partir de 1870 ocorreu a expansão do uso de gás canalizado em outras cidades brasileiras. Já em 1874, a empresa abastecia na capital do Império 10 mil residências, 5 mil estabelecimentos públicos e 6 mil lâmpadas. Para tanto eram destiladas 25 mil toneladas de carvão, produzindo 7 milhões de m<sup>3</sup> de gás por ano. Em 1876, a concessão dos serviços de gás passou para a empresa belga Société Anonyme du Gaz - SAG.

Em 1910, a The Rio de Janeiro Traway Light and Power Company Limited passou a deter o controle do capital da SAG. Foi a própria SAG que procurou ampliar o emprego de gás e decidiu construir uma nova fábrica no bairro de São Cristóvão. Esta fábrica foi construída em 1911, com maior capacidade de fornecimento (cerca de 180 mil m<sup>3</sup> por dia) permitindo inclusive estender o uso de gás a fogões e aquecedores domésticos.

Inversamente    tendência mundial, ocorreu no País um declínio do uso do gás canalizado, do início do século até 1967, permanecendo somente em duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, representando naquele último ano, apenas 0,3% da demanda brasileira de energia primária.

Em 1967, a SAG inicia o craqueamento catalítico de nafta, abandonando o uso do carvão como matéria-prima. Em maio de 1969, o então Estado da Guanabara, assume a opera  o do serviço de gás canalizado. É criada a Companhia Estadual de Gás da Guanabara - CEG GB. Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em julho de 1974, a Ceg passa a se denominar Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro - CEG.

Em 1982 a Ceg entra na era do gás natural substituindo a nafta como matéria prima da produ  o do gás manufaturado e passando também a distribuí-lo diretamente. Após a privatiza  o, em julho de 1997, no ano de 1998, a Ceg mudou sua razão social para Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG.

Em janeiro de 1997 foi criada a CEG RIO S.A, sociedade an  nima de capital fechado, que visa distribuir gás canalizado a 65 municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi privatizada, juntamente com a Ceg, em julho de 1997, quando seu controle também passou para o Grupo Gas Natural Fenosa.

A Companhia está levando o gás canalizado a novos municípios do interior do Estado, como Petrópolis, Três Rios e Paraíba do Sul e viabilizou a passagem para a Ceg dos gasodutos Reduc-Bayer e Japeri-Santa Cruz, incorporando 12 indústrias ao sistema de distribui  o da CEG e ampliando seu consumo.

## **7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **7. Atividades do emissor**

##### **7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas.**

A companhia opera serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, na área de sua concessão (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro); explora com exclusividade a distribuição de gás canalizado e seus subprodutos, no âmbito da concessão; pode produzir, importar; comercializar e distribuir produtos relacionados à sua atividade principal e de produtos gasodomésticos; pode exercer atividades correlatas à sua finalidade principal como a execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviço de consultoria técnica à terceiros e pode participar no capital de outras sociedades.

A Companhia não possui empresas controladas.

**7.2 - Informações sobre segmentos operacionais****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****7. Atividades do emissor**

**7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:**

**a. produtos e serviços comercializados**

Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida		
	2011	2010	2009
GÁS NATURAL	95,6	96,9	98,9
GLP	0,1	0,1	0,1
SERVIÇOS	4,3	2,9	0,9

**b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**

Seguimento Operacional	2011		2010		2009	
	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida
Residencial	527.492	18,7	444.711	16,3	476.973	21,7
Comercial	237.002	8,4	198.954	7,3	199.565	9,1
Automotivo	832.264	29,5	783.074	28,6	751.604	34,2
Petroquímico	58.890	2,1	52.535	1,9	26.609	1,2
Cogeração	67.270	2,4	66.651	2,4	61.953	2,8
Industrial	681.587	24,2	640.221	23,4	483.783	22,0
Termelétrica	293.383	10,4	467.493	17,1	179.552	8,2
Serviços	120.819	4,3	80.069	2,9	20.513	0,9
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>2.818.707</b>	<b>100,0</b>	<b>2.733.708</b>	<b>100,0</b>	<b>2.200.551</b>	<b>100,0</b>

**c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Seguimento Operacional	2011		2010		2009	
	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido
Residencial	94.976	45,4	85.590	44,8	107.088	47,2
Comercial	37.160	17,8	33.562	17,6	40.829	18,0
Automotivo	28.359	13,6	23.712	12,4	31.256	13,8
Petroquímico	4.212	2,0	3.818	2,0	2.374	1,0
Cogeração	2.914	1,4	2.920	1,5	4.075	1,8
Industrial	30.597	14,6	28.626	15,0	32.781	14,5
Termelétrica	10.562	5,1	12.699	6,6	8.484	3,7
Serviços	319	0,2	111	0,1	-179	-0,1
Outros	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>209.101</b>	<b>100</b>	<b>191.037</b>	<b>100,0</b>	<b>226.708</b>	<b>100,0</b>

## 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do Emissor.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

##### a. características do processo de produção

O gás natural distribuído pela CEG é fornecido pela Petrobrás – Petróleos Brasileiros S/A na Estação de Estocagem de Duque de Caxias. Ali, o gás natural é medido, odorizado e tem sua pressão regulada para os níveis recomendados. A partir da Estação de Estocagem de Duque de Caxias o gás natural está pronto para ser distribuído.

Até meados de 2007, quando foi concluído o Projeto de Conversão do gás manufacturado para o gás natural, a produção de gás manufacturado ocorria na fábrica de gás da CEG, situada em São Cristóvão, zona central do Município do Rio de Janeiro. O terreno ocupa uma área total de 119.000 m<sup>2</sup>, dos quais 47.000 m<sup>2</sup> eram ocupados pelos equipamentos de produção e o restante da área por instalações de apoio administrativo e operacional. Com a conclusão do projeto de conversão, não há mais produção e distribuição de gás manufacturado.

##### b. características do processo de distribuição

O gás utilizado pela CEG é proveniente da Estação de Cabiúnas na Bacia de Campos. Ainda em estado condensado, o gás é transportado por um duto de 180 km de extensão, pertencente à Petrobrás, até a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), no município de Duque de Caxias, onde, passando por uma unidade de processamento (UPGN), é desidratado e fracionado, resultando em três produtos: gás processado, GLP e gasolina natural.

O gás tratado e processado está, então, pronto para a distribuição. O fluxo de gás é medido nos *city-gates*, pontos de saída onde o gás é entregue às companhias de distribuição regionais. Para transportar o gás natural desde o ponto de recebimento (*city-gates*) da empresa fornecedora (Petrobras) até as redes de distribuição, a CEG possui uma rede de transporte, que trabalha em altas pressões, em tubulações de aço de diâmetros maiores e que, geralmente, não abastecem em seu percurso, salvo em alguns casos, nenhum cliente.

As redes de distribuição de gás natural distribuem o gás em altas ou médias pressões provenientes das redes de transporte até o cliente, onde, através de reguladores individuais ou coletivos, as pressões são reguladas para médias ou baixas pressões, conforme o tipo de pressão requerida.

O sistema de distribuição de gás à Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui atualmente cerca de 3.900 km de extensão, sendo composto por redes de ferro fundido, aço carbono, aço galvanizado e mais recentemente, de polietileno, com diâmetros variando de 25 a 750 mm e operando a diferentes pressões, de acordo com o tipo de gás utilizado:

Redes de Ferro Fundido: com diâmetros que variam de 50 a 750 mm, estão instaladas nas redes de baixa pressão;

Redes de Aço Carbono: seu diâmetro varia de 25 a 750 mm, estão instaladas em redes de baixa, média e alta pressão;

Redes de Aço Galvanizado: seus diâmetros vão de 32 a 300 mm, estão instaladas em redes de média e baixa pressão;

Redes de Polietileno: têm diâmetros de 25 a 250 mm e estão instaladas nas redes de média e baixa pressão.

A tubulação de polietileno é a mais utilizada nas novas redes em construção, pois apresenta vantagens em relação aos outros materiais. Entre as principais vantagens podemos destacar: resistência ao ataque químico, tanto interno quanto externo; isolamento elétrico, dispensando a proteção catódica; fácil soldabilidade; flexibilidade; elevada resistência ao impacto e vida útil prolongada, estimada no mínimo em 50 anos a 20°C.

A tubulação de ferro fundido, por outro lado, não é mais empregada pela CEG, pois apesar de sua elevada vida útil, causa muitos problemas de escapamentos de gás nas junções.

**A seguir as principais características das redes de gás natural e do sistema de distribuição de GLP da Companhia:**

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

**Gás Natural:** A CEG possui atualmente sua rede em totalidade direcionada a gás natural, possui 5 city gates onde recebe o gás a alta pressão que provém do gasoduto da Petrobras. Estas estações têm como função principal a medição, odorização, controle de qualidade do gás e controle da operação do sistema de distribuição.

É uma rede relativamente nova, construída em aço carbono soldado, com proteção catódica e em polietileno, utilizando as especificações de normas internacionais. As estatísticas disponíveis sobre vazamentos mostram baixos índices, confirmando o seu bom estado, não apresentando risco anormal à segurança ou à continuidade da operação.

As estações reguladoras tanto de alta / média como média / baixa possuem duplo sistema, um em operação e outro em reserva, que mantêm a disponibilidade e a segurança da operação, além de possuírem dispositivos de proteção contra sobre-pressão nas linhas à jusante.

**GLP:** O sistema de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP da Companhia tem como intenção marcar a presença da CEG nos núcleos de consumidores mais afastados do atual sistema principal de redes, visando o futuro atendimento desse mercado quando ocorrer a ampliação das redes de distribuição para estas regiões. A Companhia distribui GLP a partir de uma infra-estrutura que é viabilizada pela existência de um núcleo de clientes específico.

Cada célula do sistema de distribuição de GLP da CEG é formada basicamente por uma estação de estocagem de gás, associada a sua rede de distribuição. A estação de estocagem dispõe de unidades independentes de vaporização natural ou forçada, a qual engloba uma bateria de tanques de GLP – abastecidos periodicamente por caminhões-tanque, um vaporizador, uma estação de redução de pressão e demais dispositivos de segurança e controle necessários para o suprimento de gás. Em termos financeiros é um mercado pouco significativo tendo representado 0,2% do faturamento da Companhia em 2007, 0,1% a partir de 2008.

#### c. características dos mercados de atuação, em especial:

**Residencial:** A utilização neste segmento é direcionada, principalmente, para o aquecimento de água e para o abastecimento de fogões domésticos. Em países onde a utilização do gás é mais desenvolvida existe maior oferta de equipamentos domésticos que funcionam a gás, tais como: ar condicionado, refrigeradores, lavadoras de roupa e de louça, etc. A energia elétrica é a principal concorrente e única que pode substituir o gás nestas utilizações.

Em 2007 o segmento representou 20,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 5,0% do volume comercializado pela Companhia. Em regra é o segmento onde se concentra a grande massa de clientes, que correspondeu a 713.498 naquele ano. Em 2008 o segmento representou 16,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,7% do volume comercializado, atendendo ao total de 724.393 clientes. Em 2009 o seguimento residencial representou 21,7% do faturamento de gás natural e GLP, com 5,4% do volume comercializado, e um total de 735.475 clientes. Em 2010 o seguimento residencial representou 16,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 3,5% do volume comercializado, e um total de 747.269 clientes. **Em 2011 o seguimento residencial representou 18,7% do faturamento de gás natural e GLP, com 4,7% do volume comercializado, e um total de 766.472 clientes.**

**Comercial:** Segmento voltado para o suprimento de hospitais, restaurantes, hotéis, lavanderias, clubes, ou seja, pequenos e médios negócios. Tem utilização semelhante ao do uso doméstico, para aquecimento de água e abastecimento de fogões industriais. Oferece perspectivas de substituição das energias elétrica e de óleo combustível por gás natural.

Em 2007 o segmento representou 3,3% do volume comercializado pela Companhia e 8,4% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 10.562 clientes. Em 2008 representou 2,5% do volume comercializado e, 6,9% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 10.507 clientes. Em 2009 o seguimento representou 9,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,6% do volume comercializado, e um total de 10.509 clientes. Em 2010 o seguimento representou 7,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,5% do volume comercializado, e um total de 10.477 clientes. **Em 2011 o seguimento representou 8,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,4% do volume comercializado, e um total de 10.511 clientes.**

**Automotivo:** Utilizado como combustível para motores de combustão interna, tem tido aceitação em função das vantagens econômicas e tem crescido devido ao programa para a frota metropolitana de táxis. Desde a implantação em outubro de 1991, a demanda de gás para veículos leves cresceu rapidamente. A regulamentação por parte de órgãos do governo como o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) e a mudança no posicionamento das montadoras

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

passando a produzir veículos bicombustíveis deram maior credibilidade à imagem do gás natural veicular. Verifica-se grande potencial de crescimento na frota de veículos de transporte urbano (ônibus) e de transporte alternativo (kombis e vans). Também é verificado um grande número de conversões em veículos utilitários (pick-ups).

Em 2007 o segmento representou 40,7% do volume comercializado pela Companhia e 32,5% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 384 clientes. Em 2008 representou 28,0% do volume comercializado e, 30,3% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 407 clientes. Em 2009 o seguimento representou 34,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 38,7% do volume comercializado, e um total de 421 clientes. Em 2010 o seguimento representou 28,6% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 25,7% do volume comercializado, e um total de 431 clientes. **Em 2011 o seguimento representou 29,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 32,3% do volume comercializado, e um total de 437 clientes.**

**Petroquímico:** Neste setor o gás natural fornecido pela Companhia é utilizado para o funcionamento das indústrias (planta e equipamentos).

Em 2007 o segmento representou 5,8% do volume comercializado pela Companhia e 3,5% do faturamento de gás natural e GLP. Em 2008 representou 3,7% do volume comercializado e, 3,1% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia. Em 2009 o seguimento representou 1,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 2,5% do volume comercializado. Em 2010 o seguimento representou 1,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 3,9% do volume comercializado. **Em 2011 o seguimento representou 2,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 5,1% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes.**

**Co-geração:** de energia industrial: Este sistema utiliza o gás natural para geração de energia elétrica, vapor e frio através de turbinas a gás ou motores à explosão. O crescimento da utilização deste sistema deve ser atribuído à necessidade de um suprimento confiável e contínuo de energia, à ausência de exigências de manutenção de estoques reguladores e pela reduzida emissão de poluentes atmosféricos. É uma solução que pode atender com vantagens a condomínios residenciais, centros- comerciais (shopping-centers) e indústrias. No momento estão em operação vários centros-comerciais no Rio de Janeiro em ciclo combinado para a geração de energia elétrica e produção de ar condicionado, em unidades com ciclo de absorção. Também possuem sistemas de co-geração em suas unidades várias indústrias cariocas.

Em 2007 o segmento representou 2,9% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, com 3 clientes. Em 2008 representou 2,5% do volume comercializado e 2,7% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 7 clientes. Em 2009 o seguimento representou 2,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,3% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2010 o seguimento representou 2,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,2% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. **Em 2011 o seguimento representou 2,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,7% do volume comercializado, e um total de 8 clientes.**

**Industrial:** É um dos segmentos mais importantes, pois engloba os maiores consumidores potenciais por unidade produtora, utilizando o gás, principalmente, para geração de calor. O gás natural tende a crescer neste segmento pela vantagem na relação custo/benefício, pela segurança de fornecimento contínuo e pelo baixo nível de poluição, dispensando o tratamento de efluentes.

Em 2007 o segmento representou 25,9% do volume comercializado pela Companhia e 23,4% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, totalizando 339 clientes. Em 2008 representou 17,6% do volume comercializado e 20,9% do faturamento de gás natural e GLP, com 346 clientes. Em 2009 representou 21,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 21,8% do volume comercializado, com um total de 332 clientes. Em 2010 representou 23,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 18,8% do volume comercializado, com um total de 330 clientes. **Em 2011 representou 24,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 23,8% do volume comercializado, com um total de 334 clientes.**

**Termelétricas:** Geração térmica com gás natural. No ano de 2000 foi criado pelo Governo Federal o Plano Prioritário de Termelétricas (PPT) com o objetivo de criar condições especiais para a instalação e funcionamento de termelétricas no território brasileiro. A proximidade do Rio de Janeiro com a Bacia de Campos tem despertado o interesse de empresas em desenvolverem plantas no Estado. Atualmente existem duas plantas em funcionamento, dentro da área de concessão da CEG, a Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (antigamente denominada Eletrobolt) no município de Seropédica, com potência de 350 MW e a Termelétrica Governador Leonel Brizola (antigamente denominada TermoRio) no município de Duque de Caxias, com potência de 1.040 MW. Existe ainda a Termelétrica Santa Cruz, de Furnas, localizada no município do Rio de Janeiro, com potência de 350 MW, que entrou em operação em 2012.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em 2007 o segmento representou 15,6% do volume comercializado pela Companhia e 6,8% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 03 clientes. Em 2008 representou 41,9% do volume comercializado e 18,7% do faturamento de gás natural e GLP, embora mantendo o mesmo número de clientes. Em 2009 o seguimento representou 8,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 24,8% do volume comercializado, e apenas 02 clientes. Em 2010 o seguimento representou 17,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 43,4% do volume comercializado, e apenas 02 clientes. **Em 2011 o seguimento representou 10,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 28,0% do volume comercializado, e apenas 3 clientes.**

#### i. participação em cada um dos mercados

A seguir, são apontados os volumes de vendas de cada segmento, com relação ao volume total de vendas de gás natural da Companhia, apontando a participação de cada um dos mercados, destacando que a CEG possui a exclusividade na distribuição do gás canalizado na sua área de concessão no Rio de Janeiro.

Principais Produtos e/ou Serviços	% Volume de Vendas		
	2011	2010	2009
Residencial:	4,7%	3,5%	5,4%
Comercial:	3,4%	2,5%	3,6%
Automotivo:	32,3%	25,7%	38,7%
Petroquímico:	5,1%	3,9%	2,5%
Co-geração:	2,7%	2,2%	3,3%
Industrial:	23,8%	18,8%	21,8%
Termelétricas:	28,0%	43,4%	24,8%

#### ii. condições de competição nos mercados

A Companhia possui a exclusividade na distribuição de gás natural canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), assim, não se verifica impactos do ponto de vista de competitividade nos seus resultados, tendo em conta a principal operação/atividade da Companhia (distribuição de gás canalizado).

Com relação ao mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, a Companhia possui uma participação discreta nas vendas na sua área de concessão. Este mercado apresenta maior competitividade, e vem recebendo investimentos pela Companhia, principalmente nos municípios/bairros onde ainda está em desenvolvimento ou estudo a expansão da rede de distribuição (Tubulações).

#### d. eventual sazonalidade

O ciclo de vendas de gás sofre grande influência das estações do ano. A utilização do gás cresce à medida que a temperatura ambiente se reduz. Esta variação ocorre principalmente em função do aumento do consumo para aquecimento de água, calefação, gerando maior reflexo no seguimento residencial, nos meses mais frios do ano.

Na análise dos reflexos causados pela sazonalidade na venda de gás, em regra, são desconsiderados os volumes de venda de gás para geração de energia elétrica, visto tratar-se de um mercado influenciado pelas decisões de política energética para o País, que estão fora de nossa gestão e que não são afetadas exclusivamente por fatores sazonais, e sim por questões de ordem estratégica.

#### e. principais insumos e matérias primas, informando:

Matéria Prima	Nome do Fornecedor	% de Fornecimento sobre o total das Compras da Companhia
Gás Natural	PETROBRAS	100%

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**
- ii. eventual dependência de poucos fornecedores**

Em razão da própria natureza da atividade, qual seja a distribuição de gás canalizado, exercida por meio de concessão do Governo do estado do Rio de Janeiro, e considerando que a produção de gás natural é detida pela Petrobras, este é o único fornecedor da matéria prima do negócio da Companhia.

A atividade de distribuição de gás canalizado é fiscalizada e regulada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, e a Agência Nacional do Petróleo – ANP é responsável pela regulação do mercado de Gás Natural Liquefeito de Petróleo. Assim, a Companhia está sujeita à regulamentação própria de ambas as agências.

- iii. eventual volatilidade em seus preços**

De acordo com o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Natural, as tarifas cobradas são revisadas a cada período de 05 anos, por meio de procedimento administrativo no âmbito do órgão regulador da atividade, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA. Além disso, os preços de vendas de gás sofrem correção anual com base no IGPM.

A partir do ano de 2009, a fornecedora PETROBRAS vem realizando leilões de venda de gás natural de curto prazo, normalmente por períodos de suprimento de 6 meses, cujos volumes adquiridos pelas distribuidoras são disponibilizados ao mercado não termelétrico e a clientes industriais específicos que demonstraram interesse. Assim, houve reflexo com a redução dos preços praticados aos clientes que solicitaram gás sob tal regime, e aos demais indiretamente.



**7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****7. Atividades do Emissor**

**7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:**

**a. montante total de receitas provenientes do cliente;**

Em 2009, a lista de clientes responsáveis pelo percentual de cerca de 10% da receita líquida total da Companhia era composta por 10 empresas. A partir de maio de 2010, com a entrada em operação da nova cliente industrial Thyssenkrupp CSA Sider. Atlântico o número de empresas caiu pela metade, observando-se o elevado volume de gás natural fornecido para a nova cliente, valendo ressaltar que todas as demais empresas continuam no quadro clientes da Companhia.

Ano 2009				
Cliente	Receita bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2009	% Part. Receita Líquida
RIO POLIMEROS S.A.	68.580.469,19	53.739.655,66	2.200.551.000,00	2,44
GERDAU ACOS LONGOS S/A	49.185.673,75	38.541.893,95		1,75
CIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS (Bebidas)	38.559.982,83	30.215.602,55		1,37
LANXESS ELASTOMEROS BRASIL SA	37.194.056,76	29.145.262,88		1,32
BAYER S/A	27.220.893,37	21.330.292,04		0,97
FABRICA CARIOCA CATALISADORES	25.172.369,17	19.725.068,48		0,90
OWENS-ILLINOIS BRASIL IND C SA	22.520.064,53	17.646.722,57		0,80
GPC	23.226.846,93	20.973.842,78		0,95
CIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS (Garrafas)	12.521.227,49	9.811.633,86		0,45
SCHOTT BRASIL LTDA.	11.505.808,13	9.015.951,25		0,41
<b>Receita Líquida Total</b>		<b>250.145.926,02</b>	<b>2.200.551.000,00</b>	<b>11,37</b>

Ano 2010				
Cliente	Receita bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2010	% Part. Receita Líquida
CSA THYSSEN - SID. DO ATLANTICO	136.240.703,95	106.758.215,62	2.195.303.000,00	4,86
GPC QUÍMICA COMB. (PROSINT)	56.856.028,89	51.340.994,09		2,34
GERDAU	51.983.845,39	40.734.541,25		1,86
AMBEV (BRAHMA)	46.866.886,09	36.724.891,94		1,67
RIO POLIMEROS	46.285.864,66	36.269.603,55		1,65
<b>Receita Líquida Total</b>		<b>271.828.246,44</b>	<b>2.195.303.000,00</b>	<b>12,38</b>

Ano 2011				
Cliente	Receita bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2011	% Part. Receita Líquida
CSA THYSSEN - SID. DO ATLANTICO	133.889.390,00	104.915.726,00	2.304.052.600,51	4,55
GPC QUÍMICA COMB. (PROSINT)	61.897.082,98	48.502.554,22		2,21
GERDAU	67.069.243,66	52.555.459,33		2,39
AMBEV (BRAHMA)	48.475.281,74	37.985.230,77		1,73
RIO POLIMEROS	50.860.884,27	39.854.588,91		1,82
<b>Receita Líquida Total</b>		<b>283.813.559,24</b>	<b>2.304.052.600,51</b>	<b>12,32</b>

**b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Os segmentos afetados pelas receitas provenientes dos clientes acima apontados são o Industrial e Petroquímico.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do Emissor

**7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:**

**a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Compete ao Estado, na forma do artigo 25 § 2º da Constituição Federal, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado. Assim, tendo sido celebrado o respectivo contrato de concessão, fica à Concessionária permitido o exercício de tal atividade.

Especificamente quanto à necessidade de autorizações para a realização de obras nos logradouros públicos de todos os Municípios localizados na área de concessão, tais solicitações são dirigidas à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Não existe histórico de problemas em relação à obtenção de licenças para a realização de obras emergenciais, entretanto, nos casos de expansão e renovação de redes, observa-se uma acentuada demora na concessão de tais licenças em virtude do trâmite burocrático nas Secretarias de Obras e Fazenda do Município.

Nos casos previstos na Resolução CONEMA nº 015 de 2009, havendo necessidade de obtenção de licenciamento ambiental de Dutos de Gás Natural, são solicitadas as respectivas licenças ao INEA.

Em geral, as licenças necessárias ao exercício das atividades de distribuição de gás natural são obtidas junto aos órgãos competentes, não havendo histórico de problemas em relação a essa obtenção.

**b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

A avaliação ambiental da CEG foi realizada em duas grandes dimensões: a primeira compreende a análise da sua situação de conformidade do ponto de vista da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão dos eventuais passivos ambientais, à luz dos princípios de responsabilidade objetiva inscritos nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente e da prática de sua aplicação.

A empresa inicialmente produzia gás manufacturado a partir do carvão. Ao longo dos anos setenta, esta matéria-prima foi substituída pela nafta, e a partir de 1982 passou a ser utilizado o gás natural.

Desde agosto de 2007 a empresa não realiza mais a produção do gás manufacturado, de maneira que a distribuição tornou-se exclusiva de gás natural após a conversão total da rede de distribuição.

A sede administrativa - está localizada num dos extremos da área central do Rio, às margens de um dos canais de drenagem superficial do solo de manguezais reclamado desde o início do século, que hoje acomoda várias indústrias, inclusive uma fábrica de tintas e uma usina de asfalto.

#### **Conformidade Ambiental**

A seguir estão listadas as ações para garantia de conformidade e prevenção da constituição de passivos em curso, incluindo-se ainda a realização obrigatória de auditoria ambiental:

- Solicitação, em julho/1997, das licenças de operação das seguintes unidades da CEG: Unidade São Cristovão, Estação Botafogo, Estação Piauí, Estação Leblon (desativada em maio/2003) e Estação de Modulação de Gás Natural.
- Monitoramento das emissões atmosféricas: Realizada avaliação das emissões atmosféricas da fabricação de gás manufacturado, em janeiro/1998.
- Análise de Riscos e Plano de Emergência: Realizada em maio/1998 Análises de Riscos de cada unidade (Fábrica de Gás e Estações Emissoras - Leblon, Botafogo e Piauí). Elaborados dois planos de emergência, um relativo ao sistema de distribuição de gás, em Janeiro/1998 e outro de Fábrica de Gás em Fevereiro/1999.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Medições da contaminação do solo/subsolo e pesquisa e identificação de hot spots: Avaliação qualitativa da contaminação do solo da Fábrica realizada em 1997.
- Revisão do Gerenciamento de Rejeitos: Vinculação, em Setembro/97, da CEG ao Sistema de Manifestos de Resíduos junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) com entrega do Inventário de Resíduos e em Janeiro/99 apresentado à FEEMA o Relatório do Programa de redução de Resíduos.
- Auditoria Ambiental Legal realizada anualmente, a última auditoria foi em outubro/2010.
- Licenciamento ambiental dos novos ramais de distribuição em alta pressão (AP), da CEG.
- Renovação do Licenciamento Ambiental dos ramais de distribuição que operam em alta pressão (AP);

Realização do licenciamento ambiental das redes de Média Pressão (MP), após a publicação do DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM determinou a obrigatoriedade do licenciamento das redes com essa classe de pressão. Recebido do INEA, dia 08/12/2010 a Licença de Instalação e Operação – LIO dessas redes.

Acompanhamento do licenciamento ambiental dos ramais de distribuição no órgão Estadual (INEA - Instituto Estadual do Ambiente) e realização de estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e Análise Quantitativa de Riscos).

Realização de compensação ambiental, para o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), no ano de 2002, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição para a Termelétrica Eletrobolt, através de Convênio para desenvolvimento de projeto de orientação e educação ambiental - Agentes Ambientais Seniores.

Realização de compensação ambiental, para o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), no ano de 2003, referente processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição Itaboraí através da construção de deck de ancoragem e abertura de canal com 50 metros de extensão.

Realização de compensação ambiental, para o IEF (Fundação Instituto Estadual de Florestas) no ano de 2005 e 2006, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição de São Gonçalo/Niterói e do ramal de distribuição de Guapimirim, através Projeto de Melhoria da Infra-Estrutura e de apoio operacional do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

Realização do Projeto de Reflorestamento no interior da APA-Petrópolis, em área degradada, para o IBAMA, iniciado em 2005 e encerrado em agosto de 2012, referente ao processo de licenciamento ambiental junto ao INEA do ramal de distribuição Petrópolis.

Realização de compensação ambiental no ano de 2006, referente aos processos de licenciamento ambiental junto ao INEA dos seguintes ramais de distribuição: Guapimirim, São Gonçalo/Niterói, Novas Fontes 1/Furnas Santa Cruz, Paraíba do Sul/Três Rios e Petrópolis, através de Acordo de Cooperação.

Solicitação de Licença de Operação da Rede de Alta Pressão (Sistema AP-12) da CEG visando à regularização da situação ambiental do Sistema de Distribuição da CEG.

Realização de depósito em conta poupança dos valores referentes às compensações ambientais, fração IBAMA, dos projetos Novas Fontes 1 – Furnas Santa Cruz e Gaseificação Paraíba do Sul / Três Rios. Procedimento firmado pela assinatura em 16/12/08 do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), solicitado pelo procedimento da Câmara de Compensação Ambiental.

Cancelamento dos registros no IBAMA da operação pela CEG dos postos de GNV de São Cristóvão no ano de 2006 e Acari e o encerramento de atividades das Estações Botafogo e Piauí no ano de 2007.

Atualização do Cadastro Técnico Federal do IBAMA, realizada anualmente, e entrega dos Relatórios de Atividades do IBAMA referente ao ano 2010, das unidades da CEG( incluindo a Estação de Modulação) e dos ramais de distribuição de gás natural.

### **Passivos Ambientais**

Eliminação do passivo do resíduo de catalisadores de níquel, no ano de 2002, resultante do processo de fabricação de gás manufacturado. O processo utilizado para eliminação deste passivo foi o de incorporação em cimenteira, devidamente aprovado pelo INEA.

### **Investigação ambiental do subsolo da Unidade São Cristóvão (2000 e 2001):**

Avaliação e caracterização, na Unidade São Cristóvão (*on-site*) e na região no entorno à Fábrica (*off-site*), das áreas potencialmente impactadas (solo e água) e proposição de alternativas aplicáveis de remediação das áreas impactadas e tratamento final dos resíduos; Instalação de 37 poços *on-site* e 19 poços *off-site* para monitoramento das águas subterrâneas.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### **Investigação Ambiental Complementar Unidade São Cristóvão – Área Nordeste (2006)**

Os serviços realizados compreenderam a execução de 31 (trinta e uma) sondagens e a instalação de 20 (vinte) poços de monitoramento/extração para delimitação da pluma de produto em fase livre.

### **Remediação ambiental do subsolo da Fábrica:**

Área Nordeste da Unidade São Cristóvão: Instalação de sistema de bombeamento do óleo em fase livre (remoção de óleo), com início da operação em Janeiro/2002, devidamente autorizado pelo INEA.

Modificação e ampliação do sistema de remoção de óleo por extração Multifásica, em 2006. Este sistema encontra-se em operação.

Área Sudeste da Unidade São Cristóvão: Instalação de Barreira Hidráulica para controle da migração da pluma de contaminação existente na porção sul-sudeste da Fábrica em julho de 2002, o Sistema de Barreira Hidráulica foi modificado e ampliado, em 2004, com a instalação de novos poços, objetivando um maior controle da migração da pluma de contaminação. Este sistema encontra-se em operação.

Realização de investigações ambientais nas estações do Leblon (2002), Mangue (2005), Piauí (2006), caracterização hidrogeológica e geológica preliminar do Posto de GNV Acari, em março/2004. Descomissionamento da estação Piauí, em 2006; e monitoramentos ao longo de 2007 e 2008, sendo constatado pelo INEA e descomissionamento da estação Botafogo em 2007 com posterior investigação ambiental do subsolo que demonstrou que a área estava livre de passivo ambiental.

### **Plano Global de Monitoramento:**

Realização de campanhas de monitoramentos semestrais para acompanhamento das concentrações nas águas subterrâneas, na área interna e externa da Unidade São Cristóvão da CEG, permitindo assim ao longo do tempo a tomada de decisão quanto a ações corretivas, caso as mesmas sejam necessárias.

### **Comentários sobre a Legislação Ambiental**

Proteção ambiental é matéria tratada na Constituição Federal e na legislação da União, dos Estados e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 em vigor estabelece, em seu capítulo especial sobre meio ambiente, o direito das pessoas a um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, estabelecendo ainda, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição. A primeira lei federal que disciplinou a matéria, de modo sistemático e moderno, foi a de número 6.938/81, que estabeleceu uma Política Nacional de Meio Ambiente, a ser exercida por um Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto por agências federais e municipais, e institucionalizou o CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, responsável pela elaboração das normas federais operacionais de controle ambiental.

Entre as novidades relevantes de 1981, surge o conceito de "responsabilidade objetiva" ou "sem culpa", seguindo o exemplo dos Estados Unidos e de alguns países europeus, bem como a atribuição ao Ministério Público de poderes e responsabilidades específicas para o ajuizamento das chamadas ações civis públicas.

Em 1985, os poderes do Ministério Público foram significativamente ampliados para efeito de condução direta das ações civis ou da atuação como fiscal da Lei, especialmente quanto às ações relativas à responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei 7.347/85).

O Ministério Público pode exigir a recuperação do meio ambiente alterado, a indenização por danos ambientais comprovados ou a cessação das atividades nocivas, o que pode acarretar o fechamento da empresa poluidora ou a aplicação de multa diária enquanto persistir a conduta lesiva. O poluidor e seus sucessores, bem como qualquer um que tenha contribuído para o dano, são considerados responsáveis perante a lei.

Trata-se do Princípio da Responsabilidade Solidária, consagrado no artigo 1.518 do Código Civil, que especifica que os responsáveis responderão, individual ou conjuntamente pelo pagamento do total da indenização devida.

No âmbito criminal, recentemente, o Governo Federal editou a Lei 9.065/98, que dispõe sobre as sanções penais, bem como administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não revogando as demais leis que tipificam crimes ambientais.

Aprovação em 26 de novembro de 2002 e publicação em 28 de dezembro de 2002 a Deliberação CECA nº 4.231 que cria os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Combustível (Natural ou Manufaturado), e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Aprovação em 23 de maio de 2006 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 25 de julho de 2006 a Deliberação CECA nº 4.678, que estabelece os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Natural ou Manufaturado, e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Aprovação em 02 de dezembro de 2009 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM e dá outras providências.

Aprovação em 22 de setembro de 2009 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 2009 a CONEMA nº 015, que revoga a Resolução CECA nº 4.678 e estabelece critérios para o licenciamento ambiental e dá outras providências.

Aprovação pela Resolução Conema nº 21, de 07 de maio de 2010 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 14 de maio de 2010 a revisão da DIRETRIZ -056- revisão 3 do INEA com os novos itens a serem auditados e os novos requisitos ambientais a serem atendidos, incluindo novos indicadores ambientais dos últimos 5 anos que devem ser informados ao INEA.

Aprovação em 02 de agosto de 2010 da LEI Nº 12.305 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

### **Adequação Ambiental da CEG**

O projeto de adequação ambiental da CEG é uma consequência de seu incansável objetivo de sempre aperfeiçoar seus procedimentos, e decorre das recomendações resultantes da avaliação feita à época da privatização, que pode ser entendida em duas dimensões: a primeira compreendeu a análise da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão das questões ambientais, levando em conta o princípio da responsabilidade objetiva inscrito nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente.

#### **c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Para o desenvolvimento da atividade de exploração do serviço local de gás canalizado, é imprescindível a obtenção da respectiva concessão junto ao Estado, conforme estabelece o artigo 25 § 2ª da Constituição Federal. A Concessionária CEG celebrou seu Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado em 21/07/1997.

As marcas utilizadas pela CEG são registradas no INPI, não havendo registro de patentes. Além disso, atualmente inexistem contratos de royalties e franquias em vigor.

As licenças necessárias para o exercício das atividades são solicitadas aos órgãos competentes. As obras em logradouros públicos são licenciadas pela Prefeitura, enquanto as questões ligadas ao licenciamento ambiental são resolvidas junto ao INEA.

## 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do Emissor

##### 7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas são obtidas na área de concessão da Companhia (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros.

- b. **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há clientes em países estrangeiros, assim, não há receitas provenientes de clientes em países estrangeiros.

- c. **receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Como acima descrito, não há cliente em países estrangeiros, assim, a companhia não possui receita proveniente de países estrangeiros, sendo nula respectiva participação na receita líquida total da Companhia.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **7. Atividades do Emissor**

##### **7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor**

Conforme informação prestada no item 7.6 deste Formulário de Referência, em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas da Companhia são obtidas na sua área de concessão (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros, portanto, não sendo auferida pela Companhia receita de país estrangeiro.

Assim, a Companhia não está sujeita à regulação de nenhum país estrangeiro, e conseqüentemente não há que se falar em efeitos no negócio da Companhia.

## **7.8 - Relações de longo prazo relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **7. Atividades do Emissor**

##### **7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário**

Os contratos comerciais e industriais são firmados pelos prazos de vigência médios de 03 (três) a 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados, para até a equiparação ao prazo do contrato firmado pela Companhia com a Petrobras para aquisição de gás natural.

Os contratos de compra e venda de gás natural firmados com as térmicas Barbosa Lima Sobrinho e Governador Leonel Brizola possuem vigência até dezembro de 2012, cuja ampliação está sendo negociada já no primeiro semestre de 2012.

Os contratos firmados no segmento residencial possuem vigência por prazo indeterminado, limitados ao período de concessão, qual seja, de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período, durante o qual a Companhia se mantém como prestadora do serviço de distribuição de gás natural.

O Contrato de aquisição de gás natural firmado com a Petrobras tem vigência até 2016.



## 7.9 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 7. Atividades do emissor

##### 7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as atividades do emissor.

##### Gás Natural, Energia do Futuro.

##### Produto: definição, composição e propriedades

O petróleo tal como é encontrado na natureza é uma mistura de hidrocarbonetos em seus três estados (sólido, líquido e gasoso) e pequenas quantidades de enxofre, oxigênio e nitrogênio. Quando da extração do óleo de uma jazida, de petróleo, por uma questão de pressão e temperatura, parte do que é sólido se liquefaz e parte do que se encontra em estado líquido, transforma-se em gás. A conceituação do gás natural ou gás pressupõe todo o hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Assim, o gás natural é uma energia de origem fóssil, mistura de hidrocarbonetos leves entre os quais se destaca o metano (CH<sub>4</sub>), que se localiza no subsolo da terra e é procedente de decomposição de matéria orgânica espalhada entre os extratos rochosos. Tal e como é extraído das jazidas, o gás natural é um produto incolor e inodoro, não é tóxico e é mais leve do que o ar. Além disso, é uma energia carente de enxofre e a sua combustão é completa, liberando como produtos o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e vapor de água, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente.

Uma vez extraído do subsolo, o gás natural deve ser transportado até as zonas de consumo. O transporte desde as jazidas até estas zonas é feito através de tubulações de grande diâmetro, denominadas gasodutos. Quando o transporte é feito por mar, e não é possível construir gasodutos submarinos, o gás é carregado em navios metaneiros. Nesses casos é liquefeito a 160°C abaixo de zero reduzindo seu volume em 600 vezes, possibilitando o transporte de maiores quantidades. No porto receptor o gás é descarregado em plantas ou terminais de armazenamento e é regaseificado.

Assim, permanece armazenado em grandes depósitos na pressão atmosférica e posteriormente é injetado na rede de gasodutos até os pontos de consumo. Todas essas instalações são construídas preservando-se o meio ambiente, sendo em grande parte subterrâneas, favorecendo a possível restituição da paisagem.

##### Diferentes utilizações do gás natural

Dentre as fontes de energia, o gás natural se caracteriza por sua eficiência, limpeza e versatilidade. O gás natural pode ser utilizado tanto nas residências, como no comércio e na indústria, não necessitando ser armazenado previamente, tratando-se de um combustível não poluente.

##### **Fornos e Fogões**

Os aparelhos para cozinhar com gás, como os fogões com ou sem forno, estão equipados com modernos sistemas de acendimento e segurança, que facilitam sua utilização. Os fornos de gás dispõem cada vez mais de um número maior de opções para oferecer produtos com mais qualidade. Em seus interiores o vapor de água gerado na combustão do gás permite que as refeições não fiquem ressecadas, mantendo todo o sabor.

##### **Aquecedores**

Os aquecedores de gás produzem água quente instantânea e sem limite. Estes aquecedores funcionam somente quando há necessidade de água quente, o que permite uma máxima economia da energia. Os aquecedores de acumulação armazenam água quente para quando houver necessidade de utilizá-la em vários pontos ao mesmo tempo e, em grandes quantidades.

##### **Lavadoras de Roupas e de Louças**

O gás natural também é aplicado nas lavadoras de roupas e louças, que utilizam a água aquecida por um aquecedor ou caldeira de gás, gerando economia de tempo e financeira.

##### **Radiadores Murais, Lareiras e Churrasqueiras**

O gás natural também permite aquecer os lares gerando máximo conforto. Os radiadores murais autônomos produzem um calor instantâneo no cômodo desejado, não consumindo o ar do interior da residência. As lareiras de gás natural têm uma chama real, não produzem resíduos, e são acesas automaticamente. No jardim, as churrasqueiras de gás natural oferecem a máxima limpeza, já que não produzem resíduos.

## 7.9 - Outras informações relevantes

### **Comércio e Indústria**

Nos comércios e nas indústrias o gás natural pode ser usado para qualquer processo de geração de frio ou calor, na co-geração de energia térmica e elétrica, e na geração própria de eletricidade. No comércio já é amplamente utilizado em padarias, restaurantes, hotéis, escolas de natação, etc.

Como combustível, o gás natural é utilizado nos processos e equipamentos industriais que precisam de uma energia térmica limpa, eficaz e econômica: em cerâmicas, vidraçarias, fornos em geral, fundições, tratamentos térmicos, etc.

O gás natural também permite climatizar e gerar frio para prédios e locais industriais, tanto como produzir gelo para pistas de patinação.

### **Co-geração**

Outra aplicação de grande atualidade e com grande futuro é a co-geração. A co-geração com gás natural produz em conjunto energia elétrica (ou mecânica) e calor útil para fábricas, centros de saúde e hotéis, assim como grandes complexos urbanísticos. A co-geração com gás natural reduz em grande medida a emissão de resíduos contaminantes.

O gás natural é também cada vez mais utilizado na geração de eletricidade nas centrais térmicas convencionais ou de ciclo combinado. Este processo permite economizar energia e além de tudo, diminuir os níveis de poluição.

### **GNV**

O gás natural como combustível para automóveis também é uma importante alternativa, viável, e eficiente na redução de emissão de poluentes atmosféricos, especialmente nas cidades com alta intensidade de trânsito.

### **Gás natural: a melhor energia do planeta**

O gás natural é consumido em vários países há mais de 50 anos e cerca de 95% de quase todo o gás canalizado do mundo corresponde a gás natural. Este tipo de gás é uma das fontes de energia mais limpas que existe, uma vez que não produz resíduos em sua combustão e não polui o meio ambiente. É altamente valorizado em consequência da progressiva conscientização mundial da relação entre energia e meio ambiente.

### **O gás natural é uma energia que:**

- se utiliza tal qual é extraída da natureza, chegando à casa do cliente sem nenhuma transformação;
- permite resolver os problemas energéticos e em consequência das grandes reservas existentes, possibilita seu desenvolvimento e expansão em diversos campos;
- dispõe de alto poder calorífico, quase duas vezes e meia maior que o do gás manufacturado;
- preserva o meio ambiente, pois a sua combustão não produz fumaça nociva, ajudando a reduzir a poluição da cidade;
- é versátil, com muitas aplicações como a lavagem e secagem de roupas, de louças, em ar condicionado, em veículos, na geração de energia elétrica, além das utilizações tradicionais.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 8. Grupo Econômico

##### 8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

###### a. controladores diretos e indiretos

O controle da Companhia é exercido pelo grupo espanhol Gás Natural, composto pela Gas Natural SDG S/A e Gas Natural Internacional SDG S/A, que detém 54,2% das ações ordinárias da Companhia.

Abaixo a descrição das participações acionárias, apontando-se os acionistas representados no Conselho de Administração, inclusive os acionistas minoritários.

Acionista	Percentual	Nacionalidade
Gas Natural Internacional SDG S.A	35,26%	Espanha
BNDESPAR	34,56%	Brasil
Gas Natural SDG S.A	18,90%	Espanha
Fundo de Investimentos Ações Dinamica Energia	8,78%	Brasil
Pluspetrol Energy S.A	2,26%	Argentina
Ações em tesouraria	0,0047%	
Outros	0,23%	
Total	100%	

###### b. controladas e coligadas

A Companhia não é controladora e nem possui participação acionária em outras sociedades.

###### c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia não possui participações em outras sociedades, nem mesmo nas sociedades sob controle comum, como acima destacado.

###### d. participações de sociedades do grupo no emissor

Outras sociedades sob controle comum não possuem participação acionária na Companhia.

###### e. sociedades sob controle comum

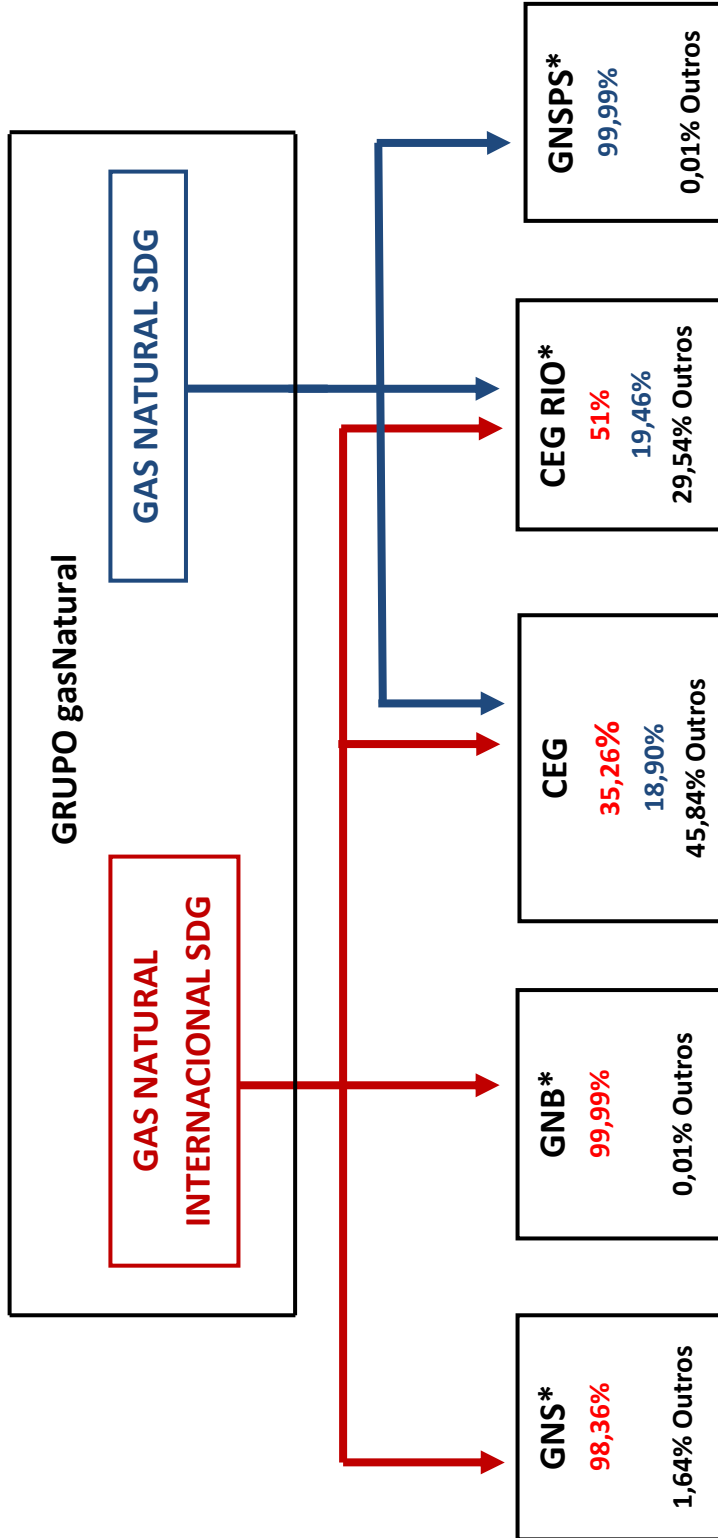
O Grupo Gás Natural também possui o controle acionário das seguintes Sociedades Anônimas, todas de capital fechado: CEG RIO S/A, Gás Natural Serviços S/A, Gas Natural São Paulo Sul S/A, e Gas Natural do Brasil S/A.

## 8.2 - Organograma do Grupo Econômico

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

#### 8. Grupo econômico

#### 8.2. Organograma do grupo econômico



\*S/A de Capital Fechado.

**OBS:** Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás. As duas primeiras possuem concessão para distribuição de gás no Rio de Janeiro e a última possui concessão para distribuição de gás em região de São Paulo. As sociedades Gás Natural Serviços S/A (GNS) e Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos.

### **8.3 - Operações de reestruturação**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve operações de reestruturação tais como incorporação, fusão, cisão, incorporação de ações, alienação e aquisição de controle acionário nos últimos três anos.

## 8.4 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 8. Grupo

##### 8.4. Outras informações relevantes sobre o grupo econômico

##### **Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina**

A Ceg é operada pela Gas Natural Fenosa - grupo multinacional de serviços de gás e eletricidade, presente em 24 países e com mais de 20 milhões de clientes.

O Grupo entrou para o mercado de eletricidade em 2010, após concluir sua fusão com a Union Fenosa. Através da fusão, a empresa ampliou seu perfil de negócios, com a diversificação de suas atividades e geografia, o que traz grande estabilidade aos resultados obtidos.

Trata-se da maior companhia integrada de gás e eletricidade da Espanha e América Latina, líder em comercialização de gás natural na península Ibérica e primeira distribuidora de gás da América Latina. Com uma frota de 10 navios metaneiros é um operador de referência de gás natural liquefeito (GNL) e gás natural, na bacia do Atlântico e Mediterrâneo, onde opera 30 bcm.

Em seu plano estratégico 2010-2014, estabelece duas fases diferenciadas: até 2012 a companhia estará focada no fortalecimento do balanço, na otimização para consecução de sinergias e crescimento orgânico.

Na segunda fase, até 2014, estará centrada na realização de investimentos em função do entorno, para aproveitar as oportunidades nos mercados chave, mantendo a solidez financeira.

O plano prevê manter a América Latina como um pilar chave dentro do grupo.

##### **Presença no mundo: 24 países e mais de 20 milhões de clientes**

Na Espanha, a Gas Natural Fenosa distribui e comercializa gás e eletricidade, desenvolve atividades de geração elétrica, de regaseificação e exploração. Na França, Bélgica e Luxemburgo, realiza atividades de comercialização de gás; e na Itália distribui e comercializa gás natural e desenvolve projetos de regaseificação. Sua atividade em Portugal inclui comercialização de gás e eletricidade e, ainda, projetos eólicos.

Na América Latina, a Companhia realiza atividade de distribuição de gás na Argentina e Brasil, distribuição no mercado elétrico e gasista na Colômbia e geração elétrica e distribuição de gás no México. Em Porto Rico, atua nos mercados de geração elétrica e operação de uma planta de regaseificação.

A Companhia realiza distribuição elétrica na Nicarágua e Moldávia, gera e distribui eletricidade no Panamá e participa no negócio de telecomunicações na Guatemala. Na Costa Rica, República Dominicana e Quênia, o grupo desenvolve atividades de geração.

No Sul da África conta com uma mina de carbono e no Marrocos realiza atividades de exploração e operação do gasoduto Magreb-Europa. Além disso, a Gas Natural Fenosa participa em duas plantas de liquefação, no Egito e Omán, conta com carteira de projetos eólicos na Austrália, e tem projetos de *upstream* em Angola.

Adicionalmente, a Gas Natural Fenosa mantém relações comerciais de compra e venda de gás em vários países, entre os quais se destaca a Argélia, localidade em que se encontra parte do gasoduto Magreb-Europa.

## 8.4 - Outras informações relevantes

### **Gas Natural Fenosa no Brasil: mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos**

A Gas Natural Fenosa registrou mais um ano de relevante crescimento no Brasil, com a realização de R\$ 153,8 milhões em investimentos tanto no negócio não regulado (venda de equipamentos e prestação de serviços) quanto no negócio regulado (distribuição de gás). Desde 1997, a Gas Natural Fenosa já contabiliza mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos no país, sendo boa parte destinada à criação de infraestrutura para ampliação da malha de distribuição de gás em todas as áreas de concessão.

A Ceg, a Ceg Rio e a Gas Natural SPS registraram um incremento líquido de 24.360 novos clientes e passaram a contar com um total de 841.360 consumidores e uma rede de 6.136 Km de extensão. O projeto de expansão contemplou os municípios Itatiaia e Teresópolis, no Rio de Janeiro. No município de Teresópolis, o gás natural é oriundo de uma estação de descompressão de gás natural comprimido – GNC, e em Itatiaia foi construído gasoduto de 8,5 quilômetros de rede em polietileno.

Em São Paulo, a Gas Natural SPS passou a abastecer clientes residenciais e comerciais no município de Alumínio que, até então, só possuía clientes industriais.

No segmento industrial, o Grupo assinou novos contratos de fornecimento, com destaque para o contrato com a CSA, em Itaguaí, a Nestlé, em Três Rios, e a Toyota, em Sorocaba.

A Gas Natural Serviços - que atua na área de negócio não regulado - implantou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás e conseguiu comercializar mais de 5.000 aparelhos, já no primeiro ano de atividade. A empresa também fechou contratos com a Vital Brasil, CasaShopping e INT, para implantação de sistemas de Geração; com o Shopping Via Parque, para ampliação da planta de Geração; e com o Centro Comercial Pólo I, para instalação de sistema de Climatização.

O serviço de atendimento ao cliente da Gas Natural Fenosa teve, em 2011, o reconhecimento externo por meio de 11 premiações. A empresa recebeu o Prêmio ABT, primeiro lugar nas categorias Atendimento Técnico, Campanhas de Comunicação, Multicanal e Serviço de Atendimento ao Público - SAP. O prêmio tem como co-realizadores o Centro de Estudos da Comunicação com o Mercado, da Fundação Getulio Vargas, e o Instituto de Marketing e Relacionamento com o Cliente.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****9. Ativos Relevantes****9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor**

Total R\$	1.330.370.398,73	1.338.923.941,06
-----------	------------------	------------------

CLASSE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2010	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2011
SOFTWARE	19.057.741,00	17.163.865,58
INTANGÍVEL	1.192.779,63	1.046.105,38
TERRENOS	1.890.212,49	1.890.212,49
BENFEITORIAS	272.054,58	150.099,05
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	21.975.072,09	20.220.520,68
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.084.903,23	3.035.111,77
HARDWARE	3.218.042,01	2.632.350,71
VEÍCULOS	3.517.943,79	3.401.907,41
EDIFICAÇÕES	7.313.221,69	7.841.566,55
INSTALAÇÕES	102.171.873,99	107.577.479,28
REDE DE GÁS	968.519.820,63	1.017.887.143,28
DIFERIDO	198.156.733,60	156.077.578,88



**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Praça Mario Nazaré nº 15, 19, s/nº, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Av. Presidente Vargas, nº 2610, Cidade Nova	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Pedro Jório nº 415, Acari	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Conde de Bonfim, nº 645 / Loja B, Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Procópio Ferreira, Lote 1, Vila Lage	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Estrada do Camboatá, Lote 02	Brasil	RJ	Queimados	Própria
Jardim Maracanã, QD 73 L. 17, 18, 38, 39, 45 QD 91 L. 1, 2, 3, QD 92 L. 1 e 2.	Brasil	RJ	Seropédica	Própria
Rua Hemenengarda nº 60, Loja 08, Méier	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Av. Ayrton Senna, nº 1850 Loja M-N, Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Visconde de Sepetiba, nº 935/ Loja 111/122/124, Centro	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Dom Valmor, nº 383/Loja 8, Centro	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
Alameda São Boa Ventura, nº 520, Fonseca	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Raimundo Correa nº 40 / Ljs. C-D	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rod. Washington Luiz nº 8755	Brasil	RJ	Dique de Caxias	
Estrada Rio Magé s / nº Km 6,5 (BR - 493)	Brasil	RJ	Itaboraí	
Av. Abelardo Bueno, nº 3.300 / Ljs. 701 a 705 e 710	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Passo da Pátria nº 105 / Ljs. 13 e 14 Jardim 25 de Agosto	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

<b>Tipo de ativo</b>	<b>Descrição do ativo</b>	<b>Território atingido</b>	<b>Duração</b>	<b>Eventos que podem causar a perda dos direitos</b>	<b>Consequência da perda dos direitos</b>
Concessões	Servidão de Passagem das redes de gás (registrado como intangível)	Área de Concessão (Região Metropolitana do RJ)	Prazo da Concessão - 30 anos	Término do prazo da concessão ou rescisão do contrato de concessão	Perda da concessão para distribuição de gás canalizado na área de concessão (Região Metropolitana do RJ)

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana	42.124.693/0001-74	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Limpeza Urbana (empresa pública)	0,000000
				<b>Valor mercado</b>	31/12/2009	0,00		
<b>31/12/2011</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2010	41,00		
<b>31/12/2010</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2009</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A participação da CEG na Comlurb, sociedade anônima de capital fechado, corresponde a 0,000088% do capital social. O total de 41 (quarenta e uma) ações já era detido pela CEG antes de sua desestatização em 1997, não possui liquidez, e não há regra de compra de tais ações prevista pela Comlurb, por isso a CEG ainda detém tal participação.								
RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro	42.171.058/0001-48	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Desenvolvimento do turismo no município (empresa pública)	0,000000
				<b>Valor mercado</b>	31/12/2009	0,00		
<b>31/12/2011</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2010	640,00		
<b>31/12/2010</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2009</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A participação da CEG na Riotur, sociedade anônima de capital fechado, corresponde a 0,001394% do capital social. O total de 409 (quatrocentas e nove) ações já era detido pela CEG antes de sua desestatização em 1997, não possui liquidez, e não há regra de compra de tais ações prevista pela Riotur, por isso a CEG ainda detém tal participação.								
Serviços de Cogeração Carioca LTDA.	04.165.227/0001-48	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Projeção, implantação, operação e manutenção de central de cogeração de energia, prestação de serviços correlatos e locação de equipamentos.	11,170000
				<b>Valor mercado</b>	31/12/2009	0,00		
<b>31/12/2011</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2010	380.000,00		
<b>31/12/2010</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2009</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A CEG possui 380 cotas da sociedade e visa a locação de equipamentos de cogeração de energia.								

## 9.2 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 9. Ativos Relevantes

##### 9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As marcas utilizadas pela Companhia estão protegidas por registro no INPI, contudo não estão registradas no ativo da companhia. A principal marca comercial está registrada sob o nº 821065041 no INPI.

Em razão das políticas de mudança da marca da Companhia, que estão sendo implementadas em 2011, previamente foi depositado – em 18.10.2010 – pedido de registro no INPI, sob o nº 903046563, da nova logo que será utilizada pela empresa, mediante cessão não-onerosa por parte da sua controladora, detentora da titularidade da marca.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

##### 10.1 Os diretores devem comentar sobre:

###### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

**Em 2007** a Companhia completou o primeiro decênio após a privatização, com resultados positivos no período e no exercício findo naquele ano. Dentre os fatos mais marcantes do exercício, destacam-se: a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para o gás natural iniciado em 1998; redução do nível de endividamento da empresa se comparado com o exercício anterior (2006); o aumento das vendas no segmento automotivo; e a certificação da Companhia pela ISO 9001/2000 e do Laboratório de Controle e Qualidade de gás pelo Inmetro.

**Em 2008** os fatos mais marcantes foram: o aumento de 41% no volume de vendas, com destaque para as vendas de gás para geração de energia elétrica que foram 280% superiores ao exercício anterior (2007); a assinatura do novo contrato de suprimento de gás com a Petrobras, que estabeleceu uma política de preços e a flexibilização ao sistema de distribuição em situações de emergência; além disso, a companhia alcançou os melhores índices de segurança de sua história, tanto do ponto de vista laboral como do ponto de vista industrial, em matéria de distribuição e de utilização; foi também implantada a Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente (uma área exclusiva com o objetivo de atender aos clientes insatisfeitos com os canais de relacionamento convencionais), resultando na melhoria do índice de satisfação dos clientes que atingiu 88%.

**Em 2009**, apesar da crise econômica, iniciada no final de 2008 que afetou o setor produtivo e a econômica mundial ao longo do ano, a Companhia manteve sua trajetória de crescimento, pautada pela orientação ao cliente, nos compromissos com resultados, na sustentabilidade e na responsabilidade social corporativa. Assim, apesar da recuperação da economia a no segundo semestre de 2009, o ano foi fortemente impactado pela crise econômica mundial. Este cenário gerou recuo da atividade industrial em todo país, (-5,5%), influenciada pela queda do dinamismo dos produtos tipicamente de exportação, particularmente as commodities (minérios de ferro e produtos siderúrgicos), e pelo forte ajuste na produção de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e de máquinas e equipamentos. O volume diário de gás natural consumido em 2009 foi de 36,7 milhões de metros cúbicos, 26% abaixo de 2008. Esta redução foi provocada pela menor atividade industrial e pela situação hidrológica favorável, que tornou desnecessário o uso intensivo do insumo nas termelétricas. A aprovação da Lei do Gás, que em 2009 ainda dependia de regulamentação, estabeleceu novo marco regulatório e modernizou e atualizou as regras para transporte, exploração, estocagem, processamento, liquefação, regaseificação e comercialização do gás natural no Brasil.

**Em 2010**, passados os efeitos da crise econômica mundial, o Brasil tornou-se uma das economias com maiores perspectivas de crescimento. A produção industrial tornou este setor o principal motor da economia brasileira, com crescimento de 10,5%. O melhor desempenho foi da indústria extrativa mineral (13,5%), seguida pela construção civil (10,7%), indústria de transformação (10,5%) e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (6,6%). Teve início a produção do pré-sal. O volume diário de gás natural consumido foi de cerca de 48 milhões m<sup>3</sup>/dia, 37% acima de 2009. Este aumento foi provocado pela maior atividade industrial – o uso de gás pela indústria cresceu 20,15%, mas o consumo das termelétricas se destacou devido à situação hidrológica desfavorável, elevando-se 171%. A cogeração registrou alta de 19,6% e as residências demandaram mais 7,2% de gás natural, seguidas do segmento comercial, com alta de 6,26% no consumo. A grande evolução em 2010 foi a efetivação da Lei do Gás, com a publicação do Decreto nº 7.382 em 03 de dezembro de 2010, o qual, remete aos Estados a regulamentação da distribuição e comercialização do gás natural. Vale lembrar que os marcos regulatórios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo já estabelecem condições para a distribuição de gás canalizado para o consumidor livre, assim como suas tarifas referentes ao serviço de distribuição. Dessa forma, cabe aos Estados regulamentar as condições e as tarifas para as novas operações previstas na Lei/Decreto. Os principais pontos do Decreto são a instituição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Gasodutos – PEMAT; a regulamentação do período de exclusividade; e a regulamentação do acesso de terceiros aos gasodutos de transporte e da troca operacional de gás (swap). A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás.

**Em 2011**, com o agravamento da crise na União Européia e a fraca perspectiva de crescimento nos Estados Unidos, a solidez da economia brasileira representou maior atração ao investidor estrangeiro. As três maiores agências mundiais de risco elevaram a nota do Brasil, ao mesmo tempo em que reduziram a de diversos países europeus e dos Estados Unidos – que permanecia inalterada no nível máximo desde 1941.

O Brasil foi classificado como a sexta maior economia do mundo depois de ultrapassar a Grã-Bretanha. No terceiro trimestre deste ano, porém, o PIB brasileiro ficou estagnado, depois que o consumo doméstico teve ligeira queda, fechando o ano com um crescimento de 2,7%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de 2011 encerrou o ano no teto da meta do governo, 6,50%, por conta principalmente do aumento dos preços das *commodities*. No acumulado do ano, o dólar experimentou uma valorização de 12,15%, a maior desde 2008, ano da crise financeira internacional, fechando a taxa de câmbio em 1,8685 real para venda. O preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor - fechou 2011 em US\$ 2,98/MMBtu, valor bem inferior à média de 2010 (US\$ 4,38/MMBtu).

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O gás natural tem se tornado, cada vez mais, um energético estratégico, representando 21% da matriz energética mundial. No Brasil, apesar das reservas abundantes, esse percentual é de 9%. De acordo com a Agência Internacional de Energia – EIA, o gás natural deve atingir, até 2035, um quarto da demanda de energia do mundo. Atualmente, já existe uma grande produção de gás natural no Brasil, e perspectivas concretas de aumento significativo desse volume com as descobertas do pré-sal. Há ainda uma enorme demanda para consumo industrial como matéria prima do processo de produção. A produção de gás e de petróleo, em 2011, foi a maior já registrada no Brasil, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo – ANP. Segundo a agência, foram produzidos 768 milhões de barris de petróleo e 24 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Isso representa um aumento de 2,5% na produção de petróleo e de 4,9% na de gás natural, em relação ao ano anterior. Em 2011, houve redução de 27% na prática de queima do gás, em relação ao ano anterior. Em média, foram queimados 4,8 milhões de metros cúbicos por dia, contra a média de 6,6 milhões em 2010.

O volume diário de gás natural consumido pelas distribuidoras brasileiras foi de 47,6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, 4% abaixo do volume registrado no ano anterior. Essa redução foi provocada pelo menor consumo termoelétrico, uma vez que o maior nível dos reservatórios das hidroelétricas diminuiu o acionamento das térmicas a gás natural, que registraram um consumo 37% inferior ao consumido em 2010. Entretanto, o segmento de cogeração apresentou um aumento de 3,1% no consumo de gás natural.

Já com relação à indústria, com a retomada da produção, o setor industrial apresentou acréscimo de 9,8% no consumo de gás natural, aproximadamente o mesmo percentual alcançado pelo segmento residencial no período, porém, como a demanda residencial representa menos que 2% da demanda total, este resultado teve pouco impacto sobre o somatório final. No mercado comercial, houve acréscimo de 8,6% no consumo de 2011 ante 2010, enquanto o consumo automotivo teve baixa de 1,7%. As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas ainda não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com, aproximadamente, 21 mil km de rede de distribuição e mais de 2 milhões de clientes de gás natural.

No que se refere à energia elétrica, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE foram consumidos, em 2011, 430,1 mil GWh de eletricidade, 3,6% a mais do que em 2010. Este crescimento, contudo, é praticamente a metade do verificado em 2010, quando a economia teve expansão de 7,5% e o consumo de energia subiu 7,8%. O crescimento do consumo de energia foi motivado principalmente pela atividade do comércio, seguido pelo consumo das famílias. Os leilões de energia realizados neste ano fecharam a contratação de cerca de 5,1GW em potência instalada. Por um lado, houve a surpresa positiva da energia eólica, que viabilizou 2,9GW, o equivalente a 56,7% das usinas contratadas no ano. Em contraponto, houve uma freada brusca no desenvolvimento de hidrelétricas. Se em 2010 foram licitados projetos de grande porte, como Belo Monte e Teles Pires, em 2011 tudo ficou somente na expectativa, devido principalmente a problemas na obtenção de licença ambiental, respondendo apenas por cerca de 10% da contratação do ano. Por sua vez, as usinas a gás voltaram a participar dos leilões e conseguiram viabilizar 1.029MW, através dos projetos da Petrobras e MPX, que produzem o próprio combustível.

Neste cenário, a Companhia celebrou com a PETROBRAS novo aditivo ao contrato de fornecimento de gás firmado em 2008, visando: (i) prorrogar a vigência do contrato de 2014 para 2016; (ii) reduzir as quantidades diárias contratuais de volumes (QDCs) para o período de prorrogação e (iii) extinguir a modalidade de contratação firme-flexível. Essa prorrogação permitirá que a demanda de vendas de gás projetada para os próximos anos sejam plenamente atendidas.

### b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- (i) hipóteses de resgate;
- (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
<b>Gas Natural Internacional SDG S.A</b>	35,26
<b>Gas Natural SDG S.A</b>	18,90
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica	8,78
<b>Energia</b>	
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
<b>Total</b>	<b>100</b>

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), e mesma quantidade de ações que integram o capital social, todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem como fonte de financiamento o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e bancos comerciais. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem. No ano de 2011 a companhia apresentou uma redução da dívida financeira bruta, de cerca de R\$ 170 milhões.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

#### Capital de giro:

operações de crédito de curto e longo prazo contratadas junto a bancos comerciais, negociadas durante o ano. Para essas linhas de crédito, a Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos, e possuem um custo médio de captação de 115% ao ano.

#### Recursos do BNDES:

**(i) para os projetos de ampliação da rede de gás.** Esse financiamento possuiu vencimento final em 2011 e caução de contas a receber da Companhia correspondente a cinco vezes o valor da parcela vincenda como garantia. Parte do financiamento teve encargos calculados pela variação cambial e tem "swap" para 129% da variação do CDI. O saldo restante foi atualizado pela TJLP acrescido de 4% ao ano.

**(ii) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás.** Esse financiamento possuiu vencimento final em 2015 e tem como garantia, fiança bancária ao custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

**(iii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás.** Esse financiamento possuiu vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária ao custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

#### Recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI):

Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos - BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possuiu prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos são calculados pela variação do dólar acrescida, da libor mais 0,15% ao ano e foram trocados ("swap") para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias estão sendo prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano e têm, como lastro, recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuem vencimento em março de 2012.

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A empresa contratou, junto ao BNDES, financiamento de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012. A previsão de recebimento para esse financiamento vai até maio de 2013. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. No ano de 2010 foram contratadas duas operações de empréstimos de longo prazo no valor de R\$ 100 milhões com os bancos ING e HSBC pelo prazo de três anos com vencimento em julho de 2013. Essas operações substituíram dívidas cujos vencimentos ocorreram durante o ano de 2010.

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2011			2010			2009		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	48.807	213.374	(164.567)	97.543	317.210	(219.667)	55.003	219.926	(164.923)
Não circulante		282.681	(282.681)		355.437	(355.437)	1.802	485.524	(483.722)
	<u>48.807</u>	<u>496.055</u>	<u>(447.248)</u>	<u>97.543</u>	<u>672.647</u>	<u>(575.104)</u>	<u>56.805</u>	<u>705.450</u>	<u>(648.645)</u>

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2011 com um custo médio de captação de 103,8 % do CDI (110,6% - 31 de dezembro de 2010).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (**)	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
<b>(a) Em moeda nacional</b>								
Banco Itaú BBA S.A.		100%			13.106			11.571
BNP Paribas Brasil S.A.		100%					9.901	
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%	18.712	16.667	54.094	33.333	19.715	80.562
Banco Eradesco S.A.		100%			16.447			14.876
Banco Safra S.A.		100%			47.527		30.373	24.667
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%	21.286		29.760	20.800	23.349	49.600
Banco HSBC S.A.		100%	1.234	50.000	1.204	50.000	8.372	
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	31.505		31.451		1.173	30.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES		100%	44.394	166.411	42.757	151.290	45.113	193.377
Banco Santander S.A.		100%	43.101		40.195		160	40.000
Outros		100%	47.406	49.603	29.647	94.800	68.112	25.000
			<u>207.638</u>	<u>282.681</u>	<u>306.188</u>	<u>350.223</u>	<u>206.268</u>	<u>469.653</u>
<b>(b) Em moeda estrangeira</b>								
European Investment Bank - BEI		100%		5.736	10.489	5.214	10.903	16.178
Banco ABN AMRO Real S.A.		100%						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES		100%			533		1.559	554
			<u>5.736</u>		<u>11.022</u>	<u>5.214</u>	<u>12.462</u>	<u>16.732</u>
<b>Total empréstimos e financiamentos (**)</b>			<u>213.374</u>	<u>282.681</u>	<u>317.210</u>	<u>355.437</u>	<u>218.730</u>	<u>486.385</u>



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(\*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(\*\*) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entre os financiamentos destacamos as operações de longo prazo realizadas com os bancos BNDES e BEI:

#### Recursos do BNDES:

- i. para os projetos de ampliação da rede de gás.
- ii. para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás.
- iii. para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás.

#### Recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI):

Conforme descrito detalhadamente na letra (d) "fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas" acima.

### iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (f.i) acima.

### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas.

Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 5 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembléia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

### g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia contratou junto ao BNDES financiamento de R\$ 252 milhões para realização de parte dos investimentos do triênio de 2007 a 2009, cujo último desembolso teve data prevista em janeiro de 2011, no valor de R\$ 16 milhões.

Desta forma, dando prosseguimento a sua política de financiamento de parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, em dezembro de 2010, a empresa contratou novo financiamento no montante total de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012, com previsão de desembolsos até o ano de 2013.

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

**Receita Líquida:** Em 2011, as receitas líquidas da Companhia corresponderam a R\$ 2.304.053 mil, o que representou um aumento de 1,79%, com relação a 2010, mantendo-se praticamente em linha em comparação com o ano anterior, quando somaram R\$ 2.263.645 mil. Desta forma, e como apontam os demais índices do sumário financeiro, a Companhia manteve-se em ritmo de crescimento, embora um pouco mais tímido do que nos anos anteriores.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

**Lucro Bruto:** O lucro bruto em 2011 foi de R\$ 780.371 mil, superando em 15,67% o resultado obtido no ano anterior, o que representa uma margem bruta de 33,87%. Essa margem é superior em 03 pontos percentuais a apresentada em 2010.

**Resultado Financeiro:** A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no início de 2011, foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento da crise europeia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes, passando a taxa de 12,50% para 11,00%, em dezembro de 2011.

Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2010, a Companhia apresentou em 2011 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2011, o valor negativo de R\$ 67.586 mil, frente ao valor negativo de R\$ 82.260 em 2010.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 49,2% em 2010, caiu para 38,3% em 2011.

**Lucro Operacional:** O lucro operacional do período foi de R\$ 429.225 mil, resultado maior, portanto, do que o obtido em 2010, que foi de R\$ 400.652 mil, e representa incremento de 7,13%.

**Lucro Líquido:** O lucro líquido do exercício fechou em R\$ 251.667 mil, verificando-se um aumento de R\$ 21.624 mil, ou seja, 9,40% superior ao exercício anterior.

	2011	2010	Variação 2011/2010(%)	Variação 2011/2010(R\$)	2009	Variação 2010/2009(%)
<b>Conta de Resultados (R\$ mil)</b>						
Receita líquida das vendas e serviços	2.304.053	2.263.645	1,79	40.408	1.737.885	30,25
Lucro bruto	780.371	674.634	15,67	105.737	607.234	11,10
Lajida (Ebitda)	539.469	508.160	6,16	31.309	401.503	26,56
Lucro operacional	429.225	400.652	7,13	28.573	296.251	35,24
Lucro líquido do exercício	251.667	230.043	9,40	21.624	155.323	48,11

**Lajida (Ebitda):** O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 539.469 mil do ano supera em 6,16% o obtido em 2010. É resultado da redução de custos operativos, aumento da margem do gás, e demonstra o comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete na manutenção do crescimento médio anual do Lajida em torno dos 10,92% nos últimos 06 seis anos.

	2011	2010	Variação 2011/2010(%)	Variação 2011/2010(R\$)	2009	Variação 2010/2009(%)
Lajida (R\$ mil)	539.469	508.160	6,16	31.309	401.503	26,56
Lucro antes do resultado financeiro	429.225	400.652	7,13	28.573	296.251	35,24
Depreciação e amortização	98.556	100.422	-1,86	-1.866	97.562	2,93
Perdas e Recuperação de Créditos	11.688	7.086	64,94	4.602	7.690	-7,35

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

##### 10.2 Resultados das operações do emissor, em especial:

###### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas da companhia são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 2011, a CEG celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS novo aditivo ao contrato de fornecimento de gás firmado em 2008, visando: (i) prorrogar a vigência do contrato de 2014 para 2016; (ii) reduzir as quantidades diárias contratuais de volumes (QDCs) para o período de prorrogação e (iii) extinguir a modalidade de contratação firme-flexível. Essa prorrogação permitirá que a demanda de vendas de gás projetada para os próximos anos sejam plenamente atendidas. Além disso, a Companhia melhorou a relação entre suas vendas e o compromisso de Take or Pay, adequando o CONTRATO ao seu atual nível de vendas, bem como o previsto para os próximos anos, em contrapartida a PETROBRAS estendeu por mais dois anos a vigência do Contrato de Fornecimento de Gás Natural com Take or Pay de 80%. Embora os valores pagos a título de Take or Pay possam ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação, não houve pagamento de TOP no ano de 2011.

###### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENRSA.

Em 2009, com a conclusão do procedimento de revisão tarifária para o quinquênio 2008-2012, os resultados operacionais da companhia foram impactados em 11,32%. Além disso, o lucro líquido também foi positivamente afetado pela aplicação do IGPM, fixado em 11,88%.

Em 2010 os resultados operacionais foram positivamente impactados em razão do maior despacho das termelétricas, que não estava previsto em orçamento, gerando um incremento de 164% no volume de gás fornecido a este seguimento, em comparação com 2009, o que representa um aumento de 67% (cerca de 17,7 milhões de reais). O volume de vendas para o seguimento industrial também apresentou aumento, com destaque para as indústrias que puderam se beneficiar dos leilões de gás natural de curto prazo, realizados pela Petrobrás, e que lhes garantiu a aquisição do insumo com tarifa reduzida (reflexo da redução do custo do gás negociado nos leilões), somando-se a isso a recuperação econômica no pós-crise econômica mundial. Além disso, em razão de um esforço comercial realizado ao longo do ano por meio de campanhas de incentivo ao consumo do gás natural canalizado, observou-se um importante incremento no número de clientes.

Em 2011, exatamente ao contrário do que ocorreu em 2010, os resultados operacionais foram negativamente impactados pelo menor despacho das termelétricas em razão dos altos níveis dos reservatórios de água, reduzindo a necessidade de acionamento das térmicas. Desta forma, o volume de vendas para o segmento de geração elétrica sofreu queda de 52% com relação a 2010. As vendas para o segmento industrial se mantiveram praticamente em linha com o ano anterior (-0,2%), apesar da crise econômica européia que afetou a economia global. Os segmentos comercial e residencial apresentaram crescimento com relação ao volume de vendas (7,8% e 4,2% respectivamente) contribuindo para manter positivo o resultado das vendas convencionais, que ficaram em linha com as vendas em 2010 (acréscimo de apenas 0,3%). O ano de 2011 foi sobretudo um ano de investimentos com acréscimo de 47% se comparado ao ano anterior, principalmente em razão da decisão de antecipar investimentos para o programa de renovação de redes de gás canalizado sobretudo nos bairros de Copacabana e Centro da Cidade que concentraram cerca de 50% do total dos investimentos e, ainda, com a expansão e instalação de redes.

###### b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Em 1º de janeiro de 2008, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 6,23% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2007, sendo o aumento do custo de aquisição do gás natural de 10,35%. Em 03 de abril, 1º de junho, 1º de julho, 1º de agosto, e 1º de novembro de 2008, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 5,53%, 8,67%, 19,25%, 6,76% e 6,22%, respectivamente.

Em 1º de janeiro de 2009, com o objetivo de cobrir o impacto da inflação de 11,88% ocorrido no período de 1º de dezembro de 2007 a 30 de novembro de 2008 as tarifas foram reajustadas. Em fevereiro, maio, e novembro de 2009 ocorreram reduções do custo médio de aquisição do gás natural, diminuindo as tarifas nos referidos meses em 11,08%, 7,86% e 1,29%, respectivamente. Adicionalmente, nos meses de junho e agosto de 2009 ocorreram aumentos de: 11,32% relativo à revisão tarifária, e 2,22% pelo aumento do custo de aquisição do gás natural de produção nacional.

Em janeiro de 2010, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 1,59% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, além da aplicação do percentual de 2,00% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2009, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, maio, agosto e novembro de 2010, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 3,16%, 9,81%, 3,01% e 2,77% respectivamente.

Em janeiro de 2011, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 10,27% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens praticadas em 31 de dezembro de 2010, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, ocorreu aumento do custo de aquisição do gás natural, resultante do custo de gás de longo prazo, impactando sobre as tarifas em 4,63%.

Em 2007 verificou-se a diminuição da dívida financeira (resultante de menores gastos com juros) e da reestruturação do passivo financeiro da Companhia (resultante da substituição de obrigações de longo prazo a custos mais baixos), o resultado financeiro representou impacto positivo. Em 2008 e 2009, com a implementação da política monetária do Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da qual foi reduzida a taxa básica de juros (Selic), a companhia sofreu um impacto negativo.

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 2009 sofreu reversão ao final de 2010 com tendência de elevação da taxa básica de juros (Selic) visando conter a alta da inflação. Apesar do impacto referente à subida da Selic, a Companhia apresentou em 2010 um menor custo financeiro, frente ao ano de 2009. Este impacto, somado à redução do endividamento, gerou menor gasto financeiro com dívida, frente ao exercício anterior. O resultado financeiro apresentou em 2010 o valor negativo de R\$ 82.260 mil, frente ao valor negativo de R\$ 74.637 em 2009. Apesar do menor custo financeiro citado anteriormente, a Companhia apresentou um maior gasto com atualização monetária de processos em tramitação nas vias judiciais e variação monetária positiva ocorrida em 2009, o que não se repetiu no ano de 2010.

No início de 2011 a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) também foi de elevação da taxa básica de juros (Selic), contudo, a partir do agravamento da crise européia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzi-la em seguidos cortes, passando de 12,50% para 11,00%, em dezembro de 2011. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2010, a Companhia apresentou em 2011 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2011, o valor negativo de R\$ 67.586 mil, frente ao valor negativo de R\$ 82.260 em 2010. O endividamento financeiro da empresa, que era de 49,2% em 2010, caiu para 38,3% em 2011.

## 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

### 10. Comentários dos diretores

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2004 e 2005, a Companhia assinou dois termos aditivos ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, a Companhia assumiu o compromisso de estender o fornecimento de gás canalizado aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá. O município de Guapimirim já se encontrava atendido por rede de gás canalizado ao final de 2009.

Em 2009, no curso do processo administrativo no qual foi analisada a revisão quinquenal das tarifas (2008-2012), a Companhia apresentou à agência reguladora um Plano de Investimentos, e obteve a aprovação da revisão dos compromissos assumidos relativamente aos municípios de Mangaratiba e Maricá. Desta forma, foram ajustados novos compromissos por meio dos quais a companhia comprometeu-se a fornecer Gás Natural Comprimido – GNC a estes municípios, representando a introdução do seguimento operacional de fornecimento de GNC.

Em 2010 a Companhia cumpriu o compromisso assumido em relação ao município de Maricá dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Em 2011 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve alterações relevantes na composição acionária da companhia no exercício encerrado ou nos últimos três exercícios, sendo mantida a mesma configuração societária.

#### c. eventos ou operações não usuais

**Em 2007:**

**Conclusão, no dia 19 de julho de 2007, do Projeto de Conversão para gás natural**, tendo sido convertidos 482.189 clientes desde 1998, com a desativação de estações de gás manufaturado. Embora a Companhia tenha realizado um plano de aproveitamento para os funcionários da fábrica de gás ligados ao projeto de conversão e à produção do gás manufaturado, pôde observar que o saldo das provisões para processos trabalhistas evoluiu de R\$ 19.667 de dezembro de 2006 para R\$ 26.120 em 31 de dezembro de 2007 (crescimento de 32,81%), em consequência do número de demandas trabalhistas por parte de ex-empregados de empresas terceirizadas, principalmente das áreas comercial e de conversão do gás manufaturado para gás natural, que tiveram seus contratos encerrados entre o final de 2006 e julho de 2007.

**Em 2008:**

**Assinatura do novo contrato de suprimento com a Petrobrás** que garantiu os volumes negociados durante o ano e que permitirá o atendimento de suas demandas até o ano de 2012 (prorrogado até 2014), o que representou uma média de 6,6 milhões de metros cúbicos/dia. O acordo estabeleceu uma nova política de preços do gás natural e introduz elementos de flexibilidade ao sistema de distribuição, em situações de emergência.

**Em 2009:**

**Regularização de impostos atrasados do terreno da fábrica** em 3,8 MR\$, eliminando um risco de cerca de 14,0 MR\$, em caso de uma eventual execução de cobrança judicial.

**Venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo**, pelo valor de 10,5 MR\$, cujo sinal de 10% do valor foi depositado na conta da CEG. O registro contábil da operação será realizado em 2010, devido ação judicial que questiona a venda do terreno (ainda sem decisão definitiva).

**Medidas adotadas no plano de melhorias e eficiência** que possibilitaram uma redução de cerca de 13,3% do OPEX, frente ao previsto no orçamento (181,0 MR\$ vs 208,7 MR\$).

**Revisão quinquenal de tarifas pelo quinquênio 2008-2012**, aprovada em junho/2009, implicando num aumento de margem de 11,32%, com impacto no resultado de 40,0 MR\$ de julho a dezembro de 2009 e aprovação em Agosto/2009 da retroatividade da RTI, referente ao período de 01/2008 à 06/2009, com impacto no resultado de 2009 em mais 100,7 MR\$, gerando um impacto total no resultado total de 2009 de 140,7 MR\$.

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações

#### Em 2012:

**Foi realizado o registro contábil da operação de venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo**, após realização de acordo nos autos da ação judicial que questionou a venda do terreno no ano anterior.

**Revisão quinzenal de tarifas pelo quinquênio 2008-2012**. Em 2009, a Companhia, de acordo com o BR GAAP antigo, efetuou o registro contábil da retroatividade da revisão tarifária, reconhecendo seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão. Como resultado da aplicação das novas práticas contábeis, o ativo regulatório foi revertido por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. No entanto, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento adicional.

**Foi realizado acordo em contenda judicial com a CEDAE**. Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a referida empresa, no processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

#### Em 2011:

Em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPERJ propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light firmar um Termo de Compromisso com o MPERJ, a CEG, o MPERJ, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, visando encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana. O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, decorrente de acidente comprovadamente causado por escapamento de gás natural canalizado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

Em março de 2012, foi assinado um Aditivo ao Termo de Compromisso estabelecendo procedimentos para a recomposição, recapeamento e restauração do pavimento asfáltico em vias públicas que forem objeto de obras realizadas pela Companhia, visando garantir as condições originais do pavimento, principalmente, nos logradouros já abrangidos pelo projeto "Asfalto Liso". O descumprimento da obrigação resulta em aplicação de multa à Companhia por parte do poder concedente.

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

##### 10.4 Os diretores devem comentar:

###### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na lei 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*International Accounting Standard Board - IASB*". A aplicação da referida Lei e MP foi obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras. A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas: (i) Reversão de ativos e passivos financeiros e, (ii) Participação de não controladores.

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2011 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

###### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado

**Instrumentos financeiros:** Os saldos a receber e a pagar de contratos de instrumentos financeiros derivativos passaram a ser apresentados em linhas separadas no balanço considerando o prazo de vencimento dos contratos. Esses montantes foram calculados a valor justo nas respectivas datas-bases.

**Imposto de renda e contribuição social:** Os ajustes referem-se à compensação de ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social que têm a mesma natureza (antecipação de impostos correntes).

**Impostos diferidos:** Conforme o CPC 32 os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos classificados como circulante, passaram a ser classificados como não circulante.

**Contrato de concessão:** Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo a Companhia reconhecia os gastos com a infraestrutura da concessão como ativo imobilizado. Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC01, em 1º de janeiro de 2010, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" o montante referente a esses bens vinculados à concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 15 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, os gastos de construção da rede de gás passaram a ser reconhecidos nas rubricas de receitas de vendas e custo dos serviços prestados.

**Dividendos não aprovados:** De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 28.638 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório. Da mesma forma, o montante de R\$ 53.843 em 31 de dezembro de 2009 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

**Plano de pensão:** A Companhia passou a adotar o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais conforme disposições do CPC 33. No BR GAAP antigo, as perdas e os ganhos atuariais decorrentes de ajustes com base

**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do**

**auditor** experiência e mudanças de premissas, que excediam 10% dos ativos ou passivos do plano eram reconhecidas no resultado no período esperado de serviço remanescente dos participantes do plano.

**Ajuste a valor presente:** Esse ajuste é relativo ao CPC 12, que já estava em vigor em 2009, mas, como o efeito não era material, a Companhia não o registrou naquele exercício. Refere-se a impostos indiretos parcelados (ICMS CIAP).

**Reservas de lucros:** Exceto pelos itens de reclassificação, os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados e posteriormente transferidos para reserva de expansão em 1º de janeiro de 2009. As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs -nas seguintes datas: (i) Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009; (ii) Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009; (iii) Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

**Ativo regulatório:** Em 2009, a Companhia, de acordo com o BR GAAP antigo, efetuou o registro contábil da retroatividade da revisão tarifária, reconhecendo seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão. Como resultado da aplicação das novas práticas contábeis, o ativo regulatório foi revertido por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. No entanto, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento adicional.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes nos últimos três exercícios.



## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

**(a) Reconhecimento da receita de venda de gás:** Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa denominada Contas a receber de clientes das Demonstrações Financeiras, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 79.257 (R\$ 115.203 em 31 de dezembro de 2010).

**(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

**(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais:** Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 24.468 (R\$ 56.156 em 31 de dezembro de 2010).

**(e) Vida útil do ativo intangível:** A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

**(f) Provisão para contingência:** A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias.

**(g) Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

## **10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiências e recomendações presentes no relatório do auditor**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

### **10. Comentários dos diretores**

**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

**b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados.

## **10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **10. Comentários dos diretores**

**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:**

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

**10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos:**

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não sejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

**10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 10.10 - Plano de negócios

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 10. Comentários dos diretores

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão.

A Companhia investiu em 2011 mais de R\$ 110 milhões, dos quais R\$ 56,8 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás, e R\$ 45,5 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em comparação com o exercício anterior, cujo total de investimentos foi em torno de R\$ 75 milhões, o nível de investimentos realizados pela Companhia sofreu um acréscimo de 47%, passando a R\$ 110 milhões. Este aumento se deu, sobretudo, no programa de conservação e renovação das redes de gás, que concentrou cerca de 50% dos investimentos, sendo o restante destinado a expansões e instalações de redes.

A companhia decidiu antecipar o programa de renovação da rede de gás canalizado dos bairros do Centro e Copacabana. A meta é modernizar 50 km de rede nestes dois bairros em, no máximo, 12 meses. Para isso, a empresa vai investir R\$ 25 milhões. Essa decisão da empresa está ratificada em um termo de compromisso assinado com o Ministério Público do Rio de Janeiro em 2011.

Só na renovação e modernização de rede a Companhia investiu R\$ 500 milhões nos últimos 14 anos. Isso faz com que a rede de distribuição de gás do Rio de Janeiro, que já foi modernizada esteja dentro de padrões internacionais de segurança de confiabilidade. Parte desses investimentos foi aplicada na modernização e renovação de 600 estações de regulagem nas quais não há histórico de acidentes. Todas são novas, blindadas, ventiladas, mapeadas e monitoradas pelo centro de controle da Companhia.

A Ceg também tem um sistema de detecção preventiva que inspeciona constantemente a rede de distribuição de gás da cidade. Através desse programa define seu cronograma de manutenções e renovações. **Inspeção com a Prefeitura:** em 2011, a companhia participou das vistorias realizadas pela Prefeitura, prestando toda a assessoria técnica à empresa contratada. As equipes da Companhia atuaram em campo acompanhando toda a operação, que tem o objetivo de verificar, preventivamente, se há presença de gases e/ou superaquecimento em cabos de energia elétrica.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto ao BNDES e captação de recursos também junto à bancos comerciais.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Em 2007, com a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural, foram desativadas estações de gás manufacturado.

Em 2010 a Companhia registrou contabilmente a venda de um terreno de sua propriedade localizado em Botafogo - RJ, que foi negociado pelo valor de R\$10,5 milhões.

Em 2008 e 2009 e 2011 não houve desinvestimentos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão ) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

**c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) projetos em desenvolvimento já divulgados:**

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

## **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **10. Comentários dos diretores**

**10.11** Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

## 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção;
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção;
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle;
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções.



## 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 11. Projeções

**11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

**a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;**

**b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;**

**c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções, assim, não há acompanhamento e alterações relativas à projeções.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 12. Assembléia geral e administração

**12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:**

**a. Atribuições de cada órgão e comitê**

As atribuições da Diretoria (órgão) estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- O Diretor que possuir atribuições que contemplem relações com investidores, poderá acumular outras atribuições, de acordo com determinação do Conselho de Administração;
- Compete ao Diretor-Presidente o acompanhamento e fiscalização da implementação das determinações do Conselho de Administração e da política estratégica da Sociedade, bem como a coordenação e supervisão das atividades dos demais Diretores;
- Competem à Diretoria as atribuições fixadas em lei, observadas as demais normas deste estatuto, devendo as deliberações relativas às matérias constantes da letra (e) do Artigo 15 (abaixo apontada) e que se encontrem abaixo do limite ali fixado serem tomadas pela Diretoria;
- Compete ao Diretor Presente, em conjunto com outro Diretor, a nomeação e outorga de poderes aos Procuradores, para os fins estabelecidos neste Estatuto;
- É vedado aos Diretores e aos procuradores da Sociedade obrigar a mesma em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, salvo quando se tratar de concessão de fianças em contratos de locação de imóveis destinados à moradia de diretores e/ou gerentes da Sociedade.

As atribuições do Conselho de Administração estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- (b) encaminhar à Assembléia Geral propostas de fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade;
- (c) autorizar a Sociedade a participar em outras sociedades;
- (d) orientar o voto da Sociedade nas reuniões de sócios-quotistas e nas assembléias gerais de acionistas de sociedades coligadas ou controladas;
- (e) autorizar a Diretoria a assumir qualquer responsabilidade ou obrigação pela Sociedade quando envolva valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e a exonerar terceiros do cumprimento de obrigações para com a Sociedade ou transações para prevenir ou por fim a litígios, ou não, quando envolva valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (f) autorizar a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo permanente;
- (g) escolher auditores independentes;
- (h) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (i) eleger, suspender e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Sociedade e fixar-lhes a remuneração, as atribuições e responsabilidades;
- (j) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados pela Sociedade ou em via de celebração;
- (l) manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o relatório e as contas da Diretoria;
- (m) autorizar a representação da Sociedade por 1 (um) de seus Diretores ou por 1 (um) procurador nomeado nos termos do Artigo 19 deste Estatuto;
- (n) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral, a remuneração dos administradores, quando votada em verba global;
- (o) convocar, por seu Presidente ou por seu substituto indicado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 13, ou por 2 (dois) quaisquer de seus membros, as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- (p) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, obedecidos aos limites legais e o disposto neste Estatuto;
- (q) outorgar poderes para procuradores que não os previstos no Artigo 19, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto;
- (r) criar ou extinguir Diretorias, que possuirão sua denominação e atribuições determinadas pelo Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto;
- (s) autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("*commercial papers*"); e,
- (t) resolver, quando delegado pela Assembléia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76 e autorizar a venda de debêntures, inclusive conversíveis em ações, de emissão da Companhia que estejam em tesouraria;

**b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho Fiscal não é permanente. Nos três últimos exercícios foi instalado em 30/04/2008, 28/04/2009 e 29/04/2011.

Não há outros comitês instalados na Companhia.

### c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação para o Conselho de Administração descrito no Estatuto Social. Com relação aos membros das Diretorias, observar o item (e) a seguir. Não há outros comitês instalados na Companhia.

### d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições das Diretorias, cuja atuação está sujeita à fiscalização pelo Conselho de Administração e acompanha pelo Diretor Presidente, como previsto no Estatuto Social, estão descritas no regimento interno, sendo abaixo descritas:

**Diretoria Comercial:** Planificação comercial na expansão da rede, fixando os objetivos de crescimento de clientes e definindo os recursos e as políticas a serem aplicadas, levando em conta os critérios de rentabilidade definidos. Comercialização de gás natural a grandes clientes. Definição do plano comercial para cada uma das Zonas, produtos e segmentos de mercado. Acompanhamento das ações dos concorrentes, análise de potencial de mercado. Fixação de objetivos, definição da política de canal, da oferta comercial aos clientes, instaladores e canais alternativos. Ações de promoção e publicidade para o desenvolvimento dos usos do gás.

**Diretoria de Gestão de Rede:** Planificação da expansão, operação e manutenção da rede de gás, maximizando a rentabilidade dos ativos e otimizando a arquitetura e o dimensionamento da rede. Implantação e garantia do cumprimento das políticas de qualidade, segurança e meio ambiente do Grupo nos processos de distribuição. Exploração da rede de gás, gestão dos centros de atendimento de urgências e realização do dispatching e previsão da demanda. Revisão e atualização da normativa e da garantia de qualidade nas áreas de atividades de distribuição de gás, conforme os critérios do Grupo.

**Diretoria de Operações:** Consecução dos objetivos de crescimento dos pontos de fornecimento e demanda de gás, através da gestão e materialização em campo das atividades de captação e colocação em serviço de pontos de fornecimento de gás. Construção e manutenção das infra-estruturas de rede de gás, aplicando as políticas, procedimentos e normas do Grupo para a manutenção das infra-estruturas de gás, garantindo a máxima confiabilidade, qualidade e segurança do serviço, bem como a otimização dos custos. Execução e cumprimento do plano de manutenção da rede fixado pelo Gestor de Rede, bem como pelo atendimento de urgências para todas as zonas de distribuição. Operações domiciliares. Aplicação da execução dos planos comerciais em campo cumprindo com os objetivos fixados, fazendo uso dos recursos e políticas definidas pela unidade Comercial.

**Diretoria de Planificação de Ingressos e Regulação:** Liderar as negociações com os reguladores locais, estaduais e Federais, nos processos de revisão tarifária, elaborar estudos que contribuam a conhecer o mercado energético global e local e que ajudem a fortalecer a visão estratégica corporativa identificando novas oportunidades de negócio, gerir e otimizar os aprovisionamentos de energia conforme o planejamento corporativo, planos estratégicos e marco regulatório. Cumprir a gestão comercial dos contratos de fornecimento e distribuição com os clientes termoeletrônicos (existentes ou potenciais), com a finalidade de assegurar que a estratégia é coerente e consistente com a estratégia do grupo e maximizam o valor da empresa.

**Diretoria de Compras e Serviços Gerais:** Liderar as funções de compras, prestando serviços gerais a diferentes áreas, responsabilizando-se principalmente dos meios internos e da Segurança Patrimonial e Pessoal, com o fim de alcançar os objetivos de rentabilidade, qualidade e segurança do Grupo.

**Diretoria de Recursos Humanos:** Aplicar, coordenar e controlar as políticas de Recursos humanos nos âmbitos de relações laborais, desenvolvimento de RH, formação, serviços de recursos humanos, remuneração e previdência privada, conforme a legislação aplicável, as políticas corporativas e os princípios estratégicos do Grupo, com o fim de proporcionar o apoio necessário para o desenvolvimento do negócio localmente e garantir a coerência com os objetivos estratégicos. Também se responsabiliza pela saúde laboral.

**Diretoria de Serviços Jurídicos:** Coordenar e prestar serviços de assessoramento e gestão jurídica de todos os assuntos que ocorram e reportar as eventuais situações de risco, conforme a legislação vigente, aspectos regulatórios e as diretrizes, políticas e estratégias do Grupo, com o fim de garantir atuação em todo o momento dentro de um estrito cumprimento da legislação local, minimizando riscos jurídicos, de modo mais conveniente para a defesa de seus interesses e para que a corporação adote as medidas convenientes.

**Diretoria de Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores:** Aplicar as políticas em temas financeiros, fiscais, contábeis, de controle de gestão e de relacionamento com investidores, prestar serviços da função Econômico-Financeira, conforme as diretrizes do Grupo definidas pela Direção Econômico-Financeira e a legislação vigente do país, com o fim de garantir o adequado controle econômico financeiro do grupo e o apoio ao crescimento e rentabilidade.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não há mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração descrito no Estatuto Social.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia.

No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 12. Assembleia geral e administração

##### 12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

###### a. prazos de convocação

Conforme lei 6.404/76, a convocação é publicada por três vezes em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Assim, a primeira convocação para assembleias é publicadas com 15 (quinze) dias de antecedência da data agendada para a realização do ato, e a segunda convocação é publicada com até 08 (oito) dias de antecedência, ambas em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Além disso, as Convocações são enviadas aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia.

###### b. competências

As atribuições da Assembleia de Acionistas estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses de cada ano para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem;
- A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, por um acionista eleito na mesma Assembleia, que convidará um acionista, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos;
- Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Sociedade ou advogado ou instituição financeira, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia Geral;
- A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Sociedade, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como delegar poderes decisórios ao Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto e da legislação em vigor;
- As atas das Assembleias Gerais poderão ser publicadas por extratos, com sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, observadas as disposições do parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976;
- Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, a pedido de acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa no acordo de acionistas arquivado na sede da Sociedade.
- A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.
- Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

###### c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos ficam disponíveis para análise na sede da Companhia, situada no endereço: Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, a contar da convocação para o ato ou publicação dos documentos da Administração.

Além disso, os documentos são enviados aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia independentemente de solicitação, na forma prevista na legislação societária.

Para aprovação das matérias em Assembleia Geral Ordinária – AGO a Companhia publica, integralmente os documentos da Administração em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### **d. identificação e administração de conflitos de interesses**

Não há no Estatuto Social da Companhia previsão de regras para identificação e administração de conflitos de interesses.

### **e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

Tendo em vista que a Companhia não possui o controle pulverizado, não há solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

### **f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Recepção da procuração, na sede da Companhia, para representação do acionista, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da Assembléia, não sendo aceitas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

### **g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Não há manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

### **h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias**

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

### **i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas**

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores mantém um canal direto de comunicação com os acionistas, obtendo um relacionamento próximo e freqüente, estando disponível para o recebimento de sugestões, informações, solicitações, propostas e pedidos de informações, com o objetivo de permitir a inclusão, e até mesmo a elaboração conjunta, sempre que possível, da ordem do dia que servirá como pauta para as Assembleias.

**12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	28/03/2012
		O Globo - RJ	28/03/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2012
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2012
			13/04/2012
			16/04/2012
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2012
			13/04/2012
			16/04/2012
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Estado - RJ	30/05/2012	
	Jornal do Commercio - RJ	30/05/2012	
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	30/03/2011
		O Globo - RJ	30/03/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2011
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2011
			13/04/2011
			14/04/2011
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2011
			13/04/2011
			14/04/2011
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	20/05/2011	
	Jornal do Comércio - RJ	20/05/2011	
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	19/03/2010
		Valor Econômico - SP	19/03/2010
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	09/04/2010
		Valor Econômico - SP	09/04/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	09/04/2010
			12/04/2010
			13/04/2010
		Valor Econômico - SP	09/04/2010
			12/04/2010
			13/04/2010
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	10/05/2010	
	Valor Econômico - SP	10/05/2010	

## 12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 12. Assembléia geral e administração

##### 12.5 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

###### a. frequência das reuniões

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho ou por 02 (dois) Conselheiros em caso de ausência do Presidente. A convocação deverá se feita por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

Analisando-se o histórico de reuniões, observa-se a realização pelo menos trimestral do Conselho de Administração da Companhia.

###### b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O acordo de acionistas firmado em 27 de abril de 2000, arquivado na sede da Companhia, não prevê restrições ao direito de voto, sendo, contudo, previstas hipóteses legais e estatutárias de votação tendo-se em conta *quorum* qualificado, conforme apontado no item 18.2 do Formulário de Referência.

A seguir, transcrevemos as disposições do Acordo de Acionistas relativas ao direito de voto, também descritas no item 15.5 do Formulário de Referência:

“As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, têm direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.”

###### c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

No Estatuto Social da Companhia não há previsão de regras de identificação e administração de conflitos de interesses.



## **12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

### **12. Assembléia geral e administração**

**12.5 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.**

Não há, no estatuto da Companhia, cláusula compromissória para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor.

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
KATIA VALVERDE JUNQUEIRA 908.884.487-91	53 Advogada	Pertence apenas à Diretoria Diretora de Serviços Jurídicos	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
KATIA BRITO REPSOLD 028.239.027-83	42 Engenheira	Pertence apenas à Diretoria Diretora de Gestão de Rede	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA 545.521.257-53	53 Contador e Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria Diretor de Serviços Compartilhados	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA 551.773.957-15	53 Administrador de empresas	Pertence apenas à Diretoria Diretor Econômico Financeiro e de Relações com Investidores	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
MIGUEL MARCELO NAPOLITANO 027.043.778-98	50 Tecnólogo Mecânico	Pertence apenas à Diretoria Diretor Comercial	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
DANIELE VIANA TOVAL CONRADO 079.971.577-86	36 Psicóloga	Pertence apenas à Diretoria Diretora de Recursos Humanos	21/03/2013 21/03/2013	20/03/2014 Sim
FRANCESCO SOLBES PONS 000.000.000-00	49 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013 29/04/2013	28/04/2014 Sim
JOSÉ PAIS RANGEL 239.775.667-68	73 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013 29/04/2013	28/01/2014 Não
NARCÍS DE CARRERAS ROQUES 000.000.000-00	46 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013 29/04/2013	28/04/2014 Sim

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
JORDI GUTIERREZ OLIVER	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
054.433.577-51	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Sim
GERMÁN PATRICIO MACCHI	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
000.000.000-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não
RONALDO DIAS	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
221.285.307-68	Bancário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Não
SERGIO MANUEL ARANDA MORENO	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014 28/04/2014
060.484.797-19	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2013	Sim
JUAN MANUEL OTOYA ROJAS	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
000.000.000-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Sim
PEDRO IGNACIO BERNAL	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Não
CLAUDIO BARBOSA DA ROCHA	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
806.362.507-25	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não
MAURICIO EDGARDO MIDON	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
000.000.000-00	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Sim
RENATA BEZERRA CAVALCANTI	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
374.778.977-34	Engenheira	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
CLAUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
374.778.977-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não
ANTONI ALMELA CASANOVA	56	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
054.099.587-80	Engenheiro	Diretor Geral	29/04/2013	Sim
BRUNO ARMBRUST	52	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
676.200.607-82	Arquiteto	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	29/04/2013	Sim
IGNACIO PASCUAL LOPEZ	46	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
061.369.337-05	Engenheiro	Diretor de Planejamento, Ingressos e Regulação	29/04/2013	Sim
JOSÉ MARIA MARGALEF BADENAS	54	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
054.680.497-75	Engenheiro	Diretor de Operações	29/04/2013	Sim
AILTON PINTO SIQUEIRA	74	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
006.936.346-34	Banqueiro	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2013	Não
FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA	41	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
028.532.207-96	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
JAYME ANTONIO CORREA DE FREITAS	64	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
273.813.747-49	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
MANOEL EDUARDO LIMA LOPES	70	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
046.227.237-00	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2013	Não
PAULO ANDRADE RODRIGUES	66	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
093.083.427-53	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
RENATO ACHUTTI	56	Conselho Fiscal	29/04/2013	28/04/2014
334.651.420-04	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

KATIA VALVERDE JUNQUEIRA - 908.884.487-91

Nascida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1960. Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-Graduada em Direito Empresarial pelo Instituto Metodista Bennett. MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões pela Fundação Getúlio Vargas. Especialista em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior da Empresa. Professora Universitária. Ingressou no grupo Gas Natural em 1998, como advogada sênior do Departamento Jurídico da CEG. Ocupou o cargo de Gerente de Assuntos Regulatórios.

KATIA BRITO REPSOLD - 028.239.027-83

Nascida no Rio de Janeiro em 1971. Formada em Engenharia Industrial Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1992 e Mestrado em Tecnologia Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1999. Atua na área de assistência a clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. E CBV Indústria Mecânica S/A, está no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 2001, onde atualmente é Diretora de Serviço ao Cliente.

GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA - 545.521.257-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1960, é formado no Curso de Ciências Contábeis e Administração, pela Faculdades Integradas Celso Lisboa - FICL, concluiu em Março de 1995 uma Pós Graduação Latu Sensu em Contabilidade para Gestão de Negócios pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluiu em 2003 um MBA em Desenvolvimento em Gestão Empresarial – DGE (ISE/ IESE Business School), concluiu em 2005 um MBA em Controladoria e Finanças pela Faculdades Integradas Candido Mendes, e atualmente está participando do Programa Avançado Gerencial AMP (ISE/ IESE Business School), com previsão de término agora em Dezembro de 2012.

Atuou em grandes empresas do segmento de petróleo e gás por quase 20 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Serviconfort (atualmente Gas Natural Serviços), em 2001 no cargo de Coordenador Administrativo Financeiro, sendo transferido para CEG no ano de 2003, onde assumiu a Gerencia de Administração e Fiscal (Contabilidade e Consolidação), passando em 2007 à Gerencia de Controle de Gestão (Controller), sendo indicado ao cargo de Diretor de Serviços Compartilhados.

JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA - 551.773.957-15

Nascido no Rio de Janeiro em 1960, é formado em Administração de Empresas pela Faculdade da Cidade do Rio de Janeiro, possui MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em 2003 concluiu Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa ISE da IESE Business School – RJ e, em 2010 concluiu o Pós Graduação pelo Programa de Gerenciamento e Desenvolvimento Econômico – PMD no IESE – Universidade de Navarra – Barcelona / Espanha. Atuou em grande empresa do segmento varejista por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na CEG, em 1997 no cargo de Chefe de Serviço de Tesouraria, assumindo a Gerencia de Planejamento Financeiro e Tesouraria em 2003, passou à Gerencia de Finanças em 2005 e à Gerencia de Contabilidade e Consolidação em 2008, sendo indicado ao cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores.

MIGUEL MARCELO NAPOLITANO - 027.043.778-98

Nascido na cidade de Avaré - SP em 1963, é formado em Tecnologia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), concluiu em 1994 uma Pós Graduação em Engenharia de Produto pela Universidade São Judas Tadeu, possui MBA em Gestão de Empresas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 1999, concluiu em 2005 uma Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School), em 2005 concluiu uma Pós Graduação em Engenharia do Gás Natural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Atuou em grandes empresas do segmento industrial por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Gas Natural São Paulo Sul - GNSPS, em 2000 no cargo de Especialista Vendas Industriais, assumindo a Gerencia de Serviços Técnicos em 2004, passou à Gerencia de Comercial em 2007 e à Gerencia de Grandes Clientes para os negócios de Distribuição do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil em 2009 e na CEG, sendo indicado ao cargo de Diretor Comercial.

---

DANIELE VIANA TOVAL CONRADO - 079.971.577-86

Nascida na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1977, é formada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 2007 e concluiu em 2011 um Programa de Desenvolvimento Gerencial no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School). Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, CEG, em 2000 no cargo de Especialista em Recursos Humanos, trabalhou nas diversas áreas de RH tais como desenvolvimento de recursos humanos, remuneração e organização. Assumiu a Gerência de Desenvolvimento de RH em 2007 e em 2012, foi indicada ao cargo de Diretor de Recursos Humanos.

---

FRANCESC SOLBES PONS - 000.000.000-00

Nasceu em Barcelona, Espanha, em 10.02.1964. Passaporte AD603533, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Empresariais pela Universidade de Barcelona, MBA pelo Instituto de Empresa (Madri), Executive Master em Direção Econômico-Financeira pelo ESADE (Barcelona) e Formado em Programa de Desenvolvimento Diretivo pelo IAE (Universidade Austral de Buenos Aires). Incorporou-se ao Grupo Gas Natural Fenosa em julho de 1988, onde atualmente ocupa o posto de Diretor Econômico-Financeiro Internacional e, anteriormente, os de Controller de Negócios Varejistas, Controller América Latina, Controller Internacional, e Responsável por Projetos de Organização na Espanha, bem como os cargos de Gerente de Organização e Gerente de Administração de Pessoal na Argentina.

---

JOSÉ PAIS RANGEL - 239.775.667-68

Nascido em setembro de 09.09.1940. CPF/MF n.º 239.775.667-68. Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes. Atuou no Banco Central do Brasil entre 1961 e 1991. Foi Coordenador do Projeto do Sistema SELIC no Mercado Financeiro Brasileiro, e assessor da Comissão Especial de Desestatização – SEPLAN – da Presidência da República. Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A. Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A. (cargo atual). Administrador de Fundo de Investimentos credenciado pela CVM. Gestor do Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (patrimônio líquido R\$ 3 bilhões) (cargo atual). Membro do Conselho de Administração da Dinâmica Energia S.A. Diretor da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial (cargo atual). Fundador e Membro do Conselho de Curadores da CENTRUS – Fundação Banco Central de Previdência Privada. Coordenador do Programa de Desestatização de empresas de capital aberto controladas pelo Banco Central do Brasil. Presidente do Conselho de Administração da Cia. América Fabril. Membro Titular do Conselho de Administração da Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel. Presidente da Cia. Nacional de Tecidos Nova América.

---

NARCÍS DE CARRERAS ROQUES - 000.000.000-00

Nasceu em Barcelona, em 2/8/1967. Passaporte AA119275, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Econômicas e MBA pela Escola Superior de Administração e Direção de Empresas (ESADE) de Barcelona. Inicou sua carreira no departamento de Finanças Corporativas do Banc Sabadell, especializando-se em “project financing” para projetos energéticos, e em fusões e aquisições. Em 1994 atuou como representante da Assessoria de Indústria do governo da Catalunha em Nova York, em 1995 passou a integrar a Equipe de Desenvolvimento de Negócios para o continente americano do Grupo Ansaldo (Gruppo Finmeccanica), sociedade italiana do setor de engenharia e construção de centrais elétricas. Em 2000 regressa à Europa e desenvolve atividades de consultoria em desenvolvimento de negócios e projetos no setor de infra estruturas em geral, e de energia. Em 2006 ingressa no Grupo Gas Natural como Diretor de Desenvolvimento Internacional. Com a aquisição da Unión Fenosa, desempenha o cargo de Diretor de Desenvolvimento Corporativo Eletricidade. Atualmente, é Diretor de Desenvolvimento Corporativo para América Latina do Grupo Gas Natural Fenosa. Ao longo de sua carreira profissional, esteve envolvido e foi responsável direto pela aquisição, desenvolvimento, financiamento e construção de empresas e projetos energéticos em países como a Espanha, Itália, França e outros países europeus como Turquia. No continente americano, teve responsabilidade executiva em países como os Estados Unidos, Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, México e América Central/Caribe.

---

JORDI GUTIERREZ OLIVER - 054.433.577-51

Nascido em Barcelona, Espanha, em 1965. Formado em Ciências Empresariais pela Universidad de Barcelona em 1996. Posteriormente fez especialização no IESE do Rio de Janeiro e atualmente cursa pós-graduação em Gás Natural na PUC. Trabalha no Grupo Gas Natural desde 1987, trabalhando na CEG como Gerente de Compras até o ano de 2004. Atuou como Gerente Geral da Gás Natural Serviços S/A e é como Diretor de Serviços Compartilhados na CEG.

---

GERMÁN PATRICIO MACCHI - 000.000.000-00

Nascido em Buenos Aires, Argentina, em 1966. Formado em Engenharia Industrial pela Universidade Nacional de Buenos Aires, com grande experiência na indústria de petróleo, com passagem por diversas áreas das empresas do Grupo Pluspetrol, onde trabalha desde 1983, e atualmente é Diretor Comercial.

---

RONALDO DIAS - 221.285.307-68

Nascido em 09.12.1946. CPF/MF nº 221.285.307-68. Eleito pelo acionista Fundo de Investimentos de Ações Dinâmica Energia. Contador formado pela Faculdade Moraes Júnior em 1976. Aposentado do Banco Central do Brasil, onde exerceu atividades de 1980 a 1998. Diretor de Administração e Finanças do RIOPREVIDÊNCIA em 2002. Ouvidor do Banco Clássico S.A. desde 2007.

---

SERGIO MANUEL ARANDA MORENO - 060.484.797-19

Nascido em Barcelona, Espanha, em 27.01.1959. CPF/MF nº 060.484.797-19. Formado em Engenharia Industrial Química pela Universitat Politècnica de Barcelona em 1990. Atua na área comercial e de análise e desenvolvimento de negócios desde 1989, tendo atuado no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1982, onde atualmente é Diretor de Negócios.

---

JUAN MANUEL OTOYA ROJAS - 000.000.000-00

Nasceu em Popayán, Colômbia, em 08.07.1965. Passaporte Nº 79355999, expedido pelo Governo da Colômbia. Formado em Direito pela Universidade La Sabana, de Bogotá, Colômbia. Outros cursos: Universidad de Dundee: Direito, Política e Economia dos Recursos Naturais, com ênfase em Direito Petrolero, Dundee, Escócia, em 1994. Universidad de los Andes, Gestão Pública e Instituições Administrativas, Bogotá, D.C., 1996. INALDE, Programa de Desenvolvimento de Direção, PDD, Bogotá, D.C., 2.000. Ingressou no Grupo Gas Natural no ano 1999 na área de Serviços Jurídicos: Diretor de Serviços Jurídicos e secretário-geral, das empresas colombianas, filiais ou subsidiárias da Gas Natural SDG da Espanha, inicialmente na Colômbia, posteriormente Colômbia e América Central, para o grupo Gas Natural Unión Fenosa e, atualmente, América Latina. Atualmente é Diretor de Serviços Jurídicos para a América Latina.

---

PEDRO IGNACIO BERNAL - 000.000.000-00

Nascido na Argentina, é formado em Engenharia Industrial pelo Instituto Tecnológico de Buenos Aires (ITBA), com mais de 10 anos de experiência na indústria de Óleo e Gás, desenvolvendo vários projetos na Pluspetrol, onde atualmente é Gerente de Desenvolvimento de Negócios.

---

CLAUDIO BARBOSA DA ROCHA - 806.362.507-25

Nasceu em 14/05/1965 na cidade do Rio de Janeiro. Formado em engenharia Mecânica pela UERJ. Pós-Graduado em Marketing Estratégico pela FGV/RJ e em Finanças Corporativas pelo IAG/PUC-Rio. Mestre em Administração pelo IAG/PUC-Rio. Ocupou os cargos de engenheiro de ar condicionado na EMBRATEL, engenheiro de manutenção na empresa Tubos e Conexões Tigre e Conexões Tigre, engenheiro de produto, pós-vendas e chefe de serviços na empresa Springer Carrier e analista e chefe do departamento de subvenção econômica na FINEP. É funcionário do BNDES, no cargo de Engenheiro, desde 2009, onde, atualmente exerce uma das gerências no Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira 1 (DEPAC 1) da Área de Mercado de Capitais.

---

MAURICIO EDGARDO MIDON - 000.000.000-00

Nascido na Argentina, é Contador Público formado pela UBA - Fac. Cs. Económicas, com grande experiência na área econômico-financeira, com passagem por diversas áreas do Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1993.

---

RENATA BEZERRA CAVALCANTI - 374.778.977-34

Nascida no Rio de Janeiro, em 10.05.1951. CPF 374 778 977-34. Formada em engenharia química em 1973, pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou na Petrobras por 25 anos, tendo atingido o último nível na carreira técnica dentro da empresa. Na carreira gerencial chefiou a Divisão de Engenharia de Produção, tendo sob sua responsabilidade a implantação dos projetos de plataformas de produção de petróleo da Bacia de Campos. Na BR distribuidora foi Assistente do Diretor de Mercado, e responsável pela área de novos negócios. Em 2007 juntou-se a equipe do Governo do Estado do Rio de Janeiro como subsecretária de Energia, Indústria e Logística, cargo que ocupou até dezembro de 2011, quando solicitou seu desligamento. Foi do conselho de Administração da Investierio, da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado e suplente no Conselho da Companhia Docas do Rio de Janeiro. É membro do Conselho de Energia da Firjan. Atualmente não ocupa cargo em conselhos de administração em outras sociedades de capital aberto.

---

CLAUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL - 374.778.977-34

Nascido no Rio Grande do Sul, em 27/04/1968, formou-se em economia pela PUC/RS em 1990. Mestrado em Economia - UFRGS (1993). MBA Executivo PDG/IBMEC – Programa Executivo de Desenvolvimento Gerencial (1999). De 1992 a 1993 exerceu o cargo de analista financeiro nas áreas de open market, derivativos, câmbio e bolsa de valores no Banco Icatu. Em 1993 ingressou no BNDES na área de Operações, em 1999 assumiu o cargo de Gerente no Departamento de Serviços de Privatização, em 2002 passou ao cargo de Gerente responsável pela modelagem das operações de equity nos setores petroquímico e petróleo e gás, em 2003 se tornou Chefe do departamento de Renda Fixa, em 2004 assumiu o cargo de Gerente no Departamento de Indústria Eletrônica, em 2008 passou a Chefe do Departamento de Máquinas e Equipamentos; em 2010 assumiu o cargo de Superintendente da Área de Crédito, atualmente ocupa o cargo de Superintendente da Área de Planejamento e também ocupa o cargo de Conselheiro de Administração em outras companhias, indicado pelo BNDES.

---

ANTONI ALMELA CASANOVA - 054.099.587-80

Nascido em Barcelona, Espanha, em 1957. Formado em Engenharia Industrial pela escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona, da Universidade Politècnica da Catalunya. Mestre em Gestão e Direção de Empresas pelo Instituto Catalão de Tecnologia. Atualmente é Diretor de Gestão de Ativos da empresa Gas Natural Distribuição SDG S/A, ingressou no grupo Gas Natural em 1981, já tendo atuado nas áreas de Construções de redes, Distribuição, Serviços a Clientes, Serviços Técnicos e Conexões, Projetos e Desenvolvimento ocupando cargos de Chefe de Serviços e de Diretor Comercial Residencial da CEG.

---

BRUNO ARMBRUST - 676.200.607-82

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 1961. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho RJ. Pós graduado em Administração e Finanças pela UFRJ, Master IESE pela Universidade de Navarra (Espanha) e MBA em Direito Empresarial pela FGV. Membro efetivo dos Comitês de Energia e da Gestão da Competitividade da Firjan. Atual diretor presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, empossado em 20/04/2007. Tendo atuado também como Diretor Técnico (1993-1995), Diretor de Planejamento e Relações Institucionais (1999-2001), Diretor Comercial (2001-2004) dentre outras atividades.

---

IGNACIO PASCUAL LOPEZ - 061.369.337-05

Nascido em Madri em 10/07/1967. Passaporte nº AAA 238125, expedido pelo governo da Espanha. Engenheiro Industrial formado pela Universidade Pontifícia de Comillas (ICAI) e MBA pelo Instituto de Empresa, se incorporou ao Grupo em 1998. Até assumir a presente posição, desenvolvia seu trabalho no âmbito Econômico-Financeiro na Unidade de Controller América Latina do Grupo Gás Natural Fenosa. Anteriormente ocupou postos no âmbito internacional da Unión Fenosa em funções corporativas ou relacionadas com Controle e Auditoria (EPSA – Colômbia, Grupo Electricaribe-Colômbia, Centro América e Moldávia e DEOCSA-DEORSA-Guatemala), e foi Consultor de Organização e Processos na SOLUZIONA-NORCONSULT. Fora do Grupo foi Responsável de Qualidade e adjunto ao Diretor de Produção de ALCALAGRES, S.A. Tomará posse no cargo de Diretor de Estudos e Regulação da Companhia após obtenção do visto necessário ao exercício do cargo.

---

JOSÉ MARIA MARGALEF BADENAS - 054.680.497-75

Nascido em Barcelona em 11/05/1959. Eleito Diretor Técnico da CEG em 23/10/2006. Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Politécnica da Catalunha em 1983. Ingressou no Grupo GasNatural em 1985, quando a Companhia em que trabalhava (Corberó S.A) foi incorporada. Ocupou diversos cargos técnicos e de direção no Grupo GasNatural, tendo sido, na CEG, Gerente de Projeto de Conversão e de Distribuição.

---

AILTON PINTO SIQUEIRA - 006.936.346-34

Nascido no Rio de Janeiro em 03.08.1939. CPF/MF sob o nº 006.936.346-34. Atuou no Banco Crédito Real de Minas Gerais de 1959 a 1960 e no BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1960 a 1989, onde se especializou em contabilidade, ocupando os cargos de Inspetor, Auditor, Gerente de Agência e Gerente Geral de Planejamento, integrou a Comissão para exame de reabertura da Fábrica de Tecidos Nova América junto com membros no BNDES e Banco do Brasil, ingressou no Banco Clássico em 1990, sendo nomeado Diretor em 1998, e também ocupa o cargo de Diretor da Dinâmica Energia S/A, além de ocupar o cargo de Conselheiro Fiscal da Tractebel Energia S/A.

---

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA - 028.532.207-96

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

---

JAYME ANTONIO CORREA DE FREITAS - 273.813.747-49

Nascido no Rio de Janeiro em 1949. CPF/MF sob o nº 273.813.747-49. Formado em Contabilidade e Administração pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior. Trabalhou na Sul America Terrestres Marítimos e Acidentes de 1974 a 1979 como chefe de seção de classificação e análises; Supervisor contábil e posteriormente Gerente de Contabilidade da Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros de 1979 até a presente.

---

MANOEL EDUARDO LIMA LOPES - 046.227.237-00

Nascido no Rio de Janeiro em 07.07.1943. CPF/MF n.º 046.227.237-00. Formado em Contabilidade (1966) e Direito (1982) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão de contabilidade da FEBRABAN e ASBACE, atuou no BANERJ, Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1965 a 1994, tendo exercido cargos de auditor, superintendente de contabilidade entre outros, atuou também no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) como gerente de controle entre 1998 e 2001, além de desempenhar cargos de consultor e diretor de instituições financeiras, notadamente o Banco Clássico. Diretor do IBRACON e Professor Universitário da Faculdade Moraes Junior (Curso de contabilidade).

---

PAULO ANDRADE RODRIGUES - 093.083.427-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

---

RENATO ACHUTTI - 334.651.420-04

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. Atualmente atua como Gerente Administrativo de uma Fundação de Pesquisa e Controle do Câncer. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.



## **12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, instalados na Companhia ou previstos no Estatuto Social.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há nenhuma relação de parentesco entre os membros da Administração da Companhia ou membros do Conselho Fiscal nos parâmetros identificados no item 12.09 deste formulário de Referência.

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia. Há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para América Latina, mantida pelo grupo controlador Gas Natural Fenosa.

## **12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

### **12. Assembléia geral e administração**

**12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.**

Todos os administradores da Companhia são cobertos por apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O), com abrangência mundial. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia.

O prêmio total do seguro, incluindo-se adicional de fracionamento, IOF e custo da apólice corresponde a R\$ 13.377,40.

São cobertos os seguintes riscos: (i) indisponibilidade de bens e “*penhoras-on-line*”; (ii) responsabilidades estatutárias; (iii) multas e penalidades civis; (iv) despesas de publicidade; (v) responsabilidades por erros e omissões na prestação de serviços profissionais; (vi) danos corporais; (vii) reclamações do tomador contra os segurados e segurado contra segurado; (viii) reclamação por danos ambientais; (xix) extensão de cobertura para cônjuge ou companheiro; (x) extensão de cobertura para espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais; (xi) extensão de cobertura para administradores de entidades externas identificadas; (xii) perdas de valores/títulos mobiliários.

## 12.12 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 12. Assembléia Geral e Administração

##### 12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre assembléia geral e administração

A respeito do item 12.7 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há comitês estatutários, comitês de auditoria, de riscos, financeiro e/ou de remuneração instalados na Companhia

A respeito do item 12.9 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações mencionadas no referido item.

A respeito do item 12.10 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para a América Latina, mantida pelo Grupo Controlador Gas Natural.

Necessário ressaltar que não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.

## 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 13. Remuneração dos administradores

**13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

##### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, que fixada pela Assembléia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano.

**b. composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv. razões que justificam a composição da remuneração;**

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo, em regra aplicada correção monetária aos valores anualmente fixados.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do cumprimento das metas e dos lucros reais da Companhia.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o cumprimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, a remuneração é estruturada de forma a motivar o cumprimento não apenas dos objetivos individuais, mas, também, o das equipes e a meta global da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos próprios: 40% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 30% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos de atuação profissional, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos de direção: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem cumpridos pela empresa. Este indicador visa estimular a preocupação não apenas com o resultado individual, mas, também, estimular a visão de equipe.

Objetivos do grupo: 10% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Reflete o resultado global da empresa

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não****estatutária e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Com relação à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, garantindo a reposição das perdas inflacionárias.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Com relação ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembléia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros			3,00	12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore			234.936,24	7.080.459,00
Benefícios direto e indireto			0,00	707.499,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus			0,00	418.802,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Pós-emprego</b>			0,00	49.082,00
<b>Cessação do cargo</b>			0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>			0,00	0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros	12,00			12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	281.074,47			7.080.459,00
Benefícios direto e indireto	0,00			707.499,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			



<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00			418.802,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Pós-emprego</b>	0,00			49.082,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00			0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00			0,00
<b>Observação</b>	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros		12,00		12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		7.080.459,00		7.080.459,00
Benefícios direto e indireto		707.499,00		707.499,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		418.802,00		418.802,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		331.947,00		331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
<b>Pós-emprego</b>		49.082,00		49.082,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00

<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
<b>Total da remuneração</b>			234.936,24	8.587.789,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros			3,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore			100.819,23	5.457.520,00
Benefícios direto e indireto			0,00	888.678,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus			0,00	900.421,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	498.339,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
<b>Pós-emprego</b>			0,00	49.900,00
<b>Cessação do cargo</b>			0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>			0,00	0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros	12,00			10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	263.919,69			5.457.520,00
Benefícios direto e indireto	0,00			888.678,00
Participações em comitês	0,00			0,00

Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00			900.421,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			498.339,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
<b>Pós-emprego</b>	0,00			49.900,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00			0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00			0,00
<b>Observação</b>	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros		10,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		5.457.520,00		5.457.520,00
Benefícios direto e indireto		888.678,00		888.678,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		900.421,00		900.421,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		498.339,00		498.339,00

Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
<b>Pós-emprego</b>		49.900,00		49.900,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
<b>Total da remuneração</b>			100.819,23	7.794.858,00

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	249.192,42			5.133.040,00
Benefícios direto e indireto	0,00			908.959,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.			
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00			656.577,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			370.430,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.			
<b>Pós-emprego</b>	0,00			45.387,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00			0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00			0,00

<b>Observação</b>	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore			95.193,31	5.133.040,00
Benefícios direto e indireto			0,00	908.959,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus			0,00	656.577,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	370.430,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.	
<b>Pós-emprego</b>			0,00	45.387,00
<b>Cessação do cargo</b>			0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>			0,00	0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		5.133.040,00		5.133.040,00
Benefícios direto e indireto		908.959,00		908.959,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente nos casos de diretores expatriados.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		656.577,00		656.577,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		370.430,00		370.430,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
<b>Pós-emprego</b>		45.387,00		45.387,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.		
<b>Total da remuneração</b>	249.192,42			7.114.393,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	238.896,00			5.332.043,00
Benefícios direto e indireto	0,00			1.020.568,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.			
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00			280.803,00
Participação de resultados	0,00			0,00

Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			133.273,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.			
<b>Pós-emprego</b>	0,00			45.387,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00			0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00			0,00
<b>Observação</b>	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore			91.260,00	5.332.043,00
Benefícios direto e indireto			0,00	1.020.568,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus			0,00	280.803,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	133.273,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outras remunerações além da remuneração fixa mensal.	
<b>Pós-emprego</b>			0,00	45.387,00
<b>Cessação do cargo</b>			0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>			0,00	0,00

<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		5.332.043,00		5.332.043,00
Benefícios direto e indireto		1.020.568,00		1.020.568,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente nos casos de diretores expatriados.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		280.803,00		280.803,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		133.273,00		133.273,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
<b>Pós-emprego</b>		45.387,00		45.387,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Total da remuneração	238.896,00			6.812.074,00



### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### 13. Remuneração dos administradores

13.1 Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2012 (estimado)	2011 (R\$)	2010 (R\$)	2009 (R\$)
Número de membros	10	10	10	10
Bônus	418.802	900.421	656.577	280.803
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	36.564	30.701	29.126	55.886
Valor máximo previsto no plano de remuneração	138.483	127.060	147.202	134.737
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não Há	Não Há	Não Há	Não há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não Há
Outros	331.947	498.339	370.430	133.273

## **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a. termos e condições gerais; b. principais objetivos do plano; c. forma como o plano contribui para esses objetivos; d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor; e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; f. número máximo de ações abrangidas; g. número máximo de opções a serem outorgadas; h. condições de aquisição de ações; i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; j. critérios para fixação do prazo de exercício; k. forma de liquidação; l. restrições à transferência das ações; m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**13. Remuneração dos administradores**

**13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social<sup>1</sup>**

Em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Certo é que a Companhia não possui regra de remuneração para nenhum órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Os Conselheiros Fiscais não possuem ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, além das ações ordinárias.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	22.800.007
Diretoria Executiva	47.141
Conselho Fiscal	0

<sup>1</sup> Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa é membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos foram divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

## **13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (i) data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; d. valor justo das opções na data de outorga; e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

### **13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; d. em relação às opções exercíveis: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

### **13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

**13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação às opções exercidas informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; d. em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 13. Remuneração dos administradores

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a. órgão; b. número de membros; c. nome do plano; d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; e. condições para se aposentar antecipadamente; f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva	
Número de membros	10
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2010, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 729.462,43
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2010, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 75.246,24
Condições de resgate antecipado	Ver observação abaixo

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Um Diretor é participante do plano de previdência complementar do tipo "Benefício Definido", administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius. Sua contribuição desde a sua adesão ao plano no ano 1987 até Dezembro de 2011 foi de R\$ 143.937,00 (Reserva de Poupança). O resgate antecipado somente pode ocorrer, pelo valor da reserva de poupança e desde que ele se desligue da empresa.

Outros 03 diretores são participantes do plano do tipo "Contribuição Definida", que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade, sem vinculação a aposentadoria pela previdência oficial. Ao completar os 55 anos o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano - Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.



**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<b>Nº de membros</b>	10,00	10,00	10,00	12,00	12,00	12,00	3,00	3,00	3,00
<b>Valor da maior remuneração(Reais)</b>	1.661.799,00	1.327.116,00	1.078.383,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor da menor remuneração(Reais)</b>	438.766,00	370.540,00	227.376,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor médio da remuneração(Reais)</b>	858.778,90	711.439,00	680.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Observação**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2010</b>	Informações prestadas em conformidade com a faculdade conferida pelo artigo 67 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009.
<b>31/12/2009</b>	Informações prestadas em conformidade com a faculdade conferida pelo artigo 67 da Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2011</b>	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros e atualmente vem funcionando com 11, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
<b>31/12/2010</b>	A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 09 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
<b>31/12/2009</b>	A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 09 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.

Conselho Fiscal	
<b>31/12/2011</b>	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
<b>31/12/2010</b>	A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, composto por 03 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
<b>31/12/2009</b>	A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, composto por 03 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

**13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não há pagamentos aos membros da administração nas condições acima especificadas, devendo-se observar as informações prestados no item 13.15, deste Formulário de Referência.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia, sendo certo que não integram comissões e não prestam serviços de consultoria ou assessoria.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**  
**COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**13. Remuneração dos administradores**

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

<b>Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*</b>				
Global ao ano				
<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011**</b>	<b>2012</b>
<b>14.653,20</b>	<b>152.100,00</b>	<b>158.655,51</b>	<b>168.032,05</b>	<b>178.954,13</b>
* Total de 05 membros **Proposta				

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

<b>Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*</b>				
Global ao ano				
<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011**</b>	<b>2012</b>
<b>201.114,48</b>	<b>212.940,00</b>	<b>222.117,71</b>	<b>235.244,87</b>	<b>250.535,79</b>
* Total de 07 membros **Proposta				

Alguns membros da Diretoria recebem remuneração do grupo controlador, por se tratarem de Diretores expatriados, que residem no Brasil somente em razão do exercício do cargo.

<b>Diretoria Executiva</b>	<b>2009 (R\$)</b>	<b>2010 (R\$)</b>	<b>2011 (R\$)</b>	<b>2012 (R\$)</b>
Valores recebidos do Controlador a título de remuneração (Diretores expatriados)	2.078.516,00	2.149.880,00	2.328.001,00	2.218.602,00

OBS: Os valores consideram benefícios de qualquer natureza.

## **13.16 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **13. Remuneração dos administradores**

##### **13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a remuneração da administração**

A respeito dos itens 13.4, 13.5, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não possui nenhum plano ou tipo de remuneração baseado em ações.

Vale ressaltar, como informado no item 13.5 deste Formulário de Referência, que, em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Nenhum dos Conselheiros Fiscais possui ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

**14.1 - Descrição dos recursos humanos**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

**14. Recursos Humanos**

**14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações: a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); c. índice de rotatividade; d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas:**

		Recursos Humanos					
		Total por grupos com base na atividade desempenhada			Total por localização		
		2011	2010	2009	2011	2010	2009
Número de empregados	Diretivos (empregados)	81	76	78	81	76	79
	Administrativo	38	47	45	38	47	45
	Técnico	321	316	311	321	316	311
Número de Terceirizados	Administrativo/apoio	310	372	*	310	372	*
	Área Técnica	91	62	*	91	62	*
	Área Comercial/Serv. cliente	40	48	*	40	48	*
Índice de rotatividade	Empregados	10%	13%	11,4%	10%	13%	11,4%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas (quantidade de processos trabalhistas)		1.817	1.734	1.805	1.817	1.734	1.805

Nos contratos de prestação de serviços com as empresas prestadoras de serviços terceirizados, há cláusulas que prevêm a obrigatoriedade da comprovação do adimplemento com as obrigações laborais e fiscais. O número de terceirizados refere-se a prestadores de serviços / terceirizados (que prestam serviços dentro das dependências da empresa no município do Rio de Janeiro).

Em relação à exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas recomenda-se a leitura do item 4.2 relativo à "Expectativa da variação na exposição aos riscos" deste Formulário de Referência.

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **14. Recursos Humanos**

**14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.**

A Companhia não observou alterações relevantes com relação aos números divulgados na descrição dos recursos humanos apontada no item 14.1 deste Formulário de Referência.



## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 14. Recursos Humanos

##### 14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

###### a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da CEG é baseada na classificação de cargos em níveis de responsabilidade. Cada cargo possui um nível associado, ao qual é atribuída uma faixa salarial.

As movimentações salariais podem decorrer dos seguintes motivos:

- Reajuste Salarial – Reajuste concedido através de análise de posicionamento salarial na faixa e desempenho apresentado pelo empregado. Não resulta em alteração de cargo.
- Promoção – Movimentação na qual o empregado passa a ocupar uma posição de nível superior a atual.
- Transferência – Movimentação em que o empregado passa a ocupar uma posição em outra área da empresa, resultando ou não em aumento salarial.

A política de remuneração variável se aplica a dois grupos na empresa:

- Diretores, Gerentes e Chefes – A política de remuneração variável deste grupo é baseada no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Ademais, a remuneração deste grupo também é baseada na avaliação individual, que leva em conta os critérios de atuação profissional.
- Comercial e Operações – Política baseada em indicadores de captação de clientes, rentabilidade, prazo de carteira e consumo. É restrita aos empregados que atuam diretamente na captação de clientes residenciais, comerciais e industriais.

###### b. Política de benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia oferece 20 tipos de benefícios a seus empregados, os quais estão a seguir indicados:

1. Assistência Médica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes legais para prestação de serviços de assistência médica e hospitalar. O Plano possui uma das redes mais completas e abrangentes de todo o Brasil. Além da cobertura ambulatorial e hospitalar possui cobertura médica em viagem, assistência pessoal e descontos na compra de medicamentos. O atendimento é através de rede credenciada ou livre escolha, com reembolso.
2. Assistência Odontológica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes para prestação de serviços odontológicos. Possui cobertura ampla e atendimento na rede credenciada do plano.
3. Auxílio Creche: Reembolso das mensalidades pagas por mães ou pais empregados à entidades especializadas na guarda, alimentação, higiene, conforto, segurança e assistência educacional dos filhos e enteados comprovadamente reconhecidos. O benefício é concedido até os filhos completarem 6,5 anos de idade. Os valores são fixados em Acordo Coletivo de Trabalho e até o segundo ano de vida o valor é acrescido em 56%.
4. Auxílio a pais e mães empregados que possuem filhos excepcionais: Pagamento mensal através da folha de pagamento de valor estabelecido em acordo coletivo, para realização de tratamento especializado, aos empregados (as) que possuem filhos, enteados ou tutelados que sejam excepcionais.
5. Auxílio Funeral: Reembolso das despesas, em caso de falecimento do empregado (a) ou por falecimento de seus dependentes. O valor limite do reembolso é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
6. Auxílio Medicamentos: Este auxílio corresponde a 50% do custo com medicamentos necessários a tratamentos decorrentes de doenças originadas de acidente de trabalho reconhecido pela empresa e doenças crônicas, assim definidas em Acordo Coletivo de Trabalho.
7. Auxílio doença e Acidente de Trabalho: Os empregados que sofrerem redução da capacidade laboral, em decorrência de acidente de trabalho, desde que não estejam aposentados por invalidez, receberão treinamento pago pela empresa, se o INSS não tiver condições de proceder a sua readaptação.

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

8. Bolsa de Estudos: Auxílio para participação em cursos de capacitação e qualificação profissional dos empregados e seus dependentes. O reembolso corresponde a 70% do valor da mensalidade de cada empregado, com um limite estabelecido em cada Acordo. O Procedimento encontra-se disponível para consulta a todos os funcionários por meio da rede interna de computadores. A empresa dispõe de um comitê que avalia todas as solicitações e define os contemplados por meio dos seguintes critérios:
  - Cursos que atendam aos objetivos do Plano Estratégico da empresa ou do grupo;
  - Cursos que estejam voltados às atividades do empregado;
  - Avaliação de desempenho do empregado realizada no último ano;
  - Empregado que tenha cursado algum curso técnico, de nível superior ou de pós-graduação e que estejam com matrícula do curso paralisada ou trancada;
  - Empregado que não possua curso técnico, superior ou pós-graduação.
9. Campanha de vacinação: Anualmente a empresa promove campanha de vacinação contra a gripe, disponibilizada gratuitamente a todos os empregados.
10. Cesta Básica: Benefício mensal concedido por meio de cartão magnético aos empregados de menores salários, para compra de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica de alimentos. Os valores dos tetos salariais para ter direito a este benefício e o valor do benefício, são fixados no Acordo coletivo de Trabalho.
11. Complementação de Auxílio doença (Previdenciário ou Acidentário): Benefício concedido aos empregados afastados de suas atividades laborais, em gozo de auxílio-doença previdenciário ou auxílio-doença acidentário concedido pela Previdência Social, e que não sejam participantes do GASIUS. Estes empregados farão jus, à custa da empresa, à complementação mensal do benefício previdenciário, por um período máximo de 24 meses. A complementação corresponde a 80 % da diferença entre as 12 últimas remunerações e o valor do benefício do INSS. É facultado, à empresa, após o 6º mês de pagamento da complementação, requerer que o empregado se submeta à exame do médico da previdência e/ou conveniado, podendo suspender o pagamento em caso de recusa do empregado.
12. Desconto na conta de Gás Residencial: Todo empregado tem direito a desconto de 20% na conta de gás residencial e
13. Empréstimo emergencial: A empresa concede, sem incidência de encargos financeiros, Empréstimo Emergencial, com o propósito de auxiliar financeiramente, seu empregado e sua família, em momentos de adversidade. A verba a ser emprestada corresponde até a duas remunerações e o desconto pode ser em até 24 meses, definidas no Acordo Coletivo de Trabalho.
14. Empréstimo para compra de material escolar: Empréstimo oferecido pela empresa, nos três primeiros meses do ano, sem incidência de encargos financeiros, visando à aquisição de material escolar, sendo beneficiados os empregados e seus dependentes. A verba a ser emprestada e as parcelas para desconto, são definidas no Acordo Coletivo de Trabalho.
15. Licença Maternidade: Com a adesão ao programa Empresa Cidadã a Licença maternidade que antes era de 4 meses, foi ampliada para 6 meses.
16. PLR: Anualmente é discutido entre a empresa e o sindicato Representante dos empregados, metas para o programa de PLR – Participação nos Lucros e Resultados. As metas do programa são discutidas entre a empresa e o sindicato e são fixadas a partir de critérios objetivos. O programa do ano de 2012 contempla as seguintes metas: (a) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social;
  - (b) acréscimo do número anual de clientes;
  - (c) redução do índice de absenteísmo; e
  - (d) índice satisfação global dos clientes.
17. Previdência Privada: Plano de Previdência complementar de aposentadorias do tipo CD – contribuição definida. A Contribuição é calculada a partir de um percentual do salário base, escolhido pelo empregado e a empresa aporta valor igual ao aportado pelo empregado. O Benefício será pago ao empregado a partir da data em que o mesmo completar 55 anos (aposentadoria antecipada) ou 60 anos (aposentadoria plena).
18. Serviço de ambulância móvel: Serviço contratado pela empresa, a fim de atender aos empregados nas situações de urgência e emergência, quando os mesmos estiverem nas dependências da empresa ou a serviço da mesma, através de contato telefônico com a Central de Atendimento do Serviço.
19. Seguro de vida em grupo: Benefício custeado, integralmente, pela empresa, com inclusão automática, que garante, em caso de falecimento ou invalidez permanente total ou parcial por acidente do empregado,

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

assistência financeira a seus familiares. O capital segurado é definido em múltiplo de salário, o qual é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.

20. Vale refeição: Benefício concedido ao empregado para cobrir despesas com refeição. São fornecidos, mensalmente, créditos em cartão magnético, correspondente a alimentação de 22 dias de efetivo trabalho. Não é concedido nos períodos de férias e afastamentos. O valor diário é estabelecido em Acordo Coletivo e o empregado contribuir mensalmente com a quantia de R\$ 0,10.
21. Empréstimo consignado: Regulamentado pela Lei n.º 10820, de 17/12/2003, tem como objetivo propiciar recursos aos colaboradores, a custos bem inferiores aos meios mais comuns de financiamentos, como cheque especial, cartão de crédito ou limites pré-aprovados, por exemplo, com a facilidade do desconto na folha de pagamento, possibilitando ao empregado acesso a orientação quanto ao planejamento financeiro. O Banco Alfa é a instituição financeira contratada para viabilizar esses serviços.
22. Flexibilização de Horário: A empresa possibilita diariamente a flexibilização de horário em 60 minutos e para permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional, estabelece compensações entre dias pontes e saída antecipada às sextas feiras no horário de verão.

**c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: 1. Grupos de beneficiários; 2. Condições para exercício; 3 Preços de exercício; 4. Prazos de exercício; 5. Quantidade de ações comprometidas pelo plano;**

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, assim, nenhuma ação de emissão da Companhia é comprometida pelo plano de remuneração dos empregados e colaboradores.

## **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **14. Recursos Humanos**

##### **14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos**

São realizadas de 04 (quatro) a 06 (seis) reuniões anuais com o Sindicato dos trabalhadores nas empresas de energia do Rio de Janeiro e Região, para negociar separadamente o reajuste referente a data base e a Participação nos lucros - PLR . As propostas são apresentadas em Assembléia dos Trabalhadores na sede do Sindicato.

As negociações são conduzidas por representantes da empresa da área de Recursos Humanos e da área Financeira e por membros do Sindicato da classe.

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Gas Natural SDG S.A</b>						
05.469.385/0001-54	Espanhola	Sim	Sim	18/07/1997		
	9.814.982.372	18,901302%	0	0,000000%	9.814.982.372	18,901302%
<b>Gas Natural Internacional SDG S.A</b>						
05.469.380/0001-21	Espanhola	Sim	Sim	16/07/2004		
	18.311.534.269	35,263623%	0	0,000000%	18.311.534.269	35,263623%
<b>OUTROS</b>						
	23.798.588.683	45,830374%	0	0,000000%	23.798.588.683	45,830374%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	2.441.148	0,004701%	0	0,000000%	2.441.148	0,004701%
<b>TOTAL</b>						
	51.927.546.472	100,000000%	0	0,000000%	51.927.546.472	100,000000%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gas Natural Internacional SDG S.A				05.469.380/0001-21	
Gas Natural SDG S.A					
05.469.385/0001-54	Espanhola	Não	Sim	03/02/1995	
58.250.000	100,000000	0	0,000000	58.250.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
58.250.000	100,000000	0	0,000000	58.250.000	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural SDG S.A				05.469.385/0001-54		
Criteria Caixa Corp. S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	229.483.303	37,490000	229.483.303	37,490000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	259.280.702	38,280000	259.280.702	38,280000	
Repsol YPF S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	148.296.584	24,230000	148.296.584	24,230000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>637.060.589</b>	<b>100,000000</b>	<b>637.060.589</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Gas Natural SDG S.A</b>				<b>05.469.385/0001-54</b>		
<b>Criteria Caixa Corp. S/A</b>						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	229.483.303	37,490000	229.483.303	37,490000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	259.280.702	38,280000	259.280.702	38,280000	
<b>Repsol YPF S/A</b>						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	148.296.584	24,230000	148.296.584	24,230000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	0	637.060.589	100,000000	637.060.589	100,000000	



**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Critéria Caixa Corp. S/A					
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
<b>TOTAL</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Repsol YPF S/A					
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
<b>TOTAL</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Critéria Caixa Corp. S/A					
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
<b>TOTAL</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Repsol YPF S/A					
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
<b>TOTAL</b>					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	27/04/2012
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	68
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	11
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	4

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	120.098.306	0,233400%
<b>Quantidade preferênciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	120.098.306	0,233400%

## 15.4 - Organograma dos acionistas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 15. Controle

**15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2**

O Organograma do grupo controlador foi inserido no item 8.2 deste formulário de referência.

Conforme informado no item 15.2 deste formulário de referência, não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações.

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 15. Controle

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

##### a. Partes

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR,

GEC PARTICIPAÇÕES LTDA

GAS NATURAL SDG S/A

IBERDROLA INVESTIMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA e

PLUSPETROL ENERGY S/A

com interveniência da COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG.

##### b. data de celebração

27 de abril de 2000.

##### c. prazo de vigência

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.

##### d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, tem direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

##### e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Observar a informação constante do item (d) acima, a respeito do exercício do direito de voto.

##### f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não há cláusulas relativas à transferência de ações ou preferências, inclusive ficando expressamente apontado no acordo que não recai sobre as ações da BNDESPAR qualquer direito de preferência ou gravame.

##### g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas restritivas, devendo-se observar a informação constante do item (c) acima, a respeito do prazo de vigência do acordo de acionistas, que está vinculado à participação acionária do BNDESPAR.

## **15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **15. Controle**

#### **15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Não houve alterações nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos três exercícios sociais.



**15.7 - Outras informações relevantes****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****15. Controle****15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o controle**

Com relação aos itens 15.1 /15.2 deste formulário de referência, é necessário destacar que os acionistas controladores do grupo controlador da CEG, empresas espanholas, indicam a participação que exercem no controle das companhias por eles controladas por meio de seus direitos de voto direto e indireto nas controladas. Desta forma, por analogia, e visando preencher o quadro referente a tais itens, foram indicados os direitos a voto indiretos nas lacunas referentes às “ações preferenciais” no formulário.

Como a seguir indicado, a Caja de Ahorros y Pensionistas de Barcelona (La Caixa), que é uma entidade pública espanhola, possui participação no capital Social da Repsol YPF S/A e da Criteria Caixa Corp. S/A, que são as empresas controladoras dos acionistas controladores da CEG.

Assim, a fim de garantir a máxima transparência com relação ao grupo de controle da CEG, destacamos a seguir as informações publicamente disponíveis e acessíveis, visando melhor informar ao mercado, ainda que o preenchimento dos itens não tenha se dado de forma a identificar tais informações.

CEG - Acionistas	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO EM 26.04.2010*			Acordo de Acionistas*	Data da última alteração da posição acionária
			% Capital Social	% Ações Ordinárias**	Quantidade ações ordinárias		
Grupo de Controle						Participante	-
GAS NATURAL SDG S.A	05.469.385/0001-54	ESPANHA	18,90%	18,90%	9.814.982.372	Sim	18/07/1997
GAS NATURAL INTERNACIONAL SDG S.A	05.469.380/0001-21	ESPANHA	35,26%	35,26%	18.311.534.269	Sim	16/07/2004

A CEG possui apenas ações ordinárias.

Gas Natural Internacional SDG S.A - Acionistas	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO			Data da última alteração da posição acionária
			% Capital Social	% Ações Ordinárias**	Quantidade ações com direito a votos diretos	
Grupo de Controle						-
GAS NATURAL SDG S.A	05.469.385/0001-54	ESPANHA	100%	100%	58.250.000	3/2/1995

Gás Natural SDG S.A	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO			Data da última alteração da posição acionária
			% Capital Social	Quantidade ações com direito a voto direto	Quantidade ações com direito a voto indireto	
Grupo de Controle						-
CRITERIA CAIXACORP, SA	N/A	ESPANHA	37,495%	-	229.483.303	2/4/2009
REPSOL YPF, S.A	N/A	ESPANHA	24,230%		148.296.584	2/4/2009
Outros	N/A	ESPANHA	25,65%	-	163406041	

Criteria Caixacorp, S.A.	CNPJ	PAÍS	% Capital Social
Grupo de Controle			
CAJA DE AHORROS Y PENSIONES DE BARCELONA (“LA CAIXA”)	N/A	ESPANHA	79,44%

REPSOL YPF SA	CNPJ	PAÍS	% Capital Social
Grupo de Controle			
CAJA DE AHORROS Y PENSIONES DE BARCELONA (“LA CAIXA”)	N/A	ESPANHA	14,123%

## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **16.1. Transações com partes relacionadas**

#### **16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Para a contratação entre partes relacionadas que envolvam a Companhia, é necessária a apreciação e aprovação dos termos do contrato e/ou avaliação do negócio pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo a proposta ser feita pela Diretoria da Companhia em Reunião do Conselho de Administração.

Além do controle dos contratos realizados entre partes relacionadas que é feito pela Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, cada área diretamente afetada / interessada na operacionalização do contrato fica responsável pelo seu acompanhamento e controle.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Gas Natural SDG S/A	01/06/2005	892.250,00	Cerca de R\$ 178.450,00 (anualmente impactado por cotação euro)	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Aluguel de equipamentos de informática, processamento de dados e outras avenças - SIEBEL - CRM						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	01/06/2005	6.841.063,00	Cerca de R\$ 1.368.213,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Aluguel de equipamento de informática, processamento de dados e outras avenças - SGC / CI						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	01/04/2005	245.000,00	Cerca de R\$ 245.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Implantação SAP R/3 Econ. Fin. e Compras (utilização remota dos servidores)						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Gas Natural SDG S/A	01/04/2005	272.500,00	Cerca de R\$ 272.500,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Implantação SAP R/3 Econ. Fin. e Compras (comunicação)						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	01/04/2005	150.000,00	Cerca de R\$ 150.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Implantação SAP R/3 Econ. Fin. e Compras (manutenção funcional)						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	83.411,00	Cerca de R\$ 16.682,00 (anualmente)	Não é possível aferir	04 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	148.949,00	Cerca de R\$ 59.579,72 (anualmente)	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de informática - cooperação técnica administrativa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	02/06/2004	750.000,00	Cerca de R\$ 150.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Utilização do portal internet e utilização serviços helpdesk						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	01/01/2005	204.000,00	Cerca de R\$ 204.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Uso e manutenção de software						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	01/01/2007	406.250,00	Cerca de R\$ 81.250 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	05 anos	NÃO	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços de auditoria interna						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural Serviços S/A	01/01/2007	41.425,00	Cerca de R\$ 13.808,00 (anualmente)	Não é possível aferir	03 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de pessoal - cooperação técnica administrativa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Gas Natural SDG S/A	02/01/2008	187.500,00	Cerca de R\$ 187.500,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador						
<b>Objeto contrato</b>	Implantação e metodologia SOX						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
CEG RIO S/A	02/01/2003	864.904,00	Cerca de R\$ 864.804,00 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa e reembolso de despesas / custos						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
CEG RIO S/A	02/01/2003	21.969,28	Cerca de R\$ 21.969,28 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Possui controlador em comum						
<b>Objeto contrato</b>	Assessoria de informática – cooperação técnica administrativa						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****16. Transações com partes relacionadas****16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima, ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

No item 16.2 deste Formulário de Referência, não foram individualizadas transações, contudo a Companhia entende necessário destacar que:

- (i) De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia possui exclusividade na prestação do serviço de distribuição de gás canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do Estado). A mesma se aplica à empresa que presta o mesmo serviço na região do interior do Estado, a qual é controlada pelo mesmo grupo econômico. Tais características, principalmente tendo em conta a falta de concorrência na prestação do serviço específico, resultam naturalmente, no compartilhamento de práticas operacionais. Desta forma, a contratação entre as partes submetidas ao controle comum (ressaltando-se que uma companhia não possui participação acionária na outra) não resulta em conflitos de interesses.
- (ii) Da mesma forma, em se tratando o grupo controlador de operador técnico da Companhia, conforme definido no programa estadual de desestatização, a utilização da tecnologia desenvolvida por empresa do mesmo grupo, no Brasil ou no exterior, também não resulta em conflitos de interesses, posto que na verdade, trata-se justamente da operacionalização do serviço pelo operador técnico.
- (iii) as transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, são realizadas dentro dos mesmos parâmetros que teriam sido contratadas com partes não relacionadas. Para tanto, a empresa observa os valores praticados no mercado, bem como os serviços que são oferecidos, buscando informações comparativas no mercado, inclusive com relação à capacitação técnica para a realização do objeto do contrato;
- (iv) muitas vezes são obtidas melhores condições comerciais ou financeiras (quanto à forma de pagamento e/ou, prazo) nas transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, justamente tendo em conta uma política do grupo controlador de aplicar em todos os países nos quais mantém operações, as mesmas regras de controle e sistemas, visando a troca de experiências, o aprimoramento de serviços e de produtos, tendo em conta as distintas realidades vividas em cada país onde mantém operações;
- (v) além disso, garante o objetivo de assegurar a mesma qualidade e eficiência dos serviços prestados todos os países em que mantém operações, por meio da utilização dos mesmos sistemas e controles, melhorando a eficiência da prestação dos serviços do grupo;
- (vi) as condições verificadas nas transações são sempre comutativas, tendo em vista a própria obrigação de cumprir as normas legais dos países onde o grupo mantém suas operações e do país de sua sede, sendo certo que, cada contrato deve ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, ao exercer o controle e fiscalização sobre os atos da administração (diretoria), exigem que os requisitos relativos a comutatividade e ao tratamento de conflitos de interesses, se houver, sejam atendidos, caso a caso.



**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
29/04/2013	362.342.011,76	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
29/04/2013	362.342.011,76	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
29/04/2013	362.342.011,76		51.927.546.473	0	51.927.546.473

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/04/2007	Assembleia Geral de Acionistas	20/04/2007	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

30/04/2008	Assembleia Geral de Acionistas	30/04/2008	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

28/04/2009	Assembleia Geral de Acionistas	28/04/2009	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

26/04/2010	Assembleia Geral de Acionistas	26/04/2010	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

29/04/2011	Assembleia Geral de Acionistas	29/04/2011	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

27/04/2012	Assembleia Geral de Acionistas	27/04/2012	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/04/2013	Assembléia Geral de Acionistas	29/04/2013	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

---

### **17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve nenhum dos eventos descritos no item 17.3 deste Formulário de Referência nos últimos três exercícios.

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios.

## **17.5 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **17. Capital Social**

##### **17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o capital social**

Não há outras informações relevantes sobre o capital social.

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	80,000000
<b>Direito a dividendos</b>	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos são distribuídos anualmente.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Não
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os direitos estão assegurados estatutariamente, somente podendo ser alterados por meio de deliberação de Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas que altere o Estatuto Social da Companhia, destacando-se que o direito a dividendos observa a legislação societária vigente.
<b>Outras características relevantes</b>	A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, não havendo previsão estatutária divergente da legislação societária.

---

## 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 18. Valores mobiliários

#### 18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto aos acionistas ou que os obriguem a realizar oferta pública, contudo, para a aprovação de determinados temas é adotado quorum qualificado, conforme a seguir identificado:

TEMA	PREVISÃO LEGAL
Eleger ou destituir o Presidente do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, §1º e § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros Conselho Fiscal	Art. 132, III da Lei S/A
Reformar o Estatuto Social	Art. 122, I Lei S/A
Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia	Art. 122, II Lei S/A
Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas	Art. 122, III Lei S/A
Autorizar a Emissão de Debêntures	Art. 122, IV Lei S/A
Suspender o exercício dos direitos do acionista	Art. 122, V Lei S/A
Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do Capital Social	Art. 122, VI Lei S/A
Autorizar a Emissão de Partes Beneficiárias	Art. 122, VII e 136 VIII e X Lei S/A
Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, e cisão da Companhia, sua dissolução e I liquidação, eleger liquidantes e julgar-lhes contas	Art. 122, VIII e 136 IV e IX Lei S/A
Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata	Art. 122, IX Lei S/A
Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido	Art. 132, II da Lei S/A
Deliberar sobre a distribuição de Dividendos	Art. 132, II da Lei S/A
Criação de ações preferenciais, aumento de classes, alterações nas preferências, nas vantagens, nas regras de resgate ou amortização de ações preferenciais; redução do dividendo obrigatório; participação em grupo de sociedades. Mudança no objeto social, cessação do estado de liquidação,	Art. 136 I a X Lei S/A



### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

##### **18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos, previstas no estatuto.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados****Exercício social 31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil

**Exercício social 31/12/2010**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	92.005	40,01	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/06/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.304	45,00	40,01	R\$ por Lote de Mil
30/09/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.200	44,00	44,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.800	44,00	44,00	R\$ por Lote de Mil

**Exercício social 31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	304.743	40,00	27,00	R\$ por Lote de Mil
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	320.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	100.499	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil

## **18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia possui apenas ações ordinárias, não tendo emitido valores mobiliários nos últimos três exercícios.

## **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

##### **18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação**

As ações ordinárias da Companhia são negociadas somente no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

## **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

**18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: a. país; b. mercado; c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; d. data de admissão à negociação; e. se houver, indicar o segmento de negociação; f. data de início de listagem no segmento de negociação; g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; i. se houver, banco depositário; j. se houver, instituição custodiante;**

Não há emissão de valores mobiliários, pela Companhia, para negociação em mercados estrangeiros.

Conforme destacado no item 18.06 do Formulário de Referência, as ações da Companhia, todas ordinárias, são negociadas somente no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

**18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****18. Valores mobiliários****18.8 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.**

Não houve ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia no atual exercício e nem nos três últimos exercícios sociais.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas, sendo a única companhia de capital aberto integrante do grupo de empresas que estão submetidas ao mesmo controle acionário.

Os acionistas controladores da Companhia não possuem valores mobiliários admitidos à negociação em mercado Brasileiro.

## **18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **18. Valores mobiliários**

##### **18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro**

Não houve ofertas públicas de aquisição relativas a valores mobiliários da Companhia no atual exercício e nem nos três últimos exercícios sociais.



## 18.10 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 18. Valores mobiliários

#### 18.10 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre valores mobiliários

A respeito do item 18.5 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não emitiu outros valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, no atual exercício social e nem nos três últimos exercícios sociais.





## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia não possui plano e recompra de ações.

**19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria****Exercício social 31/12/2011****Ações**

<b>Espécie de ação</b>	<b>Classe ação preferencial</b>	<b>Descrição dos valores mobiliários</b>		
<b>Ordinária</b>				
<b>Movimentação</b>		<b>Quantidade (Unidades)</b>	<b>Valor total (Reais)</b>	<b>Preço médio ponderado (Reais)</b>
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

**Exercício social 31/12/2010****Ações**

<b>Espécie de ação</b>	<b>Classe ação preferencial</b>	<b>Descrição dos valores mobiliários</b>		
<b>Ordinária</b>				
<b>Movimentação</b>		<b>Quantidade (Unidades)</b>	<b>Valor total (Reais)</b>	<b>Preço médio ponderado (Reais)</b>
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

**19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social****Valor mobiliário**    Ações

<b>Espécie ação</b>	<b>Classe ação</b>	<b>Descrição dos valores mobiliários</b>	<b>Quantidade (Unidades)</b>	<b>Preço médio ponderado de aquisição</b>	<b>Fator de cotação</b>	<b>Data aquisição</b>	<b>Relação ações em circulação (%)</b>
Ordinária			2.441.148	215.362,09	R\$ por Lote de Mil	20/08/2010	0,004700
Ordinária			2.441.148	215.362,09	R\$ por Lote de Mil	20/08/2012	0,004700

## 19.4 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria

##### 19.4 Outras informações relevantes sobre planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

A Companhia não possui plano de recompra de ações mantendo, entretanto, 2.441.148 (dois milhões, quatrocentas e quarenta e uma mil, cento e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal em tesouraria, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do processo nº 0023716-49.2003.8.19.0001 (2003.001.024409-2), que determinou à Companhia a recompra das ações ordinárias detidas pelo acionista minoritário Sr. Fernando Cardoso Ferreira.

Reconhecida a procedência da causa proposta pelo acionista minoritário, foi fixado o valor da recompra pelo MM. Juízo da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ainda se discute o valor da execução (recompra), cujo montante foi depositado judicialmente, estando pendente de julgamento o recurso de Agravo de Instrumento, interposto pela Companhia, uma vez que o autor considerou em seu cálculo o valor histórico das ações, quando o valor destas deveria ser fixado com base na sua cotação de mercado, em obediência à Instrução CVM nº 10/80.

As ações ordinárias objeto da operação de recompra serão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

No mês de agosto de 2010 a Companhia informou ao mercado sobre a obrigação determinada judicialmente por meio de dois Comunicados emitidos, nos dias 18/08/2010 e 27/08/2010.



## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 da Instrução Normativa 358/2002 alterada pela Instrução Normativa 449/2007 da CVM.

## 20.2 - Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 20. Política de negociação de valores mobiliários

**20.2 Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:**

- a. data de aprovação;**
- b. pessoas vinculadas;**
- c. principais características;**
- d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:**

A Companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração na forma do artigo 15 da Instrução 358/2002 alterada pela Instrução 449/2007.

## **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **21. Política de divulgação**

**21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.**

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores é pautada em um Procedimento Interno da Companhia (denominado REL.INV-01-BRA. Ver. 1/08.2009) no qual são definidas as suas funções e responsabilidades, dentre elas o relacionamento com o mercado, com os acionistas e com os órgãos reguladores do mercado.

De acordo com o mesmo documento, a Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores também conta com o suporte da Diretoria de Assuntos Jurídicos da Companhia, certificando-se de que todas as obrigações legais sejam corretamente e tempestivamente cumpridas.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

### 21. Política de divulgação

#### 21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Conforme política de divulgação adotada pela Companhia, destacamos a seguir as regras concernentes aos procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

#### IV. DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

4.1. Compete ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação e a comunicação à CVM e às Bolsas de Valores de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, de forma simultânea, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos a negociação.

4.2. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, para que este proceda de acordo com o disposto no presente instrumento, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tiverem conhecimento em razão do exercício de suas funções na Companhia.

4.3. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores.

4.3.1. Na hipótese de ser imperativa a divulgação de Ato ou Fato Relevante durante o horário de funcionamento das Bolsas de Valores, o Diretor de Relação com Investidores poderá, no momento da divulgação, solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários nas referidas entidades.

4.4. A divulgação referida no item 4.1. poderá ser realizada:

(a) por meio de publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a mais ampla divulgação; ou

(b) de forma resumida, sendo que, neste caso, deverá ser indicado o endereço na rede mundial de computadores - *Internet* onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor idêntico ao remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

4.5. Qualquer Ato ou Fato Relevante que vier a ser divulgado por representante da Companhia através de qualquer meio de comunicação, inclusive em reuniões com analistas de mercado, investidores ou com público selecionado, deverá ser simultaneamente comunicado à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

4.6. As Pessoas Vinculadas que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores na divulgação de qualquer Ato ou Fato Relevante somente se eximirão de suas responsabilidades pessoais se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

4.7. A divulgação de informações em operações de oferta pública de Valores Mobiliários e em operação de alienação de controle acionário da Companhia deverá observar o disposto nos artigos 10 e 12 da Instrução CVM n° 358/02.



## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

5.1. Os Atos ou Fatos Relevantes poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

5.2. Caso a informação relativa aos Atos ou Fatos Relevantes referida no item anterior escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade dos Valores Mobiliários negociados, tais Atos ou Fatos Relevantes devem ser imediatamente divulgados, diretamente pelos acionistas controladores ou os administradores, ou através do Diretor de Relações com Investidores.

### **VI. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO**

6.1. As Pessoas Vinculadas têm o dever de guardar sigilo sobre as Informações Privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como o dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.2. As Pessoas Vinculadas deverão fazer com que pessoas que venham a prestar serviços à Companhia, incluindo auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, observem o disposto no item 6.1.

**21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA  
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****21. Política de divulgação****21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

São responsáveis pela divulgação das informações da companhia e pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações o Diretor de Relações com Investidores (de acordo com a política de divulgação aprovada em 17/07/2002 pelo Conselho de Administração da Companhia) e o Diretor Presidente (de acordo com os poderes estatutários fixados no art. 16, § 5º do Estatuto Social da Companhia)

## **21.4 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **21. Política de divulgação**

##### **21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a política de divulgação de informações**

Não há outras informações relevantes sobre a política de divulgação de informações da Companhia.

## **22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **22. Negócios extraordinários**

##### **22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

No ano de 2009 a Companhia vendeu um terreno de sua propriedade, no Bairro de Botafogo – RJ, onde se localizava uma filial, pelo valor de 10,5 MR\$, por meio de um leilão eletrônico, cujo sinal de 10% do valor foi depositado em uma conta bancária em favor da CEG. Contudo, o registro contábil da operação não pôde ser efetuado, devido a uma ação judicial que questionou a venda do terreno (pendente de decisão definitiva em 2009). Em 2010, foi realizado um acordo nos autos da ação judicial que questionou a venda do terreno no ano anterior, possibilitando finalmente o registro contábil da operação de venda do mencionado terreno.

Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em um processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

Em 2011 não houve a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.



## 22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

#### 22. Negócios extraordinários

##### 22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Na busca por maior eficiência e melhoria do desempenho das atividades e do resultado, em 2012, a Companhia criou uma nova estrutura organizacional, na qual as atividades operacionais passaram a ser realizadas pela unidade de Gestão de Redes e pela unidade de Operações, que também concentrou a gestão dos serviços a clientes, mantendo-se a estrutura da unidade Comercial.

O objetivo das mudanças implantadas é criar mais sinergia e agilidade e permitir uma maneira mais eficiente de gestão, proporcionando utilizar e desenvolver o melhor das potencialidades da Companhia e de seus recursos humanos.

Além de buscar uma melhor coordenação das diferentes fases do processo de expansão e procurar garantir o cumprimento dos objetivos de negócio em termos de rentabilidade, segurança e qualidade, a nova estrutura desenhada cria espaço para que a qualidade do trabalho realizado pelos recursos humanos da Companhia possa fazer a diferença.

A nova estrutura poderá ajudar na melhora contínua da gestão interna e contribuir para a realização dos objetivos, levando a Companhia a um grau de excelência e reconhecimento ainda maior junto aos clientes.



COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS  
DO RIO DE JANEIRO-CEG

Av. Pedro II, 68 - São Cristóvão  
CEP 20.941-070 - Rio de Janeiro  
RJ - Brasil

Tel.: (21) 3115-6565  
www.ceg.com.br

## **22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **22. Negócios extraordinários**

##### **22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não houve celebração de contratos relevantes pela Companhia, com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

## **22.4 - Outras informações relevantes**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

#### **22. Negócios extraordinários**

##### **22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Não há outras informações relevantes, tendo em vista que a Companhia não realizou negócios extraordinários nos últimos três exercícios sociais.